



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Rafael Oliveira dos Santos

**Neodesenvolvimentismo e neoliberalismo no governo Lula: nomes
distintos de uma mesma ontologia**

Rio de Janeiro

2014

Rafael Oliveira dos Santos

Neodesenvolvimentismo e neoliberalismo no governo Lula: nomes distintos de uma mesma ontologia



Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social.

Orientador: Mario Duayer

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

S237 Santos, Rafael Oliveira dos.
Neodesenvolvimento e neoliberalismo no governo Lula: nomes distintos de
uma mesma ontologia / Rafael Oliveira dos Santos. – 2014.
161 f.

Orientador: Mario Duayer
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945. 2. Brasil – Política e governo -
Teses. I. Duayer, Mario. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 32(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafael Oliveira dos Santos

Neodesenvolvimentismo e neoliberalismo no governo Lula: nomes distintos de uma mesma ontologia

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social.

Aprovada em 9 de setembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mario Duayer (Orientador)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof^ª. Dra. Silene de Moraes Freire
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Paulo Henrique Furtado de Araujo
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Aos fantasmas que me fazem companhia.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Marize, minha irmã Andréa e minha sobrinha Andressa.

Aos amigos que me deram todo apoio para que esse momento, absolutamente inimaginável, da inscrição no processo seletivo até a conclusão do curso, fosse possível. Toda minha gratidão e lealdade: Daniel Lopes Monfá, Helder Dutra Porto e sua família, Henrique Albuquerque e sua família, Felipe Trigueiro, Gabriel Tupinambá, Gláucia Almeida e sua família, Jane Santos da Silva, Lariana Figueiredo, Maria Clara Arruda, Maria Fernanda Escurra, Maura Souza, Marcio Silva Maurício, Mohabiana Jacuru Theonilo e sua família.

Aos colegas de turma no mestrado pela solidariedade e companheirismo, aos profissionais da secretaria do PPGSS/UERJ por sua prontidão e seu corpo docente pela competência.

Ao meu orientador Mario Duayer por seu rigor e compromisso. Ao Grupo de Pesquisa e Trabalho – Ontologia Crítica, por ele coordenado, pela preciosa experiência de estudo que me proporcionou.

Aos camaradas do Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia pela prática do pensamento.

À Andreia Siqueira pelos bons momentos.

À Yanna Moreira. Nada que disser ou fizer em minha vida será suficiente. Muito obrigado.

À Simone Ramos, meu amor, minha família, nossa história.

A origem de todo mal é a especulação.

*Gordon Gekko, em Wall Street: O dinheiro nunca
dorme de Oliver Stone.*

RESUMO

OLIVEIRA, Rafael dos Santos. *Neodesenvolvimentismo e neoliberalismo nos Governos Lula: nomes distintos sob uma mesma ontologia*. 2014. 161f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A dissertação parte da premissa de que a diferença reivindicada pelo Partido dos Trabalhadores sobre o governo Lula em relação ao governo FHC (1) existe e (2) é falsa. O presente trabalho procura uma abordagem crítica do modo petista de governar em sua versão desenvolvimentista, tendo como base a teoria social de Marx. Considerando que os adversários do neodesenvolvimentismo petista não puderam lograr êxito teórico ou político no esforço de torna-lo símile ao neoliberalismo tucano, procurarei demonstrar que o ponto de vista que tem os orientado envolve concepções de mundo que sustentam os partidários da Era Lula. Argumentarei que apesar da conflagração atual, impera uma profunda concordância em relação ao capitalismo contemporâneo entre neodesenvolvimentistas e seus críticos na esquerda. Tentarei expor que os pressupostos que vem assegurando à crítica teórica e política do neodesenvolvimentismo uma conexão com a tradição marxista envolvem uma fundamental concordância em relação ao neoliberalismo. Outrossim, autores (clássicos e contemporâneos) conceitualmente identificados e politicamente compromissados com interpretações críticas do capitalismo serão vitais para este trabalho, pois conformam o espaço em que a questão do desenvolvimento nacional assume relevância para a discussão sobre a natureza política, econômica e social do governo Lula.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Estado, Ontologia.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Rafael dos Santos. *Neodesenvolvimentism and neoliberalism in Governments Lula: different names under the same ontology*. 2014. 161f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The theme assumes that the position claimed by the Workers Party in relation to its immediate predecessor, regarding his government experience between 2002 and 2010 under President Luis Inacio Lula da Silva, (1) exists and (2) is false. The intention of this work is to provide a critique of the "PT way of governing", as will be argued throughout this work, based on the Marxian theory. I affirm that the criticism of the Lula government moves, ultimately, within the conceptions of the world (ontology) that produced not only this government, but describes and characterizes its neoliberal predecessor. Seeking to expose, through the examination of the positions that predominate in the debate about Lula's two terms, both the petismo as his opponents left share common assumptions to bourgeois conceptions.

In this sense, the theory of Marx and the tradition of thought that evokes will be considered. Authors identified conceptually and politically committed to the critique of bourgeois society are vital to this work, especially in their differences. Similarly, some classic works of bourgeois thought will be the object of analysis, and (theoretical, political, journalistic, etc.). Documents that inform the debate about the Lula government. Thus, it is expected to build a conceptually more powerful critique on the topic and contribute to the refund of Marxian theory in contemporary political practice.

Keywords: Development, State, Ontology.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	UM SISTEMA É UM SISTEMA DE POSIÇÕES E OPOSIÇÕES.....	17
1.1	Algumas considerações preliminares	17
1.2	O neoliberalismo do neoliberal e o neoliberalismo do balanço do neoliberalismo	24
1.3	O neoliberalismo do PT e o PT do neoliberalismo	37
2	DISSONÂNCIAS SISTÊMICAS	53
2.1	Concepções tradicionais de Estado	53
2.2	Concepções tradicionais de desenvolvimento econômico	69
2.3	O que, na época burguesa, não é <i>sui generis</i>?.....	85
3	O SISTEMA PRODUTOR DE MERCADORIAS	101
3.1	Regulação e liberação: o capital é sua ambivalência	101
3.2	O marxismo tradicional	119
3.3	A crítica da economia política é a crítica da política	135
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

As páginas que se seguem visam uma crítica à crítica do governo Lula, mas não buscam salvaguardá-lo. Elas partem do princípio que a crítica que tem se ocupado do assunto não tem sido capaz de resguardar seus propósitos, a saber, a exposição dos limites do referido governo para romper com o modelo político que o precedeu e inaugurar um processo de transformação social no país. Estão, portanto, alinhadas aos esforços para revelar a manutenção de práticas e ideias que contrastam com os motivos que, após três tentativas fracassadas, ocasionaram o governo Lula. Ou seja, empenham-se para evidenciar a conservação durante esse governo daquilo que prevaleceu no país desde sua redemocratização até o fim do segundo governo Fernando Henrique Cardoso. Rejeitado por setores massivos da sociedade brasileira no contexto das eleições presidenciais de 2001, FHC foi alvo de lutas de segmentos organizados (entre partidos políticos e movimentos sociais) que pretendiam garantir uma alternativa política para a sociedade brasileira – que representasse suas concepções de mundo, largamente influenciadas pela tradição de pensamento iniciada por Marx e, notoriamente, crítica do capitalismo. A chegada de Lula à presidência em 2002 obstruiu, como se pretendia, a continuação do “bloco de poder” capitaneado pelo PSDB e antigo PFL. No entanto, do ponto de vista da esquerda, a avaliação do período em que Lula foi presidente do país (2002-2010) permanece em aberto.

Tendo em vista que o governo Lula é, igualmente, rejeitado e estimado por meio do marxismo, para essa dissertação, torna-se central tomá-lo como objeto de análise – não deve parecer possível dissociá-los. Parece inadiável, com vistas à compreensão de seu governo, considerar essa hipótese uma vez que ele está enredado às circunstâncias que estimularam todo o contexto que levou o Brasil a ser presidido, entre 2002 e 2010, por uma liderança egressa das mobilizações do setor metalúrgico do ABC paulista. Essa é uma aposta importante para a confecção desse trabalho: *fazer a manutenção desse vínculo é condição para uma crítica ao governo Lula*. No entanto, não se trata de fazê-la do modo usual, a saber, utilizando da tradição marxista para abordar o problema “de fora para dentro”. Aqui, ao contrário, trata-se de reconhecer a conexão existente e verificá-la em sua intimidade. Inspeccionar as possibilidades dessa asserção articula todo o desenvolvimento do texto –

maneja-as organizo minha tentativa de compreender os dois primeiros mandados presidenciais do PT. Sem dúvida, é demandada a revisão das premissas e, principalmente, dos pressupostos que atravessam o debate que tem visado entendê-lo a partir de Marx. Assim, serão postos em perspectiva os *enunciados mínimos* do discurso petista. Ou seja, aquilo que permanece invariável em sua forma e o qualificou como alternativa política no Brasil. Considero que o núcleo fundamental de sua constituição está localizado em aspectos centrais e decisivos de toda política moderna. Em uma palavra, entendo que aquilo que lhe confere efetividade na atual conjuntura está referido à dinâmica histórica própria à “época burguesa” e, como tal, propicia reflexões e análises baseadas na teoria marxiana. No entanto, aqueles que anseiam arregimentar os meios para superá-lo, a meu ver, permanecem sediados pelas mesmas injunções que tornaram o petismo o que é para a sociedade brasileira. Cabem no momento duas rápidas observações, tratadas ao longo do texto, acerca da hipótese do “continuísmo” entre o PT e o PSDB: (1) tal premissa, alicerçada na denúncia da capitulação do governo Lula, tem como pressuposto a mesma visão de mundo que confere circulação *social* ao PT e, portanto, é crítica de sua prática e não de sua teoria porque compartilha com ele a mesma conceituação do neoliberalismo e à luz desta igual conceituação se pretende outra prática; (2) sem dúvida, deve-se sempre considerar a “vontade política” como componente ativo dos processos de transformação ou conservação do mundo, mas, à luz da reflexão marxiana, tal vontade não pode ser o eixo para a compreensão crítica desses mesmos processos, ainda que os envolvidos neles possam emitir pareceres a seu respeito com base em suas convicções de modo coeso e refletido.

Antes de apresentar os capítulos dessa dissertação, cumpre enfatizar a importância do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Desde meu ingresso na casa no ano de 2012, pude construir uma rotina de estudos que levarei comigo para além da conclusão do mestrado que fiz. A dedicação do corpo docente, seu comprometimento acadêmico e notória produção científica, foram oportunidades para aprofundar-me nas questões que me motivaram desde o término de minha graduação nas Ciências Sociais em 2009 – também na UERJ. Registro com estima o suporte oferecido pelos colegas discentes, sobretudo os de minha turma, ao longo do curso. A convivência durante o período, com toda certeza, enriqueceu as reflexões que conduziram esse trabalho. Igualmente, com apreço, destaco a determinação do Grupo de Trabalho e Pesquisa – Ontologia Crítica/UERJ, coordenado pelo professor Mario Duayer, com que me comprometi tão logo ingressei na pós. Tanto quanto foi possível para mim, fiz o trabalho de modo que não fosse vão. Tentei ao máximo, dentro de meus limites

intelectuais, contribuir ao pensamento crítico. Ao tomar como referência a teoria marxiana, procurei não ser exegético ou puramente protocolar nessa dissertação. Afirmo, por fim, que as omissões contidas nesse trabalho são de minha responsabilidade e qualquer acerto eventual, ao contrário, deve ser atribuído a todos.

No primeiro capítulo, procuro enquadrar o problema do ponto de vista de sua forma atual. Trato de sistematizá-lo nos termos com que se apresenta ao debate. Assim, dá-se destaque à caracterização de sua referência imediata, a saber, o neoliberalismo. Parte do capítulo está dedicada à sua discussão, realizada *in loco*. Ou seja, os comentários que apresento sobre ele são gerados pela leitura direta de seus formuladores mais conhecidos. Destacando-os pretendo trazer sua própria exposição que, por força dela mesma, exige algumas indiretas incursões ao keynesianismo – seu avesso. Os alicerces do pensamento neoliberal são dispostos nessa seção do capítulo e, decerto, pretendem contextualizar aquilo que veio a ser sua experiência e prática histórica, décadas mais tarde no Brasil. Em seguida, é observado seu “balanço” e, para tal, se prioriza a produção de destacados intelectuais contemporâneos – brasileiros e estrangeiros – acerca da questão. Reconhecidos por sua militância política e capacidade teórica, abordo suas reflexões sobre o tema. Entre próximos e identificados ao marxismo, esses pesquisadores são responsáveis por amplos estudos sobre o neoliberalismo e respondem por grande parte da bibliografia destinada ao assunto. Influenciam em larga medida o debate crítico em torno do problema e, acredito, conformam o quadro geral de sua percepção entre a militância – suas posições são subjacentes às lutas de resistência às diretrizes do pensamento neoliberal, portanto. Dá-se evidência, particularmente, aos teóricos brasileiros ou próximos à discussão local porque esse recurso pretende cumprir com as tarefas assumidas por esse capítulo. Cabe salientar que muitos desses teóricos se inserem nas campanhas de resistência ao neoliberalismo e colaboram, desde suas atividades, na construção de instrumentos para impedir sua progressão ou restauração.

O capítulo é finalizado com a perspectiva petista sobre o problema. Reporto-me, inicialmente, ao seu discurso sobre as políticas neoliberais ou, mais precisamente, ao seu surgimento e vínculo com o sistema capitalista do ponto de vista do partido. São apanhados, em sua própria forma, argumentos que considero centrais para sua posição em relação a elas. A bibliografia utilizada expõe sua interpretação a respeito do último avatar do capitalismo, as causas de sua existência, seus impactos na história contemporânea e os meios para sua derrota. Os textos a que recorro possuem fisionomias distintas, mas conformam uma mesma coerência em razão de sua gênese comum. Documentos do partido, artigos acadêmicos e

políticos de seus militantes, publicações editoriais direcionadas ao público interessado no assunto ou em geral, programas de governo derrotados e vitoriosos são usados indistintamente, pois, a meu ver, apresentam uma imagem coerente sobre a questão. Acredito que, no essencial, possuem uma lógica que persiste entre eles e, portanto, estrutura o comportamento do partido em relação ao discurso e prática dos reformadores neoliberais – mesmo quando variam as circunstâncias de sua enunciação. Finalizando o primeiro capítulo, o enfoque passa às análises acerca do governo Lula e sua relação com a administração que lhe antecedeu. Entre seus opositores de esquerda, tal qual nos anos FHC, o governo Lula serve às classes dominantes porque conserva seus interesses junto ao Estado brasileiro. Os que o afirmam, consideram-no uma continuidade do modelo político que definiu o governo tucano – identificado por neoliberal, mantenedor dos privilégios da burguesia local e subordinado à internacional. Em suma, salvo uma ou outra concessão ao petismo, estilística e não mais que isso, entre os fidelizados à tradição marxista, entende-se que suas ações replicam o governo FHC e não representa os interesses da classe trabalhadora do país.

No segundo capítulo, de modo retroativo, sigo em direção ao que acredito orientar todo o debate sobre o governo Lula. Viso o que o institui e, por fim, sustenta seu curso. Entendo que *todos os nomes do desenvolvimento* articulam sua discussão a despeito dos ângulos e pontos de vista que advogam. Para mim, retornando à sua forma básica e elementar, à sua condição mínima, as múltiplas diferenças que conduzem a contenda se resolvem e faz-se possível compreendê-las de modo preciso – não me refiro apenas às defesas do projeto de país que o PT tem trazido consigo para incentivar adesões à sua política, mas seus ataques pela esquerda também. Desenvolvimentismo, nacional-desenvolvimentismo, novo-desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo, liberal-socialismo, social-desenvolvimentismo, pós-neoliberalismo (assim como o próprio neoliberalismo), tem motivado atitudes distintas, absolutamente variadas entre si e mutuamente excludentes em cada circunstância histórica, de acordo com cada finalidade em específico. Apreendem, quando enunciados, algo de efetivo da vida social – não importa se para justificar ou desautorizar esta ou aquela finalidade. Porém, obscurecem na mesma medida aquilo estrutura sua dinâmica. Portanto, entendo que a crítica que se ocupa do assunto precisa ater-se menos à *trajetória* do que o nomina para focar-se naquilo que o ocasiona no transcurso do processo *histórico*.

Por não ser herdeiro nem reivindicar o comunismo do Leste Europeu, o PT constituiu-se através de sua revisão. Nessa medida, aproveitou-se das reflexões iniciadas por militantes

comprometidos com a tradição marxista, mas críticos da experiência soviética. Seus estudos influenciaram a formação do partido e permitiu-lhe fazer importantes incursões no contexto da *questão democrática*, sem que assimilasse o “revisionismo” da socialdemocracia européia – motivo de recusa tanto quanto o “totalitarismo” bolchevique. Informar-se sobre o petismo sem remeter-se ao pensamento de Gramsci seria uma incorreção dado que impactou a fortemente concepção de mundo dos militantes organizados no PT ou influenciados por ele. Sua interpretação acerca do fenômeno estatal foi particularmente proveitosa na formação da identidade ao partido – associação considerada válida pelo entendimento de que o processo histórico brasileiro e italiano possuíam semelhanças. Dentro do roteiro do trabalho, haja vista o objeto que pretende apreender, pareceu-me suficiente ocupar-me da abordagem proposta por Coutinho a respeito da serventia de Gramsci para a militância socialista do país. Intelectual brasileiro, demiurgo na difusão da obra do marxista italiano no Brasil, sua leitura consolidou entre os engajados com a “transição socialista” (dentro e fora do PT) uma imagem peculiar do Estado – sintetizada nas concepções *restrita* e *ampliada* que apresentou aos interessados na questão. Em suma, o Gramsci que arma o petismo, para as finalidades do capítulo, é extraído do trabalho de Coutinho. Tanto quanto o debate sobre o Estado, a meu ver, a *questão do desenvolvimento* determina a experiência petista e, por isso, a seção seguinte dedica-se a ele. Como não veio escorar seu discurso no marxismo oficial, com relação ao assunto, o partido encontrou no pensamento social brasileiro aquilo que exigia sua prática. Vinculados à tradição marxista ao mesmo tempo em que autônomos à ortodoxia que imperava a seu tempo, importantes intelectuais e pesquisadores locais propiciaram uma orientação geral aos militantes que construíram décadas mais o partido. Com cuidadosas observações historiográficas, enriqueceram a compreensão acerca da formação social do país e sua articulação com os processos globais. Reivindicando o método de Marx, forneceram uma crítica às concepções lineares sobre o progresso histórico e desautorizaram um conjunto de apostas que figuravam entre os interessados na superação do atraso nacional. Por fim, progredindo até o fim do capítulo, concluo-o explorando aquilo que, a meu ver, subjaz nas incursões sobre os temas do *Estado* e *desenvolvimento* que tanto o PT quanto seus adversários de esquerda utilizam para defender suas posições e atacar as demais: o axioma da “particularidade nacional”, de seu caráter *sui generis*.

No último capítulo, por fim, pretendo oferecer uma alternativa. Considerando o governo Lula e a disputa localizada entre a esquerda sobre sua avaliação, haja vista que o marxismo atravessa indistintamente todas as posições sobre ele, acredito ser oportuno recorrer

aos debatedores que se notabilizam pela reinterpretação da teoria crítica de Marx à economia política. Penso que o projeto de refundação que propõem pode conduzir investigações sobre o caso brasileiro com grande serventia, apesar de não se dirigem a ele especificamente. A discussão que apresentam, acredito, permite a reformulação dos problemas que tem encaminhando – sem maiores resultados – todo o debate sobre o governo Lula porque se dirigem ao entendimento a respeito do capitalismo contemporâneo. *Os potenciais usos gerados por esse caminho se referem menos às possíveis respostas prontamente eficazes e mais à reformulação dos problemas que tem conduzido o conjunto das análises acerca do assunto.* Os estudos desenvolvidos por esses teóricos não constituem uma “doutrina” ou “escola” no sentido usual do termo, mas um espaço comum para compreender criticamente a última encarnação do capital. Municiam com suas reflexões iniciativas desta natureza e, para mim, por essa razão, ampliam as perspectivas para exposição do objeto tratado nessa dissertação.

A última parte do trabalho examina o problema da regulação do mercado. Referência central do discurso e prática petista, também guardada por seus opositores de esquerda, habita o imaginário da esquerda contemporânea em suas lutas contra o sistema capitalista – princípio generalizado, e baseado numa apropriação parcial da teoria marxiana, que orienta as ações daqueles que almejam impor-lhe uma derrota. Dada as circunstâncias atuais, desde o advento do neoliberalismo e da dissolução do “socialismo real”, as demandas pela transformação da realidade tem privilegiado o assunto. O pressuposto das demandas por regulação é determinada *ideia de Estado* (MARX, 2005, p.128). Localizando e isolando momentos de sua predileção, correspondentes aos esquemas conceituais e convicções ideológicas que as guiam, conduzem o desenvolvimento de meios que imponham limites à avidez dos agentes econômicos. Sob esse postulado, *das formas estatais se abstrai a forma Estado*¹ e, em última instância, repete-se à exortação política do idealismo alemão criticada por Marx. A contextualização histórica erigida por intelectuais e militantes do petismo exibidas na primeira seção desse capítulo, bem como sua compreensão das tarefas imediatas da luta contra a ordem vigente, tornam patente seu vínculo com essas ideias – perdendo a oportunidade de compreenderem criticamente a natureza do Estado e sua articulação com o sistema produtor de mercadorias ou, mais precisamente, o lugar da circulação na produção do valor nessa sociedade ou de sua regulação. De acordo com a segunda parte do capítulo, essa impostura se deve às leituras correntes e tradicionais de Marx. Nessas interpretações perder-se-iam às

¹ “(...) todas as demais formas estatais são uma forma de Estado precisa, determinada, particular (...)” (MARX, 2005, p.50).

condições teóricas que fazem do pensamento marxiano ferramenta poderosa na compreensão das estruturas e mecanismos que dão historicidade às relações sociais capitalistas. Para resgatá-las, admitindo seus impasses contemporâneos, deve-se ir às suas bases e refazer progressivamente seu caminho. O que, no entanto, não pode se dar sem uma profunda crítica ao percorrido.

Por fim, concluindo o último capítulo da dissertação, procuro entender a crítica da economia política de Marx como realização da crítica à política que ensaiou em sua juventude. Ainda embaraçado ao idealismo alemão, não pôde resolver os limites ao qual se via submetido antes de dedicar-se ao estudo da economia burguesa. No entanto, o deslocamento de seus esforços para o domínio da teoria econômica não informa, em absoluto, uma adesão a esse campo em detrimento ao filosófico – a crítica de Marx à filosofia do direito de Hegel não resultou numa filosofia do direito superior assim como a crítica de Marx à economia política de Ricardo não teve como fruto ou objetivo uma econômica marxista. A teoria social de Marx lhes corta numa diagonal. Assumo, através dos debatedores a que recorro nesse último capítulo, que sua crítica da economia burguesa sedimenta as bases para o desenvolvimento da crítica do todo *socialmente existente*. Portanto, sua análise da mercadoria, do processo de troca e do valor na sociedade capitalista corresponde às condições para a crítica da *forma política* que, por definição, lhes acompanha e se desenvolve historicamente em meios aos antagonismos de interesses entre capitalistas e trabalhadores em torno da circulação/apropriação do excedente – cuja raiz está no sistema produtor de mercadorias. As disputas que ocorrem nessas circunstâncias estão subordinadas à dinâmica do capital que, por sua vez, não deve ser reduzida à maneira com que os indivíduos as entendem.

Sem levar ao desmentido o governo Lula e os defensores do PT, seja do ponto de vista político ou teórico, acredito que as condições de sua exposição crítica estão condicionadas na aposta de que sua distinção para com o governo FHC é *socialmente* objetiva. Para essa dissertação não se deve ignorar sua efetividade, sua validade prática, da mesma forma que a existência de Deus não foi refutada por Marx em sua tese de doutoramento em 1841 (LUKÁCS, 2012, p.281)². O segredo de sua forma está em sua própria forma – não há,

² “(...) As provas da existência de Deus nada mais são do que tautologias vazias – a prova ontológica, por exemplo, não vai além da seguinte afirmação: ‘o que eu imagino realmente (*realiter*) é uma representação real para mim’, ela atua sobre mim e, nesse sentido, todos os deuses, pagãos ou cristãos, possuíram uma existência real. O antigo Moloque não exerceu uma dominação? O Apolo délfico não era uma potência real na vida dos gregos? Diante disso, de nada vale nem mesmo a crítica de Kant. Se alguém imagina possuir cem táleres, não sendo isso para ele apenas uma representação arbitrária, subjetiva, se acreditar de fato nela, então os cem táleres imaginados têm para ele o mesmo valor de cem táleres reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas em função desse

portanto, “cerne oculto” a ser revelado por detrás dela (MARX, 2013, p.147). Compreender o movimento da sociedade capitalista fora do circuito sequencial bipolar que o caracteriza, que passa de um padrão de acumulação ao outro, foi minha intenção. Procurei não me deixar impressionar pela materialidade das transformações pelas quais passa o sistema em suas fases. Essa sucessão de uma forma à outra que se atualiza de crise em crise é atinente à sociedade burguesa. Cada uma delas inscreve sua própria alternativa e, mediada por seu avesso, prepara seu retorno. É nesse enquadro que procuro me posicionar para fazer considerações acerca do governo Lula e seu vínculo antitético com o neoliberalismo.

seu dado imaginário, o qual provocará uma ação efetiva, do mesmo modo que toda humanidade contraiu dívidas contando com esses deuses (...)” (MARX, 1841).

1 UM SISTEMA É UM SISTEMA DE POSIÇÕES E OPOSIÇÕES

1.1 Algumas considerações preliminares

Considerado os governos Lula, predominam duas alternativas para sua compreensão: *não equivale a seu imediato antecessor; equivale a ele*. Assim abordado, o exame da primeira experiência administrativa em nível federal do Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2002 e 2011, a partir da eleição e reeleição de Luís Inácio Lula da Silva, sugere que (1) *os oito anos de Governo Lula representam uma importante fissura em relação aos anos FHC quanto ao tipo de gestão político-estatal vista entre 1994 e 2001* ou (2) *que o PT comportou-se no governo sob os mesmos critérios que caracterizaram os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso*. Interpretado dessa forma, pode-se dizer que o debate é sustentado por certa *ideia de Estado*, de modo que independente das angulações possíveis, admitindo a contraditoriedade subjacente aos pontos de vista rivalizados no debate, a forma-Estado é sempre seu limite e, ao mesmo tempo, ponto de partida. Cabe dizer que a tematização da equivalência ou da diferença entre os governos FHC e Lula, num primeiro momento, obedece, evidentemente, a tendências político-partidárias. De um ponto de vista crítico, em relação a ordem dos discursos e teorizações de cada partido sobre si e, claro, a respeito daquilo que lhes parecem oposto, o gesto mais adequado é o que não se deixa fixar pelos atributos e propriedades de cada um nessa mesma disputa.

A questão fundamental não é determinar/localizar a “veracidade” ou a “falsidade” da posição petista sobre o assunto, mas antes: *como tal formulação pode surgir, permanecer e circular socialmente?* Como será defendido nessas páginas, a partir das coordenadas que indexa para identificar o neoliberalismo. Em última instância, as condições que armam o petismo são postas não pela experiência administrativa em nível de Estado realizada nos dois mandatos presidenciais de Lula, mas fundamentalmente no modo como figurou e subjetivou a modalidade de gestão estatal durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Não se trata de afirmar que (1) *isto é assim porque o petismo capitulou em seus compromissos para*

com a classe trabalhadora ou (2) porque o petismo não foi capaz de teorizar de modo suficiente a prática governamental tucana. Nos dois casos, de um ponto de vista estritamente filosófico, quando a derrota histórica é concebida como expressão ou da “falta de sinceridade com o projeto” ou, por outro lado, da “falta de clareza sobre o projeto”, a crítica torna-se insuficiente porque não se deve afiançar a (in)efetividade social de uma prática ou ideia restringindo sua existência nela própria – a lição marxiana acerca do *processo histórico* não admite uma redução ôntica da experiência histórica simplesmente pelo fato de que os homens *a fazem não como querem e nem mesmo como* (imaginam que) *sabem*. Com vistas à compreensão do processo histórico, a crítica deve prescindir de um juízo a respeito das disposições pessoais dos homens em suas realizações.

Por essa razão, estando os sujeitos em questão conscientes ou não de tal fato, toda tematização do Governo Lula tem na forma-Estado seu ponto de partida ineliminável, mínimo e, por isso, universal. As divergências e variações de diagnósticos e prognósticos sobre o assunto dependem, igualmente, desse mesmo momento. Não por um recurso tático, estratégico, ideológico, performático para expor ou encenar sua oposição para com o modelo de administração em nível de Estado que lhe precedeu, mas por se tratar de uma condição da política em si (desta sociedade) – uma condição da *política* não apenas do ponto de vista petista, mas também daqueles que rivalizam com ele. Na *Carta ao Povo brasileiro* (2002), essa determinação *social* da política se manifesta, por exemplo, pela articulação defendida entre “crescimento econômico” e “justiça social” expressa no documento.

“(…) A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública (...) Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social (...) As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social (...)” (LULA, 2002)

O “crescimento econômico”, segundo a posição do texto, viu-se impedido pelo modelo político que assumiu o país e o geriu de 1994 até 2001. Esse impedimento poderia ser descrito, de maneira sucinta e sem maiores prejuízos, como produto das políticas executadas por FHC e sua base aliada³. Dito isso, depreende-se então: (1) *o crescimento econômico é uma condição para o país se desenvolver* e (2) *para se desenvolver é necessário que o país*

³ Ao ver do PT: “(...) As privatizações e a fragilização financeira do Estado debilitaram a infraestrutura econômica e social, comprometendo a competitividade e o potencial de crescimento da economia (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO DO PT 2002-2006, 2001, p.27).

adote “outro modelo” de gestão política em nível de Estado. Dirimido dessa forma o argumento petista, i.e., “o processo de desarticulação das atividades do Estado brasileiro” (ROUSSEF, 2010, p.189), compreendido como produto do sucateamento do Estado no país ao longo da administração tucana, exigia sua recomposição como alternativa ao padrão de governança gerido por seus adversários políticos. Processo que, de acordo com essa interpretação, compartilhada com outros nichos de debate (político e conceitual) para além do espectro petista, realizava localmente necessidades globais do capitalismo, cujo padrão de acumulação desde meados dos anos de 1970 começava a impor uma série de operações e procedimentos identificados como neoliberais. A experiência neoliberal brasileira, portanto, seria o ponto de partida para este “outro modelo”, de acordo com a interpretação que balizou as iniciativas políticas de cessar com ele. Como não poderia deixar de ser, logicamente, o modelo de governo defendido para o Brasil pelo PT continha e portava uma detida abordagem sobre o assunto – sem a qual, vale dizer, não parecia ser possível se colocar como força política alternativa naquela conjuntura.

“(…) Conjunturalmente, em 2002, o país sofria os efeitos das políticas implementadas pela coligação PSDB-PFL, que frearam o crescimento, concentraram renda e riqueza, debilitaram o Estado (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO DO PT 2007-2010, 2006, p.5)

Todo o esforço para a construção de uma alternativa se daria na direção de uma recomposição do *lugar* do Estado – perdido em função do modelo político-econômico operado no país desde sua redemocratização e que se consolidou durante gestão tucana. Segunda essa interpretação, trata-se de uma espécie de restituição do “protagonismo do Estado” no interior das relações sociais vigentes, cujo sentido seria o do combate e minoração das discrepâncias e iniquidades geradas pela “desregulação dos mercados”. Recompôr, portanto, a capacidade da ação estatal seria uma condição para superação e/ou tencionamento nesse contexto. Em outras palavras, observado os critérios que habilitam essa posição, objetivava-se uma “reorientação” do *papel* do Estado, entendido como portador de características (historicamente conquistadas, obviamente) de proveito político para as lutas sociais contra o neoliberalismo – da qual, evidente, o PT também tomava parte.

“(…) Quando disse que ia ‘virar a página do getulismo’ na história do Brasil, FHC revelava a consciência clara de que o Estado regulador, protetor do mercado interno, indutor do crescimento econômico, que garantia os direitos sociais e promovia a soberania externa era um obstáculo frontal ao modelo neoliberal. Buscou desarticulá-lo, reduzindo-o ao Estado mínimo, a favor da centralidade do mercado (...)” (SADER, 2013, p.137)

Nesse modelo alternativo ao neoliberalismo, o princípio da “não oposição” entre o econômico e o social seria momento privilegiado. Em entrevista para *Teoria & Debate*, Tereza Campello (economista, fundadora do PT e ministra do Desenvolvimento Social e Combate à fome desde 01 de janeiro de 2011) afirma que a articulação entre esses dois campos sempre fez parte do horizonte político do partido e instituiu um axioma, uma referência, para o tipo de administração que pretende legar ao país. O “crescimento” do país, sob tal critério, exigiria não somente a elevação como também a diversificação de investimentos públicos dado que seu êxito dependeria da articulação defendida, pensada como possível, pelo PT. O que, evidente, contrasta com as disposições do governo FHC por seu compromisso com a agenda neoliberal à época. Marcello Averbug, por exemplo, em *Economia e Política da crise brasileira* (1995), livro que reuniu e apresentou o pensamento do grupo que orbitava o então presidente da república, ao abordar o tema da “privatização”:

“(…) Embora tantas décadas de forte presença estatal tenham garantido elevada taxa histórica de crescimento e transcorrido sob harmoniosa convivência com o setor privado, presenciamos nos últimos anos contundentes críticas a tal ‘intromissão’. Essa onda recriminatória não resulta de um ataque coletivo de ingratidão nem de uma epidemia de liberalismo, mas sim de um contexto condicionado pela exaustão do antigo modelo de participação do setor público na vida econômica nacional (...) Os investimentos na indústria são agora menos relevantes, pois o empresariado nacional adquiriu suficiente maturidade financeira e o capital estrangeiro é visto sob um ângulo mais abrangente. Pelo mesmo motivo, perdeu prioridade a manutenção de empresas sob o controle acionário estatal (...)” (AVERBUG, 1995, p.173)

O tema da privatização, no essencial, é modo de indagar-se a respeito do lugar e papel do Estado nessa sociedade. O pressuposto insuprimível de toda reflexão a respeito da privatização é a definição de uma medida que seja capaz de conferir à iniciativa estatal predicados mais ou menos lisonjeiros conforme, é claro, a taxionomia que possibilita tal operação. O tema, vale destacar, não é propriedade da posição neoliberal e faz parte da topografia conceitual que dá vida ao pensamento burguês – em sua diversidade interna – e é familiar, inclusive, à “questão nacional”. A imaginação política condicionada (histórica e socialmente) pelo espectro do subdesenvolvimento e, por conseguinte, preocupada com a ideia de desenvolvimento, preocupou-se largamente acerca do arranjo político-econômico mais adequado entre Estado e sociedade. Octavio Ianni, por exemplo, apresenta três matrizes que encampam o tema de modo a consolidar uma perspectiva e estabelecer um domínio de atuação e limite: o Partido Comunista Brasileiro com sua “revolução democrático-burguesa”, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros em seu “neobismarckismo” e a Escola Superior de Guerra em sua proposta “segurança e desenvolvimento” (IANNI, 2004). Uma geração de

intelectuais no Brasil (e também na América Latina), germinais no uso criativo de categorias marxianas para análise da realidade local, alargou o repertório interpretativo disponível e abriu, posteriormente, o caminho para que o assunto (do subdesenvolvimento, das vias de desenvolvimento, da relação entre Estado e mercado, da articulação entre centro e periferia etc) recebesse tratamento mais qualificado.

“(…) É preciso reconhecer as importantes contribuições das teorias do desenvolvimento que incorporaram noções sobre o intercâmbio desigual e a exploração da força de trabalho (...) Talvez a proposta mais destacada que as teorias desenvolvimentistas fizeram se referia à suposta viabilidade de um desenvolvimento capitalista sem transformações radicais ou levantes violentos. A proposta, ancorada nas críticas à economia política de Marx e Keynes, assegurava que os países da periferia podiam alcançar o centro do sistema capitalista mediante negociações políticas e político-econômicas (...)” (GANDÁSEGUI, 2009, p.271)

O “desenvolvimento”, nesse registro, passa ser considerado não apenas como resultado (intrínseco) às relações econômicas, mas também como resultado de sua gerência (extrínseca) por um agente regulador, a saber, o Estado. Ricardo Bielschowsky argumenta a “caracterização do subdesenvolvimento como uma condição da periferia” (2012, p.16) para expor o que subjaz no quadro analítico geral sobre o tema no Brasil. Destacando, em consonância com os estudos cepalinos⁴, o papel da periferia na progressão técnica do centro em seu desenvolvimento econômico, assevera o “planejamento” como produto lógico da tese do desequilíbrio estrutural na dinâmica entre esses dois momentos (centro e periferia) da produção e troca presidida pelo capital no globo. Baseando-se na especificidade da região, o autor descreve seu padrão de desenvolvimento como sem precedente na medida em que não obedece ao mesmo compasso visto nos países avançados e desenvolvidos. Ao contrário deles, a superação de “estágios de atraso”, sua modernização, não se daria de modo endógeno às atividades econômicas capitalistas e, por sua própria natureza, demandaria fatores exógenos a ele. De modo semelhante, José Luís Fiori conclui que

“(…) o desenvolvimento visto desde então como um processo possível de ser induzido ou acelerado politicamente e, portanto, diferente na teoria econômica, da ideia simples do crescimento. É algo que implicaria transformações de tipo institucional, estrutural e uma aceleração do processo de crescimento, da acumulação capitalista (...) Isso graças ao fato que se acreditava ser possível: a indução da aceleração e da sustentação do investimento. Nascem as chamadas teorias do desenvolvimento e nasce o desenvolvimentismo (...)” (1998, p.69)

⁴ “Órgão vinculado à ONU, fundado em 1948. Desenvolveu um marco teórico que rompeu com a linearidade dos modelos de desenvolvimento e constituiu-se como base para a aplicação dos programas de industrialização por substituição de importações nos países da região” (SADER, 2009, p.180).

Em nível conceitual, essas teorias procuraram subsidiar práticas estatais heterodoxas, sem dissuadir acerca da função do mercado na sociedade burguesa. O reconhecimento da necessária instabilidade do mercado autorregulado propiciou outro marco de formulação sobre as atividades econômicas por reconhecer as contradições inelimináveis do modo de produção capitalista⁵. O intervencionismo estatal e políticas de aceleração econômico, para não falar de outros, são princípios que aparecem como condições para o desenvolvimento das relações de produção e reprodução nessa sociedade desde Keynes. O caminho aberto por sua reflexão alicerçou formulações subseqüentes e tiveram particular acolhida nos países em que a passagem para um contexto mais “elevado” de sociabilidade, isso é, cada vez menos comprometido com o passado e suas determinações, era uma meta. Em suma, todo projeto político de modernização das relações sociais, principalmente na periferia do sistema, que priorizava (teórica e praticamente) a atividade econômica e sua articulação com outros níveis da vida social, concedeu honras a discussão keynesiana. Quando surgiu prestou-se a organização de economias completamente arrasadas numa conjuntura histórica profundamente marcada pela seqüência Quebra da Bolsa de Nova Iorque (1929) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Sem maiores comentários sobre esses acontecimentos, de fato estabeleceram a conjuntura em que os métodos intervencionistas extraíram credibilidade dado que a suas chaves interpretativas prevaleceram na busca por caminhos de reconstrução das sociedades e economias capitalistas⁶. Seus *insights* serviram a prolongações que ora se aproximavam, ora se distanciavam do domínio teórico fundado por ele. Variando conforme o andamento das relações sociais de produção presidida pelo capital e gerenciada pelos capitalistas, seu semblante permaneceu resolutamente herético.

De modo similar, em função de outras determinações e sob outra conjuntura, evidente, o cenário se repete ao fim do século XX e início do XXI no Brasil com a eleição de Lula. Garantida as devidas mediações, em suma, o discurso petista deu-se nas coordenadas postas

⁵ “(...) Preocupado em compreender a crise de 1929 e em encontrar respostas para ela, John Maynard Keynes (1883-1946), em seu clássico livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, publicado em 1936, defendeu a intervenção estatal com vistas a reativar a produção. Ele se referia a uma maior intervenção do Estado na economia, em sintonia apenas do ponto de vista dos fundamentos econômicos, com as saídas pragmáticas do período – como vimos, o *New Deal* e o nazi-fascismo. Keynes, cabe dizer, preocupava-se com saídas democráticas para a crise (...) propugnava a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo (...)” (BERINGH & BOSCHETTI, 2008, p.83).

⁶ “(...) Na verdade, o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929-1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós-guerra (...)” (BERINGH & BOSCHETTI, 2008, p.83).

pelas teorias que se notabilizaram pela denúncia do livre-mercado e pela prospecção de procedimentos para sua regulação. Elas, retido o que há de substancial, descrevem: o mercado avança motivado por seus imperativos; tende a converter-se em força corrosiva porque a busca por novos mercados coloniza toda vida social a despeito de potenciais efeitos destrutivos causados por ela (incluindo sua própria debilitação); segue-se então a necessidade de uma forma de controle que exerça sobre o mercado força totalizadora capaz de garantir que tal ímpeto seja direcionado socialmente (com vistas à elevação do padrão de vida como um todo) e não sirva somente ao acúmulo dos capitalistas que concorrem entre si; esses jamais se colocariam tal tarefa por estarem justamente ocupados com essa mesma concorrência, de modo que a destituição da autonomia do mercado demanda a mobilização de recursos que poderiam devir apenas de outra esfera social, a saber, a política por meio do uso do Estado. Para essa orientação, mantida a independência da esfera econômica, se organizada sob os termos do livre mercado, resulta no caos.

“(...) o que se vê hoje em todo o mundo é uma procura desesperada por uma solução. Em toda a Europa ocidental há hoje 20 milhões de desempregados, que custam às nações, cada um deles, 2.000 dólares por mês (...) Isso é insuportável até mesmo para os empresários (...) a lógica chamada neoliberalismo é a ditadura do capital (...) transpor essa lógica suicida para o plano nacional é um crime hediondo (...)” (COMPARATO, 1998, p.124)

Não é difícil perceber a relação entre a interpretação que deu lugar ao PT no Brasil sobre a gestão tucana entre os anos de 1990 e 2000 com a grade conceitual armada pelas teorias regulatórias e intervencionistas. O que se quer dizer com isso é que, no essencial, as chaves analíticas da escola pós-keynesiana que na metade do século XX procurou rivalizar com a ortodoxia liberal serviram de modelo e base para a crítica ao neoliberalismo – realizada por amplos segmentos sociais no país na luta política contra o bloco de poder encarnado pelo governo FHC. Evidente que essa conjunção é determinada pelas circunstâncias e possível nos limites postos pela realidade. Tanto que, seja por compromisso (ideológico) com princípios mais “radicais” da luta política ou predileção (teórica) com postulados mais detidos acerca da especificidade da periferia na engenharia global, o próprio partido jamais se colocou francamente como inspirado em Keynes ou, apesar de declaradamente de esquerda, frontalmente identificado com a socialdemocracia europeia⁷ – até porque os próprios axiomas

⁷ (...) convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas socialdemocratas. As correntes socialdemocratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo (...) Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico não corresponde à convicção

que fundaram essa alternativa, focados na especificidade nacional e críticos da ideia de uma progressão clássica e linear do desenvolvimento capitalista, desautorizavam qualquer paralelismo com as experiências locais do centro do sistema. No entanto, à revelia do que pensavam os petistas de ontem e o que pensam os petistas de hoje, sua filiação a essa família obedece aos mesmos critérios de qualquer família: nela, sem qualquer afinidade, simplesmente se nasce e pertence. Ao mesmo tempo, desconhecer esse parentesco, como querem alguns de seus opositores à esquerda, resulta efetivo, fundamentalmente, no nível da ofensa na medida em que se desqualifica que, apesar de se querer como de esquerda, sequer foi capaz de realizar um programa tão “recuado” quanto da socialdemocracia⁸ – que, aliás, da parte desses setores mais “radicalizados”, revela sua (embaraçada) identidade com o “modelo reformista”. Porém, ao se perder o fôlego para achar-se em decência, o que esse tipo de enunciado mantém é sua incompreensão sobre o assunto de modo que o produto mais concreto desse andamento é seu imobilismo frente à interpretação petista – por depender das mesmas categorias que balizam o MPG.

1.2 O neoliberalismo do neoliberal e o neoliberalismo do balanço do neoliberalismo

Anton Menger *O direito ao produto integral do trabalho historicamente exposto* (1886), onde questiona a originalidade teórica de Marx, acusando-o de plagiar socialistas utópicos, e defende a esfera do direito como via para a luta política orientada à abolição da divisão por classes e superação da sociedade burguesa. Segundo ele, a igualdade socialista reivindicada pelos trabalhadores, inspirados nos escritos marxianos, em verdade, encontraria na forma jurídica sua realização. Argumento que, considerando o fato da exploração da força de trabalho e o mais-valor (entendido como excedente “não pago” pelo capitalista), o “repasso do produto integral do trabalho” constituiria o elemento fundante de uma sociedade livre e igualitária. Sua posição política, derivada de suas observações teóricas, tinha por pressuposto a regulação estatal das relações de produção de modo a garantir que o trabalhador readquirisse

anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT (...)” Ver em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/osocialismopetista.pdf>.

⁸ “(...) Em cada etapa histórica dos últimos cem anos, o programa reformista foi reduzindo suas ambições de justiça social, e se adaptando às necessidades do capital: a diminuição dos gastos sociais do Estado, favorecendo a redução da carga fiscal e a recuperação da rentabilidade (...) O retrocesso programático que a socialdemocracia europeia levou cem anos para completar, o núcleo dirigente do PT realizou em menos de 20, com mais ou menos camuflagem (...)” (ARCARY, 2004). Ver em: <http://www.pstu.org.br/node/4703>.

o valor gerado por ele e retido por seu patrão. Ao reelaborar a luta socialista sob o ponto de vista jurídico, erigida enquanto um problema da distribuição desigual do valor, Menger não se ocupou dos fundamentos das relações de produção vigentes na sociedade burguesa porque, em verdade, decladaramente ou não, as compreendia como naturais à sociedade. Desta feita, em relação ao tema da luta de classes, caberiam correções de ordem distributiva com finalidades igualitárias para que a “dominação de classe” fosse superada. Um ano depois, em 1887, Engels e Kautsky combateram seu livro em *O socialismo jurídico*. Publicado na revista da socialdemocracia alemã *A Nova Gazeta*, o texto afirmava a ruptura de Marx e Engels com o utopismo no mesmo passo em que discriminava os equívocos de Menger acerca da natureza social da posição dos trabalhadores na sociedade capitalista. Segundo expõem, o mais-valor não constitui uma espécie de “apropriação indevida” pelo capitalista que aliena o trabalhador⁹ – suposto que garante, na formulação de Menger, à luta pela justeza da distribuição seu sentido socialista e confere ao direito seu caráter revolucionário, que dependem, por sua vez, de determinada forma de ação estatal.

Em 1944, Friedrich Hayek escreveu *O caminho da servidão*. Como é sabido, o autor procura apresentar o socialismo como um discurso político autoritário cujo resultado, à revelia das intenções dos sujeitos que o reivindicasse, seria o totalitarismo. Hayek destaca a gradual predominância de uma concepção de mundo e a evolução de um conjunto de ideias que representariam um eminente perigo¹⁰ a ordem social vigente em que valores como a igualdade, conforme sua feição “coletivista”, são mortalmente feridos. Os “planejadores modernos”, como Hayek se refere aos socialistas (indiscriminadamente comparados aos fascistas alemães e italianos), por considerarem o livre mercado pernicioso e, por conseguinte, prescrevem a ele modos de controle, são considerados os responsáveis pelo advento do Estado totalitário na modernidade. O princípio da regulação estatal, segundo Hayek, daria à fascistas e socialistas caráter (social) comum enquanto “inimigos da liberdade” em razão de suas posições políticas sobre a economia de mercado.

“(…) o individualismo tem hoje uma conotação negativa e passou a ser associado ao egoísmo. Mas o individualismo a que nos referimos, em oposição ao socialismo e a todas as outras formas de coletivismo, não está necessariamente relacionado a tal acepção (...) Por enquanto podemos dizer que o individualismo (...) tem como características essenciais o respeito pelo

⁹“(…) Com o mesmo desprezo pelos fatos históricos que sempre constatamos, Menger diz (...) que as classes privilegiadas recebem seus rendimentos sem contribuição pessoal à sociedade. Desconhece totalmente, portanto, que as classes dominantes, na vertente ascendente de seu desenvolvimento, tem funções sociais muito específicas a cumprir (...) Enquanto socialistas reconhecem a legitimidade histórica temporária dessas classes, Menger declara que a apropriação do excedente é um roubo (...)” (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 27)

¹⁰“(…) A tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente mas com toda a evolução da civilização ocidental (...)” (HAYEK, 1987, p.40).

indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual (...)” (HAYEK, 1987, p.41)

Ao descrever o processo de dissolução dos vínculos de dominação pessoal e de autoridade política fundada na tradição vigente na Europa durante a Idade Média, afirma:

“(...) a tendência geral do desenvolvimento social era libertar o indivíduo das restrições que o mantinham sujeito a padrões determinados pelo costume ou pela autoridade (...) A constatação de que os esforços empreendidos pelos indivíduos de modo espontâneo e não dirigido pela autoridade eram capazes de produzir uma complexa ordem de atividades econômicas só poderia ocorrer depois que esse processo de desenvolvimento tivesse avançado até certo ponto. A elaboração de uma tese coerente de defesa da liberdade econômica resultou do livre desenvolvimento das atividades econômicas que tinham sido um subproduto imprevisto (...) O resultado mais importante da liberação das energias individuais foi talvez o maravilhoso desenvolvimento da ciência que acompanhou o avanço da liberdade individual (...)” (HAYEK, 1987, p.41)

Acompanhando a exposição realizada por Hayek entende-se que o declínio do desenvolvimento analisado por ele localiza-se na emergência de visões de mundo que extraem – tanto quanto resultam – da ideia de igualdade enquanto resultado político efetivo. Ou seja, se durante um longo período histórico todo discurso político referendou-se no princípio da liberdade, segundo Hayek, a igualdade tornara-se a força movente hegemônica na política do século XX. A ameaça civilizatória encarnada pelas “ideologias coletivistas” de Hayek não se referiam propriamente ao lugar da igualdade na política da moderna sociedade burguesa – desde sempre presente, com maior ou menor intensidade, em suas práticas e ideias –, mas à forma pela qual passou a ser definida e, principalmente, por aquilo que demandava para sua consecução¹¹. Problema apresentado por ele, por exemplo, nos termos do terceiro capítulo do livro (*Individualismo e Coletivismo*). Após considerar o que chama de “confusão a respeito de meios e fins”, da qual indivíduos dotados de espírito democrático padecem ao se fiarem no compromisso político com os socialistas sem examinarem que os meios contidos nele servem a finalidades opostas as enunciadas¹², o autor assume a planificação econômica como

¹¹ Ainda que se pondere, por exemplo, com Domenico Losurdo e seu *Contra-História do Liberalismo* (2006), de fato seria uma incorreção tomar o princípio de igualdade como completamente extrínseco à sociabilidade burguesa ou mesmo uma forma de, dissimuladamente, persuadir e cooptar ideias emancipatórias para seu projeto de dominação de classe.

¹² “(...) não devemos esquecer que o socialismo não é apenas a espécie mais importante de coletivismo ou ‘planificação’: é também a doutrina que persuadiu inúmeras pessoas de tendências liberais a se submeterem mais uma vez ao rígido controle da vida econômica que haviam abolido, pois, segundo Adam Smith, tal controle faz com que os governos, ‘para se manterem, sejam obrigados a tornar-se opressores e tirânicos’ (...)” (HAYEK, 1987, p.56).

“principal instrumento da reforma socialista” (HAYEK, 1987, p.56). A ideia de planejamento, segundo Hayek, por motivos evidentes fazem o socialismo “de todas as espécies” lograrem sucesso dado que é consenso que o uso da razão é condição central para a realização de uma intenção – como por exemplo “as ideias correntes de justiça social” (HAYEK, 1987, p.56).

No entanto:

“(…) Segundo os modernos planejadores, e os objetivos que perseguem, não basta traçar uma estrutura permanente, a mais racional possível, dentro da qual cada pessoa conduza suas várias atividades de acordo com seus planos individuais. Esse plano liberal, segundo eles, não é um plano – e, de fato, não tem por objetivo satisfazer qualquer ideia relativa à parcela da renda que caberá a cada indivíduo. O que nossos planejadores exigem é um controle centralizado de toda atividade econômica, que estabeleça a maneira pela qual os recursos da sociedade sejam ‘conscientemente dirigidos’ (…)” (HAYEK, 1987, p.57)

Acrescentando, mais à frente, o seguinte:

“(…) A característica comum a todos os sistemas coletivistas pode ser definida, numa expressão tida em grande estima pelos socialistas de todas as escolas, como a organização intencional das atividades da sociedade em função de um objetivo social definido (...) se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que objetivos individuais são soberanos (...)” (HAYEK, 1987, p.74)

Não ocasionalmente, por crer nas atividades econômicas como *locus* privilegiado da ação individual, momento instituinte do desenvolvimento das propriedades inatas do homem, sua recusa à igualdade evocada pelos socialistas deriva da posição que nelas assume o Estado – apresentado como instrumento de correção das disparidades econômicas e sociais resultadas pela “livre concorrência”. De acordo com Hayek, o princípio da intervenção estatal na economia inviabilizaria o desenvolvimento irrestrito de cada um porque as escolhas individuais seriam presididas pelos motivos da economia centralizada. A regulação estatal seria uma força corrosiva à ordem democrática uma vez que o Estado se valeria de sua capacidade coercitiva para determinar o domínio da ação dos seres humanos em sociedade. O regime das liberdades seria então privado de sua autonomia em função da regulação estatal, de maneira que todos os homens comprometidos com os valores fundamentais da democracia deveriam atentar para o eminente perigo que se consolidara na Itália, na Alemanha e na União Soviética das Repúblicas Socialistas.

“(…) A característica que mais claramente distingue um país livre de um país submetido a um governo arbitrário é a observância, no primeiro dos grandes princípios conhecidos como Estado de Direito (...) Segundo as regras do jogo conhecidas, o indivíduo é livre para perseguir suas metas e desejos pessoais, tendo certeza de que os poderes do governo não serão empregados no propósito deliberado de fazer malograr os seus esforços (...) e a gestão das atividades econômicas por uma

autoridade central caracteriza-se assim, claramente, como um caso particular da distinção mais geral entre o Estado de Direito e o governo arbitrário (...)” (HAYEK, 1987, p.86)

Nota-se em larga medida a qualificação que a forma-Estado recebe ao longo do livro que, embora apresente importantes nuances, tendem à denúncia da “crescente veneração ao Estado” (HAYEK, 1987, p.170), verificada por ele nas premissas do ataque ao liberalismo econômico e, principalmente, nos métodos planejadores, preferencialmente os circunscritos à regulação estatal da economia. O que estava em jogo no debate proposto por Hayek, como se sabe, era a dinâmica assumida pelas sociedades capitalistas do pós Segunda Guerra em que o Estado assumiu preponderância e protagonismo. Hayek não rivalizava apenas com os três países citados acima, mas tentava polemizar com as tendências políticas socialdemocratas – com penetração ideológica nos segmentos liberais e direitistas, inclusive – visando solapar o consenso em torno da atuação estatal na sociedade e, claro, mais detidamente, no mercado com finalidades “sociais”. Considerava que todo discurso vindicador da regulação e do intervencionismo estatal estruturava-se, consciente e/ou inconscientemente, numa posição *antisistêmica* em relação a sociedade burguesa e por isso, não importando suas finalidades, era um frontal ataque à divisão *social* do trabalho posta pelo *sistema* capitalista. O que, evidentemente, colocava a teoria de John Maynard Keynes como epicentro de sua reflexão. O que equivale ao seguinte: o debate hayekiano seria *impossível* sem *sua leitura* da experiência política realizada à luz de Keynes – talvez seja pertinente no momento dizer que, conforme se entende nesta dissertação, ambas as posições sobre si e sobre a outra são existentes por serem prepostas por uma concepção de mundo comum, erigida em função do metabolismo do capital e por serem, em relação a ele, fundamentalmente *ideológicas*¹³.

De igual modo, décadas mais tarde, Milton Friedman, um importante monetarista norte-americano de origem russa, dispôs-se a criticar o princípio da regulação na esteira de Hayek¹⁴.

“(…) Enquanto a liberdade de troca for mantida, a característica central da organização de mercado da atividade econômica é a de impedir que uma pessoa interfira com a outra no que diz respeito à maior parte de suas atividades. O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros

¹³ “(…) O keynesianismo realmente jamais conseguiria significar mais do que a “fase de arranque” do monetarismo; assim como a outra, apesar de suas amplamente divulgadas alegações de pureza econômica, associada à sua autocontraditória oposição à “interferência do Estado”, jamais poderia sequer sonhar em oferecer mais do que um estranho equivalente à “fase de parada” do keynesianismo (...)” (MÉSZÁROS, 2012, p.198).

¹⁴ “(…) Removendo a organização da atividade econômica do controle da autoridade política, o mercado elimina essa fonte de poder coercitivo (...) O poder econômico pode ser amplamente dispersado. Não há leis de conservação que forcem o crescimento de novos centros de poder econômico às custas dos centros já existentes. O poder político, de outro lado, é mais difícil de descentralizar (...)” (FRIEDMAN, 1984, p.24).

consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isto, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada (...)" (FRIEDMAN, 1984, p.23)

Friedman produziu seu embate com o intervencionismo estatal em favor do livre mercado, principalmente, à luz da crise econômica que se instaurava nas sociedades capitalistas após anos de expansão econômica conjugada com “prosperidade social” – trata-se daquele período entre o pós-1945 até meados da década de 1970, conhecido como “época de ouro do capitalismo”: modelo consagrado pelo capital no século XX, reduzível ao binômio fordismo/keynesianismo, que se tornou uma espécie de paradigma ideal¹⁵ da junção entre capitalismo e democracia ou entre *liberdade* e *igualdade*¹⁶. Para ele “a necessidade de um governo” (FRIEDMAN, 1984, p.23) circunscrevia-se à determinação das “regras do jogo” de modo que qualquer prática governamental, como as prescritas pelas teses intervencionistas keynesianas, redundava num equívoco. O uso dos gastos públicos ou qualquer tipo de ação de Estado que visasse promover à economia de mercado este ou aquele sentido, com vistas a esta ou aquela finalidade, independente de suas motivações políticas ou sociais, representava um erro que se tornou consenso à sua época e, segundo Friedman, consistia no fundamento da crise vivida pelo sistema então. De maneira que as “flutuações” do mercado, bem como seus efeitos (sociais), deveriam ser geridas pelo próprio sem o recurso de fatores (considerados) exógenos à livre concorrência. Ou seja, para o monetarista, procedimentos políticos que buscam “equilibrar” o mercado são métodos estranhos ao seu domínio de modo que qualquer estabilidade (intencionada ou mesmo alcançada) demanda mecanismos que subtraem do mercado seu dinamismo, função e natureza social – fenômeno por ele examinado quando tematiza o *New Deal* em *Capitalismo e Liberdade* (1984).

¹⁵ “(...) feitos um para o outro, consolidariam o ‘capitalismo democrático’: a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises. Anunciava-se um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo – mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos à base do consenso, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia representativa (...) Essa idealização da dinâmica capitalista procurava justificar-se a partir do acúmulo que vinha do período posterior à derrota do fascismo, da reconstrução que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, quando se traçaram novas linhas de convivência política e econômica para o mundo que surgia das ruínas da maior tragédia do século XX (...)” (NETTO & BRAZ, 2011, p.222).

¹⁶ “(...) toda esta fase se encontra dominada pela inquestionável supremacia de uma nova ‘ortodoxia’ no manejo da política econômica que se sintetizou nas teorias John M. Keynes. Este revolucionou a sabedoria tradicional dos economistas de seu tempo ao dar forma a uma estratégia consciente de regulação e organização do capitalismo que implicou – apesar da aflição dos dogmáticos – dar piedosa sepultura ao velho mito do mercado autorregulado (...) de fato não só proclamou o fim do *laissez-faire* como, também, desenhou um elaborado conjunto de prescrições que na prática assignavam ao Estado o papel reitor no processo de acumulação (...) Com Keynes ‘o capitalismo se torna marxista’ reconhecendo o caráter estrutural de suas endêmicas contradições (...) O mercado, que havia sido incapaz de organizar racionalmente a exploração capitalista, cedia sua vez ao Estado (...)” (BORON, 1994, p.160).

“(...) O principal prejuízo acarretado pela teoria do equilíbrio não consiste no fato de ser incapaz de combater a retração – o que também é verdade – e nem no fato de ter introduzido uma inclinação inflacionária na política governamental, e que também acontece, mas sim em ter estimulado a expansão contínua das atividades governamentais (...)” (FRIEDMAN, 1984, p.76)

Após considerar rapidamente alguns supostos keynesianos, qualificar como “crença” (FRIEDMAN, 1984, p.78) a ideia da elevação do gasto público e do protagonismo estatal como medida efetiva contra crises econômicas e sociais, conclui que “(...) Os sentimentos humanitários e igualitários que ajudaram a produzir o imposto de renda gradual também produziram um conjunto de medidas destinadas a promover o ‘bem-estar (...)’ (FRIEDMAN, 1984, p.161) e devem ser vistos à luz da evolução histórica dos últimos séculos onde se comprova, conforme argumenta, que as experiências de centralização e controle estatal são incoerentes com o progresso econômico e a consolidação de um regime político de liberdades – cujo sentido é o indivíduo e a condição é a ausência progressiva da autoridade do governo¹⁷. Não obstante, pondera:

“(...) Tudo isso foi o resultado da iniciativa e do esforço de indivíduos cooperando através do em vez de favorecer do mercado livre. As medidas governamentais prejudicaram em vez de favorecer tal desenvolvimento. Fomos capazes de suportar e superar tais medidas unicamente devido à extraordinária fecundidade do mercado. A mão invisível fez muito mais pelo progresso do que a mão visível do retrocesso (...)” (FRIEDMAN, 1984, p.182)

Com a redução das taxas de lucro nos anos de 1970 e dado o esgotamento das “(...) estratégias empregadas tanto pelas empresas como pelo Estado keynesiano (...)” (BOTELHO, 2008, p.57), seguiu-se uma virada em relação ao consenso estabelecido em torno dos assuntos econômicos nas sociedades capitalistas. Ao poucos o prestígio ideológico das políticas intervencionistas do Estado se fragilizou e os ataques realizados por Hayek, Friedman, Ludwig von Mises, Murray Rothbard, entre outros, aos princípios e à metodologia da regulação se constituem como uma espécie de heurística, por assim dizer, às forças políticas que objetivavam sua superação¹⁸.

¹⁷“(...) O real foi comparado ao real (...) poderemos conseguir muito mais com uma estrutura política democrática, dispositivos modernos e nossa moderna ciência do que foi possível conseguir no passado (...) Ainda há tendência de considerar desejável qualquer intervenção governamental bem como de atribuir todos os males ao mercado e de avaliar propostas novas de controle governamental (...) Os proponentes do governo limitado e da empresa livre ainda estão na defensiva (...)” (FRIEDMAN, 1984, p.179).

¹⁸“(...) Se o Estado social foi um mediador ativo na regulação das relações capitalistas em sua fase monopolista, o período pós-1970 marca o avanço de ideias neoliberais que começam a ganhar terreno a partir da crise capitalista de 1969-1973. Os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação foram um fermento para os argumentos neoliberais criticarem o Estado social e o ‘consenso’ do pós-guerra, que permitiu a instituição do *Welfare State* (...)” (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p.125).

“(...) Em outras palavras, colapso do keynesianismo e do ‘senso comum’ criado sobre suas premissas deixaram um enorme vazio pelo qual se infiltraram as propostas neoliberais. Este processo de decomposição teórica e prática do keynesianismo (...) deixou claro os limites dos ensinamentos econômicos de Keynes (...) O Estado, que desde os anos 30, havia sido um meio idôneo para encarar a crise, foi ideologicamente convertido no ‘bode expiatório’ (...)” (BORON, 1994, p.187)

Por isso, a partir da década de 1970, pressuposto o novo senso comum consolidado pelo descrédito em relação aos postulados regulatórios operantes em décadas, as políticas econômicas orientaram-se à desestruturação do aparato institucional edificado durante os anos dourados do capitalismo. Nesse sentido, segmentos sociais e forças políticas procuraram implodir o arranjo que armou o “capitalismo democrático”. A chamada “ofensiva neoliberal”¹⁹ concentrou-se exatamente nos supostos que mobilizaram keynesianos, desenvolvimentistas e socialdemocratas (reguladores, enfim) de todas as cores e matizes. As ideias neoliberais ganharam forma, inicialmente, nos governos de Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido e de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos da América – eleitos e reeleitos em seus países. Na América Latina, o governo de Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile – em razão de golpe militar de Estado que depôs o socialista-cristão (democraticamente eleito) Salvador Allende – também foi pioneiro no exercício de políticas de Estado inspiradas nos teóricos críticos às premissas da regulação estatal. Como não poderia deixar de ser, embora se tratem de governos que podem ser considerados iniciadores de uma gestão com base em princípios neoliberais, são distintos no que tange sua prática. No entanto, é lícito considerar que guardada as respectivas distâncias entre cada um, consolidaram uma imagem fundamental a respeito da realização política desses princípios. A “privatização das empresas estatais”, o “desmonte dos serviços públicos”, a “flexibilização das legislações trabalhistas”, a “desregulação dos mercados internos”, entre outros, são patrimônio comum destes governos e das forças políticas que se comprometeram com a restituição social do *laissez faire* no mundo contemporâneo – que deve ser considerado como tal mesmo diante do fato de que sua aplicabilidade não foi puramente uniforme, mas variante conforme a inserção

¹⁹ “(...) se o alvo derradeiro da ofensiva neoliberal é qualquer proposta de superação socialista da ordem do capital, o centro do seu ataque constituiu-o o Estado de bem-estar. No plano teórico, o keynesianismo é a besta-fera do neoliberalismo – aqui sua cruzada anti-Keynes pode ser adequadamente descrita como a contrarrevolução monetarista. No plano social e político-insitucional, o que se coloca em questão é o conjunto daquilo que o já citado Marshall arrolou como *direitos sociais* e as funções reguladoras macroscópicas do Estado. Já no plano ideocultural mais amplo, a ofensiva neoliberal contrapõe-se abertamente ‘à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade* civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades (...)” (NETTO, 2012, p.85-86).

de cada país no sistema econômico global e as correlações de forças internas a cada formação social-nacional²⁰.

Perry Anderson, referência teórica importante para tematização do neoliberalismo, tem uma abordagem interessante da questão. Bom ponto de partida para o exame do problema proposto porque institui o campo político e teórico que hegemonicamente conceitua o assunto. Sua posição é que o neoliberalismo logrou êxitos tópicos, ao passo que fracassou como projeto na medida em que “a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70” não se deu com sua consecução prática (ANDERSON, 2007, p.15). Diz Anderson:

“(…) Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (...)” (ANDERSON, 2007, p.23)

Por ocasião do “balanço do neoliberalismo” num seminário realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, comentando a fala de Göran Therborn, Anderson chega a afirmar:

“(…) São as ideais neoliberais que fixam os parâmetros de toda a política econômica. Elas fixam esses parâmetros no sentido em que não existe mais qualquer concepção alternativa coerente (...) Isso quer dizer que, hoje, apenas uma teoria se apresenta como proposição intelectual efetiva para o ordenamento das economias capitalistas moderna – o neoliberalismo (...)” (ANDERSON, 2007, p.149)

O famoso seminário (publicado posteriormente) *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático* (1994) é fundamental exatamente porque comporta posições divergentes²¹, que, no entanto, tendem assumir uma tese comum:

“(…) o amálgama da crise estrutural do Estado com o discurso satanizador do setor público diminuiu a capacidade deste para formular e executar políticas. A burguesia, que no passado apoiou sua acumulação privada na gestão estatal e nas políticas keynesianas, hoje se desdobra para amputar ao Estado todas suas capacidades regulatórias (...)” (BORÓN, 2007, p.78)

Defende-se nesta dissertação a ideia de que há um *enunciado mínimo*²² que é capaz de convergir às posições mais diversas e antagônicas acerca do tema. Toda posição sobre o

²⁰ “(...) Para alguns já se tornaria tornado evidente, por exemplo, que em lugar algum, nem mesmo nos Estados Unidos e Inglaterra sob Reagan e Thatcher, vingou a aposta no ‘Estado mínimo’. Quando ocorreu nos países centrais, a desregulamentação das relações econômicas e sociais deu-se de forma muito segmentada, mesmo no caso do mercado de trabalho (...) foram preservadas zonas importantes da organização social, como a regulação das trocas comerciais entre blocos regionais (...)” (CARDOSO, 2003, p.82).

²¹ Como, por exemplo, as dos professores Atilio Borón e Göran Therborn.

²² “(...) A abordagem da crise do Estado (...) representa um passo adiante em direção a reformas orientadas para o mercado, ao mesmo tempo que reafirma a necessidade de coordenação complementar da economia pelo Estado. A nova interpretação reconhece a existência de um problema de indisciplina fiscal, populista. Critica as

neoliberalismo (contra ou a favor), reconhecendo suas distâncias internas, é sustentada pelas mesmas categorias, em suas mesmas articulações, variando somente o valor que é conferido aos nexos considerados. Considerando o balanço do neoliberalismo, tem-se que “(...) O mercado é idolatrado; o Estado é demonizado; a empresa privada é exaltada (...)” (BORON, 2007, p.158). Exatamente porque:

“(...) neste arco está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal (...) uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (...)” (NETTO, 2012, p.84)

Pode-se, claro, objetar sobre “realidade” desse enunciado. No entanto, como já defendido, de um ponto de vista materialista, no que concerne a análise concreta dos fenômenos sociais, a objetividade de uma esfera ou domínio da atividade humana é demonstrada pelos efeitos que produz na realidade *histórica e social*. Por isso, interessa não a “revelação da farsa do discurso neoliberal” – por exemplo, a respeito do declínio do Estado na sociedade contemporânea –, mas *sua realidade* considerando as práticas socialmente vigentes dos sujeitos. Por mais que se possa averiguar a coextensividade e a coerência interna entre os objetivos expressos no Consenso de Washington²³ e sua consecução pelos governos neoliberais, o que interessa é que *todo o debate político-econômico* a partir das últimas décadas do século XX foi encaminhado por tais ideias como disse Anderson.

Em 2006, o sociólogo Emir Sader escreveu um artigo intitulado *O longo ciclo eleitoral latino-americano* no qual contabiliza o número de pleitos ocorridos na região (cuja história recente foi marcada exatamente por sua ausência, em função da natureza ditatorial dos regimes políticos) em que as plataformas eleitorais identificadas pela *renúncia ao neoliberalismo* obtiveram expressivo apoio popular. Se tomado de um ponto de vista formal,

interpretações anteriores por terem sido lenientes com o déficit público. Mas afirma que o problema fiscal é mais grave do que um simples problema de indisciplina fiscal. Na verdade, a maioria dos países latino-americanos enfrenta uma crise fiscal do Estado. A abordagem da crise do Estado define a crise fiscal como sendo reflexo não só do déficit público, mas de um endividamento público excessivo, da transição para uma situação em que a poupança pública é negativa, e, em consequência, da falta de crédito do Estado, que se traduz no prazo curtíssimo da dívida pública, nas altas taxas de juros que a oneram, e na incapacidade do Estado de financiar-se a não ser através da senhoriação. A consequência – e não a causa, como muitas vezes se pretende – é a falta de credibilidade dos governos e sua imobilização. Esta abordagem reconhece que o Estado tornou-se grande demais (...)” (BRESSER-PEREIRA, 1993, p.47).

²³ “(...) O primeiro componente seria o da estabilização macro- econômica, com o objetivo de reduzir a inflação e controlar as contas governamentais (...) As reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e de serviços públicos, a eliminação da maior parte dos subsídios, garantindo a liberalização dos preços, e a abertura financeira (...) São pré-condições estruturais que possibilitam o funcionamento da economia de mercado, com prudência fiscal, apoiada na iniciativa privada que, para o pensamento neoliberal, garantem (...) a retomada dos investimentos e crescimento (...) A economia de mercado, funcionando sem intervenções e/ou regulamentações levaria à ordem natural harmônica, ao desenvolvimento econômico (...)” (CARCANHOLO, 2008, p.146).

como faz o autor, não seria um erro defender que o referido ciclo eleitoral apontaria, politicamente, para a demarcação de uma posição comum aos países citados no artigo: *a necessidade de substituir o modelo de gestão política neoliberal por uma alternativa*. Nesse sentido, o ciclo de doze eleições, iniciado com as vitórias de Evo Morales em 2005 na Bolívia e concluído com a eleição de Daniel Ortega na Nicarágua e Rafael Correa no Equador, além da reeleição de Hugo Chávez na Venezuela, todas em 2006, informa uma firme tendência popular de rechaço aos princípios que conduziram politicamente os países da região nas últimas décadas do século XX.

“(...) Em que marco se deu esse ciclo e que perspectivas apresentam para o futuro da América Latina e do Caribe? Esse ciclo sucede ao período de virada do século, que representou uma consolidação política da capacidade de resistência ao neoliberalismo de parte do campo popular (...)” (SADER, 2006, p.17)

A consolidação de um projeto alternativo (pós-neoliberal) de vida em sociedade, ou ao menos, seu esboço, seria reconhecível pela opção de amplos segmentos sociais em endereçarem seus votos a forças políticas identificadas com a crítica ao modelo. Para Sader, o fato é que a eleição destes presidentes (exceções feitas à Álvaro Uribe na Colômbia e Felipe Calderón no México), bem como a fisionomia das casas legislativas que receberam, materializaria um conjunto de demandas, em cada realidade nacional, contrastantes aos programas neoliberais. Segundo o autor:

“(...) Os movimentos sociais (...) foram os principais protagonistas da longa resistência às políticas neoliberais. Muitas vezes protagonizaram sozinhos essa resistência. Até que, quando o modelo se esgotou e os governos que tentaram perpetuá-lo foram, um a um, perdendo legitimidade, muitos deles caindo, gerou-se uma formidável crise de hegemonia na região. O velho já não conseguia manter-se de pé, mas o novo encontra muitas dificuldades para surgir e afirmar-se (...)” (SADER, 2006, 21)

Aníbal Quijano, referência para a teoria social crítica latino-americana contemporânea, no artigo *El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?* (2004), afirma que depois de três décadas de hegemonia neoliberal, a estagnação das economias latino-americanas e a cristalização de um clima de revoltas populares (gerada pelo registro cada vez maior de taxas de pobreza e desemprego que apontavam para uma convulsão social) produziu uma espécie de “*deslegitimación ideológica y política del neoliberalismo*” (QUIJANO, 2004, p.15). Para ele:

“(...) El Estado reduce continuamente los gastos fiscales em servicios públicos, educación, salud, seguridad social, infraestructura urbana y de transportes. Privatiza o, em más de los casos, remata los recursos de producción bajo control estatal Y lãs empresas estatales destinadas a la producción de mercaderías de exportación y de servicios públicos. Y procura, también continuamente, aumentar la deuda externa y la deuda interna de

modo de mantener en aumento las sumas pagaderas por servicios a la deuda internacional. Esas medidas del Estado denuncian, a las claras, que los sócios, agentes y sirvientes de los capitalistas globales han logrado um control virtualmente privado del Estado (...)” (QUIJANO, 2004, p.17)

Quijano sustenta que para “esquerdização” da América latina nos últimos anos foi central o *papel do Estado*. Por meio dele, segundo Quijano, foi que as forças sociais articuladas na resistência ao neoliberalismo puderam mostrar-se como bloco alternativo de poder. Fundamentalmente, a realidade política da região, em seu marco institucional, a distanciaria do Consenso de Washington porque, em nível de Estado, os governos latino-americanos não o acompanham mais com fidelidade cega. Ao contrário, recusam-na explicitamente. Para Boron, essa renovada presença é efetiva no nível “simbólico” da disputa política da região, mas, ao mesmo tempo, suficiente para que se identifique de modo objetivo sua força “(...) *es preciso aclarar que en la generalidad de los casos los câmbios más importantes se produjeron en el terreno más blando del discurso (...) esse cambio es muy significativo y sería errôneo subestimar sus alcances*” (BORON, 2004, p.42). No entanto, a renovação da presença da esquerda na região, lida com o que chamou de “*la maldición del posibilismo conservador*”: modo de dizer que as conquistas eleitorais e os anseios populares, massivamente afirmados, se materializaram sob um ambiente ambíguo ou, melhor dizendo, onde o clima de defesa de mudanças era determinado pela persistência da ideia de que não existem alternativas (ao neoliberalismo).

Dado que são muitas as interpretações sobre o neoliberalismo, sempre poderão ser muitas as abordagens sobre ele. Inevitavelmente haverão aquelas que estarão excetuadas de seu estudo, bem como existirão as que rivalizam e disputam entre si a hegemonia na análise do assunto. O que se quer destacar com as utilizadas para o exame do assunto é que, embora divergentes, possuem concepções geneticamente comuns. A tensão que há entre essas posições são resultados do desenvolvimento de categorias sustentadas por uma mesma origem, por assim dizer. De Anton Menger a Keynes, passando por Hayek e Friedman, bem como de seus críticos contemporâneos, a despeito dos resultados absolutamente contrários a que chegam a suas discussões, motivadas por interesses decididamente distintos, com compromissos radicalmente opostos, há um enunciado comum. O considero como o universal do qual todo particular mantém uma dependência da qual, acredito, todos extraem as condições que os possibilitam. Ou seja, todo antagonismo apresentado, toda divergência afirmada, todo conflito deflagrado converge nesse aspecto. Menger, Keynes, Hayek/Friedman

e o balanço do neoliberalismo²⁴ reconhecem a oposição entre Estado e mercado como uma oposição em si, ao invés de estruturalmente armada pela sociabilidade que caracteriza as relações burguesas. O argumento “(...) o espaço público deve ser encolhido ao mínimo enquanto o espaço privado dos interesses de mercado deve ser alargado (...)” (CHAUÍ, 2013, p.127) é familiar a toda sorte de interpretações a despeito de quem, quando e em nome do que são produzidas: liberais, de ontem, anteontem e hoje, se fidelizaram ao enunciado por considerarem o mercado portador da “(...) racionalidade para o funcionamento da sociedade (...)” (CHAUÍ, 2013, p.127); seus opositores, da mesma maneira, considerarão como puramente ideológica e se esforçarão em revelar como atua o mercado e de como se faz central a capacidade de intervenção e regulação estatal para controle das iniquidades produzida pela voracidade cega do mercado (GARCIA, 2013, p.67).

É digno de nota que haja surpresa em relação a dificuldade em se assentar uma crítica de esquerda ao governo do PT. Para além de sempre possível complexidade dos fenômenos sociais e históricos, como não resultar ambíguo quando recursos teóricos mobilizados para sua crítica serviram (e servem) para sua defesa? Em outras palavras, como se poderia sustentar uma crítica ao Governo Lula se os referenciais que organizam sua avaliação são compartilhados por seus defensores? O “antagonismo” entre Estado e mercado é considerado como momento de resolução, ao invés da fruição da contradição que sustenta ambos. Problematizar essa relação, no entanto, não significa um retorno às interpretações que procuram diluir o aparato estatal no contexto das relações econômicas capitalistas, como se suas funções servissem finalisticamente aos interesses de classe burgueses e se tratassem apenas de uma performance “ideológica” das classes dominantes para iludir as classes dominadas.

“(...) Não se pode considerar o Estado como mero comitê gestor dos interesses imediatos da burguesia. Sua própria forma política se erige como poder distinto da imediatidade dos domínios de classes, grupos ou indivíduos. Claro está que a dinâmica social passa pela influência ou mesmo pela tentativa de captura de todo o aparato estatal ou de suas instituições específicas por classes ou grupos. Tal injunção revela as situações históricas específicas ou, até mesmo, os padrões médios reiterados de posicionamento do Estado perante o todo social. Mas, para além do estudo das injunções ocasionais ou interesses, é a forma específica do político que esclarece sua posição estrutural. Se o Estado é burguês, isto tem causas muito mais profundas do que simplesmente a eventual captura de seu aparato pela burguesia (...)” (MASCARO, 2013, p.60)

²⁴ “(...) Desenvolvimentistas e liberais sempre compartilharam a crença no poder demiúrgico do Estado como criador ou destruidor da boa ordem econômica, mas atuando, em todos os casos, como um agente externo à atividade econômica (...)” (FIORI, 2011).

Desconsiderar tal exame pode resultar na extrema dificuldade com a qual se defronta na tentativa de se conceituar criticamente o Governo Lula – e, talvez, a incapacidade prática de lhe oferecer oposição devesse daí. No tocante à tematização do neoliberalismo, no essencial, é absolutamente indiscernível quando quem fala é seu opositor de esquerda ou seu defensor. Porque então o primeiro deve se espantar quando resulta inerte em relação ao segundo? O “afastamento do Estado como agente regulador da vida pública” (ROSA, 2007, p.112) serve como caracterização comum de defensores e opositores do Governo Lula quando o assunto são as “políticas neoliberais”, bem como modelo do qual se extrai que tipo de política então deveria emergir para sua superação (essa mesma caracterização, vale dizer, contemplaria também os defensores do neoliberalismo e rivais, por conseguinte, daqueles que o criticam).

1.3 O neoliberalismo do PT e o PT do neoliberalismo

Diante da crise econômica global vivida desde 2008, com seus prolongamentos e produtos, não são poucos os que a consideram resultado da dinâmica sistêmica (hegemônica nas últimas décadas do século XX) talhada no neoliberalismo²⁵. Sua *forma*, para muitos, poderia ser caracterizada como responsável pelo atual cenário internacional. Tal presunção de culpa tende, invariavelmente, a apresentar certo tipo de comportamento estatal como método de enfrentamento eficaz e porta de saída. Em outras palavras, a superação almejada seria possível a partir de propriedades atribuídas ao Estado que, se acionadas politicamente, resultariam na resolução da referida crise²⁶. Interpretação generalizada que, no essencial,

²⁵ Como afirma André Singer, em debate com José Arthur Giannotti sobre o Governo Lula, na série *Desentendimento* do Instituto Moreira Salles: “(...) A crise do capitalismo em 2008 representa, está representando, um ponto de interrogação sobre o neoliberalismo. É evidente para qualquer um que o capitalismo foi salvo por medidas estatais de grande porte. De enorme porte. Talvez, como nunca antes tenha se visto nos Estados Unidos e Europa. Então, é evidente para qualquer um que a ideia de que o mercado se autorregula resultou no que resultou porque a crise de 2008 é o resultado da desregulamentação do sistema financeiro (...)”. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=ch-HAuQKU14>.

²⁶ As falas no debate *A crise e o remédio: o sistema financeiro internacional precisa de mais regulação?* (2008), promovido pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso, revelam com maior ou menor coerência que, dado o *fato da crise*, é uma necessidade dispor-se, quanto às atividades do mercado, de instrumentos de supervisão mais sofisticados para que as crises (entendidas por todos os palestrantes como inevitáveis no sistema capitalista: Gustavo Loyola, sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada; Ilan Goldfajn, sócio-diretor da Ciano Investimentos Gestão de Recursos; Luiz Gonzaga Belluzzo, professor do Instituto de Economia da UNICAMP) possam ser mais adequadamente tratadas – o que, segundo o debate, implica algum tipo de ação coordenada entre atores políticos cujo razão deve ser sempre otimizar os fatores econômicos que organizam o desenvolvimento econômico. Ver em: <http://www.youtube.com/user/FundacaoInstitutoFHC>.

também participa do debate político brasileiro – menos como produto de tal crise; mais como *condição da política* em si do país. Observadas as duas últimas décadas, mirado os dois modelos de gestão estatal experimentados no Brasil, concedido o *status* que almejam para si e para o outro, decididamente há uma constante que resiste (bem como sustenta) toda sorte de variação. Aceitando como discernível na história recente do país a dissonância entre os governos FHC e os governos Lula, no interior dessa mesma diferença, subjaz uma equivalência heteróclita: em meio a tal relação, nessa sua diferença, o Estado é pressuposto comum de ambos – isto é, *sem o Estado*, ausente certa discursividade sobre ele, não poderia ter havido nem um nem outro tal qual houve. Nessa medida, salvo engano, ainda não parece ser outro o debate político nacional. Desse circuito é que se concentram as maiores controvérsias e querelas. É da rivalidade com o PSDB que o PT afiança seus predicativos e da comparação entre os governos FHC e Lula que o partido tem subsidiado seus projetos e realizações, mantendo-se como referência política no país afinal. Do contraste entre as interpretações sobre o Estado, em meio a essa disputa, se encaminham as posições que cada qual ocupa na realidade social brasileira e de que modo se relacionam (que tipo de compromisso estabelecem) com o modelo neoliberal²⁷. Averiguação que, por sua vez, motiva não somente os imersos em tal disputa, mas, sobretudo, os que se arvoram a tarefa de dar-lhe ponto final e oferecer alternativa.

Não se pretende insistir na equivalência ou continuidade entre o MPG, realizado no “modo lulista de gerir”, diante do neoliberalismo referenciado pelo modelo praticado durante os anos FHC. Ao contrário, sua negatividade em relação a ele é acolhida e, a partir de então, inspeciona-se o nexos positivo, gerado nesta negação, entre ambos. O procedimento, de certo modo, repete o *gesto* de Marx e Engels em 1844 na crítica à “Crítica crítica de Bruno Bauer e consortes”, publicada em *A sagrada família*. Nela, aos jovens hegelianos é assentido o direito à criticidade em relação a Hegel e seu idealismo. No entanto, tal reconhecimento, segundo a exposição de Marx e Engels, só pode ser medido considerando que estavam fundados no mesmo que intencionavam destruir.

²⁷ No segundo turno da disputa presidencial de 2010, onde se definiria a sucessão ao segundo governo Lula, a Executiva Nacional do Partido Socialismo & Liberdade tornou pública sua orientação em nota “Nenhum voto a Serra”. Ver em: <http://www.brasildefato.com.br/node/4447>. Em relação ao mesmo pleito, o Partido Comunista Brasileiro apresentou sua posição em “Derrotar Serra nas urnas e depois Dilma nas ruas”. Ver em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2058:derrotar-serra-nas-urnas-e-depois-dilma-nas-ruas-&catid=25:notas-politicas-do-pcb. Tanto num caso quanto num outro a opção *eleitoral* não pareceu indiferente aos partidos.

“(…) Strauss desenvolve Hegel a partir do ponto de vista de Spinoza, Bauer desenvolve Hegel a partir do ponto de vista fichteano (...) Ambos criticaram Hegel na medida em que, para ele, cada um dos elementos é falsificado pelo outro, ao passo que eles dois desenvolvem cada um dos elementos em uma elaboração unilateral, e portanto, consequente... É por isso que em suas críticas ambos vão além de Hegel, mas ambos permanecem também dentro de sua especulação e representam, cada um dos dois, apenas um lado de seu sistema (...)” (ENGELS & MARX, 2011, p.158-159)

Insistir na verossimilhança entre ambos (seja do ponto de vista político ou teórico) é inócuo porque *objetivamente* são diferentes. Então, por meio desta posição, a saber, o reconhecimento de sua distinção²⁸, apreendemos o que os arma e põe de maneira contraditória na realidade social do país. Nesse sentido é que o exame da forma-Estado, meditando sobre sua função na reprodução do sistema, admitindo-o em sua plasticidade articulada no lugar de uma unicidade isonômica, promove uma crítica ao *neodesenvolvimentismo* ou, mais precisamente, ao modelo praticado nos anos Lula. Por conseguinte, exige-se a problematização de alguns pressupostos que espontaneamente fazem parte da prática política e teórica da esquerda contemporânea – que, invariavelmente, com maior ou menor precisão, está sempre em diálogo com a cultura socialista e, evidente, em diálogo com a tradição marxista. O governo do PT, como se defenderá, é coerente às condições que geraram o partido enquanto alternativa (política, ideológica, formal, institucional etc) ao bloco que administrou o país durante os anos de presidência de FHC. Porém, uma alternativa dependente daquilo que visa desaparecer²⁹. Mas, para essa dissertação, o necessário, em verdade, acerca do tema é: apresentar a crítica de esquerda ao neodesenvolvimentismo como igualmente herdeira dos limites que o gerou. Estando, tal qual esteve similarmente toda crítica de esquerda ao idealismo hegeliano, contida por ele – ainda que estivesse, de fato, *além*.

Jorge Mattoso (economista e professor da Unicamp), sobre a vitória eleitoral do PT com Lula, se refere a “herança da década de 90” para expor a sintonia entre o governo tucano à época com os princípios e recomendações expressas sob o *Consenso de Washington* (1989)³⁰. Do encontro organizado pelo *Institute for International Economics*, em que estavam presentes organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, seguiu-se “(...) um conjunto de políticas de

²⁸ Nem discursiva ou performática, mas efetiva porque, em se tratando do processo histórico, a realidade “(...) é o critério último do ser ou do não-ser social de um fenômeno (...)” (LUKÁCS, 2012, p.284).

²⁹ Traço comum em relação a seus críticos de esquerda que, com Marx, intencionam uma crítica ao neoliberalismo e ao petismo, mas resulta no mesmo.

³⁰ “(...) [em relação ao Brasil] Podemos dizer que, *lato sensu*, a década de 1990 se iniciou em 1989, com o chamado Consenso de Washington e a derrota da primeira candidatura Lula, assumindo Fernando Collor a Presidência da República. Sua consolidação deu-se com o Plano Real ainda no governo Itamar Franco e com as eleições de Fernando Henrique Cardoso, 1994 e 1998. E terminou com a eleição de Lula, em 2002 (...)” (MATTOSO, 2010, p.33).

desregulação dos mercados, de abertura comercial e financeira e de redução do tamanho e do papel do Estado (...)” (MATTOSO, 2010, p.34). Segundo o autor, caso os resultados do encontro sediado na capital norte-americana não tivessem sido tomados posteriormente como procedimentos a serem observados nas políticas de concessão de crédito pelas agências financeiras internacionais, tratar-se-iam somente de prescrições anódinas sob um verniz acadêmico – sem qualquer efeito concreto, positivo, no mundo. No entanto, assimiladas por elas, conduziram os países em desenvolvimento (sob a eterna necessidade da busca por empréstimos para a consecução de suas políticas nacionais) a acatarem tanto quanto formularem programas econômicos em que “assuntos sociais” seriam sumariamente ignorados.

“(…) O Consenso de Washington ignorou as questões sociais e os problemas históricos da América Latina, tais como a distribuição de renda e a pobreza. Mas não por esquecimento, pois segundo eles, a distribuição de renda e a eliminação da pobreza deveriam emergir como passe de mágica, exclusivamente como resultado tanto do jogo das forças da oferta e da procura em um mercado autoregulável, quanto da soberania absoluta de mercados desregulados (...)” (MATTOSO, 2010, p.34)

No Brasil, os anos de 1990 evidenciaram a forte convicção popular em torno de assuntos que constituíam importantes demandas sociais. Impulsionadas, de certo, pelo contexto político de redemocratização³¹, fundavam-se numa concepção divergente de Estado daquele defendida no encontro. Contrastando firmemente, ao mesmo tempo, com os poderes políticos nacionais que geriram o país no período: de um lado, desde Collor e seu plano de estabilização, passando por de Itamar Franco e o nascimento do Real até, finalmente, FHC à aplicação do *Consenso*, e do outro, aqueles que entendiam o Estado como necessário aos itens que a cartilha de Washington dispensava. O fortalecimento das políticas de desregulação dos mercados, de abertura comercial e financeira e a “redução” do tamanho do Estado, condições que por si mesmas embargavam as políticas demandadas pelos setores sociais e populares durante este período, foi predominante no país. Os anos FHC teriam sido nesse processo a mais perfeita síntese entre a assimilação ideopolítica do receituário e sua consecução prático-governamental.

³¹ “(...) O sentido neoliberal do ajuste estrutural capitalista dos anos 1990, com todas as suas consequências para a política social, como se viu, foi sendo delineado na década anterior, na periferia do mundo do capital, de uma forma generalizada, e no Brasil, em particular (...) As propostas de reestruturação das políticas sociais, formuladas no âmbito dos grupos de trabalho criados pelo governo Sarney destinados a ‘repensar’ as políticas de previdência, saúde, educação e assistência social não foram implementadas. Suas contribuições, contudo, foram incorporadas no processo constituinte e ajudaram a definir o conceito de seguridade social. A grande novidade, portanto, era o processo de redemocratização, apesar da crise econômica, com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar na Constituição políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática (...)” (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p.143-144).

“(…) O governo Fernando Henrique Cardoso vai apostar suas fichas na modernidade supostamente virtuosa da desregulamentação e da globalização financeira internacional (...) acreditaram que, para serem absolutamente modernos, bastava integrar o país rapidamente a essa economia internacional globalizada (...) consolidaram a abertura comercial e financeira indiscriminada iniciada por Collor e dispensaram a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais (...)” (MATTOSO, 2010, p.37)

Marcio Pochmann e Guilherme Dias, sobre esse momento, apontam como tendência geral a paulatina *incapacidade* do Estado brasileiro em se ocupar de “funções públicas tradicionais”³². Ao considerarem, segundo seus argumentos, “a interrupção do projeto de desenvolvimento” na passagem do século XX para o XXI, afirmam que “(...) o país enveredou para a construção de uma nação para poucos (...)” (DIAS & POCHMANN, 2010, p.111). Às “políticas neoliberais”, conforme dito no texto, seria necessário (1) retomar o referido projeto nacional vigente até o término do século passado, em que, para os autores, (2) o curso de uma “nação para poucos” fosse substituído pelo de uma “nação para muitos”. O que, por sua vez, exige o “resgate do Estado”³³, ou mais precisamente, *daquelas funções extirpadas*. Segunda essa interpretação, “o resgate” seria condição para a recuperação de determinadas *funções* que, se realizada, conduziria à superação do modelo que balizou a administração do país na última década do século passado.

“(…) E quem deve conduzir esse processo de reinvenção da política e do avanço da organização social? Esse papel cabe ao Estado e à sociedade (...) O funcionamento do Estado, que decorre da setorialização das ações, expressa geralmente os interesses organizados que nem sempre se encontram conectados com uma visão de todo (...) O Estado necessário precisa ser matricial, trans e intersetorial, capaz de combinar diversas especializações com eixos de ação mais ampla (...) O redescobrimto do Estado não pode estar conivente com as exigências de ricos e poderosos (...) Urge dar início a uma profunda reforma do Estado (...)” (DIAS & POCHMANN, 2010, p.126-127)

A “debilitação” do Estado, a saber, sua submissão aos ditames do mercado, concebida pela cartilha neoliberal e gerida pela coligação política liderada pelo PSDB em seus governos

³² “(...) educação, saúde, funcionalismo, custeio e, investimento, entre outras (...)” (DIAS & POCHMANN, 2010, p.116).

³³ Em outra publicação tematizando o MPG, mais precisamente “os dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil”, Pochmann apresenta o seguinte: “(...) a recuperação do papel do Estado com os governos Lula e Dilma se mostrou essencial para que o Brasil pudesse retornar à luta pela superação do sub- desenvolvimento, e os resultados positivos começaram rapidamente a aparecer com o crescimento econômico duas vezes maior que na década de 1990 (...) Para isso foi necessário recompor as empresas e bancos estatais, ampliar o universo de funcionários públicos com a substituição dos terceirizados na execução das políticas de Estado e inovar no que diz respeito às ações públicas (...)” (POCHMANN, 2013, p.154).

localmente, reduzia as margens de evolução econômica nacional e, assim, seu *desenvolvimento*. Recuperar, nesse sentido, a capacidade de *regulação* do Estado, seria o desafio para uma política *indutora de crescimento* tanto quanto a passagem para outro paradigma de gestão estatal – com rebatimentos no conjunto da esfera público-estatal assim como em sua relação com a sociedade. Os documentos eleitorais do PT, tanto da eleição quanto da reeleição de Lula, são conduzidos pelo mesmo *insight*. No plano de governo do partido, para a disputa de 2006, diz-se:

“(…) O projeto real da oposição é o de voltar à era FHC: redução dos investimentos sociais, retomada das privatizações, retrocesso democrático e submissão no plano internacional. Os anunciados “cortes do gasto público” visam, em verdade, cortes nas políticas sociais (...) O Governo Lula iniciou a reconstrução da capacidade de gestão, indução e coordenação do Estado. A oposição quer a ineficiência do ‘Estado mínimo’ (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO LULA PRESIDENTE 2007-2010, 2006, p.8)

O projeto nacional evocado no documento³⁴ não difere substancialmente do de sua eleição em 2002 porque, em verdade, ambos partem daquilo que estipularam como índice para conferir o que foram os anos de governança tucana no Brasil – interpretação sua, é verdade, mas partilhada e corrente entre diversos segmentos sociais no país em luta e oposição ao neoliberalismo tucano.

“(…) O aumento do desemprego e a precarização do emprego, a estagnação dos níveis de renda e a continuidade de sua má distribuição, o aumento da concentração da propriedade e o encarecimento dos serviços públicos essenciais caracterizam a situação de exclusão social produzida pelas políticas liberais que urge corrigir. O sentido geral do nosso programa é diminuir esses grandes desequilíbrios, convertendo o social no eixo do novo modelo de desenvolvimento (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO LULA PRESIDENTE 2002-2006, 2001, p.30)

Após considerações à “experiência liberalizante dos anos 90”³⁵, o documento apresenta sua concepção de “planejamento e desenvolvimento”:

³⁴ “(…) O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO LULA PRESIDENTE 2007-2010, 2006, p.8).

³⁵ “(…) De seu lado, a experiência liberalizante dos anos 90 provocou corrosão do tecido industrial, com perdas de elos importantes das cadeias produtivas, enfraquecendo a capacitação interna e ampliando a vulnerabilidade externa do País. Ao longo dos últimos anos, as políticas do atual governo aprofundaram a fragmentação da estrutura econômica e industrial, as desigualdades regionais e a concentração de renda (...) Um novo modelo de desenvolvimento exigirá a superação efetiva de importantes estrangulamentos na infraestrutura existente hoje no País, cuja insuficiência e desgaste tem se revelado como um obstáculo decisivo ao crescimento sustentado (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO LULA PRESIDENTE 2002-2006, 2001, p.52-53,).

“(…) O planejamento público é ação precípua e intransferível do Estado. O novo governo retomará a prática do planejamento estratégico, tanto nacional como regional, como instrumento para a definição de ações práticas em todos os setores da infraestrutura. O debate com a sociedade será determinante nas relações entre estados e União, de modo a permitir um lugar de destaque para a atuação regional voltada para o desenvolvimento. O novo governo fixará macroprioridades nacionais para revitalizar a Federação, integrando União, estados e municípios, dando origem a um novo modelo de descentralização coordenada. Será possível planejar e ao mesmo tempo descentralizar a partir da recuperação do papel indutor do governo federal (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO LULA PRESIDENTE 2002-2006, 2001, p.52-53)

A conceituação do petismo sobre o neoliberalismo conduziu as práticas do partido (políticas, programáticas, teóricas e ideológicas) nos caminhos de sua – presumida – superação. Polarizando com ele ganhou consistência enquanto alternativa política efetiva no país e, gradativamente, nesse antagonismo, uma modalidade de prática governamental emergiu. Bom modo de averiguar a tensão sob essa perspectiva é notar que a posição reivindicada pelos partidários da experiência lulista, para sustentar o discernimento que requerem em relação aos governos brasileiros na última década do século XX, dependem do nome que nega para se fazerem afirmar. O debate proposto pelo professor Emir Sader sintomaticamente o acusa: teórico inevitável ao debate brasileiro sobre o neoliberalismo e as lutas que se fizeram a ele, sua preocupação tem consistido em formalizar o que nomina por “pós-neoliberalismo” para demarcar a diferença entre os governos FHC e os governos Lula. Em diversas publicações e pronunciamentos é constante a referência a este “conceito” para designar as propriedades e qualidades de um projeto que mereceria ser acolhido pelos que são orientados por alguma forma de crítica à sociedade capitalista na atual conjuntura. Segundo, o autor:

“(…) Na era neoliberal, os eixos centrais dos debates e das polarizações se alteraram significativamente. A direita impôs seu modelo liberal renascido, marcado pela centralidade do mercado, do livre comércio da precarização das relações de trabalho, do capital financeiro como hegemônico, do consumidor. Ao mesmo tempo da desqualificação das funções reguladoras do Estado, das políticas redistributivas, da política, dos partidos, dos direitos da cidadania (...)” (SADER, 2013)

A equação defendida por Sader³⁶ (*neoliberalismo versus pós-neoliberalismo*), para sua correção, dependente de certa *ideia de Estado* na medida em que a passagem de um modelo a outro, conforme argumenta, é reconhecível no modo ou tipo de ação estatal que se identifica. Em outras palavras, a verificação de um termo ou outro (a saber, “neoliberalismo” ou “pós-neoliberalismo”) é estipulada pelo comportamento do Estado frente à sociedade em certas ocasiões. É no Estado que todo debate, portanto, encontra sua resolução. A caracterização do que consiste o neoliberalismo³⁷ e suas vias alternativas é posta a partir do Estado, de sua *idealidade*. Mesmo quando o tema é abordado pelo ângulo da “desregulamentação”, por exemplo, a medida “neoliberalismo versus pós-neoliberalismo”, conduz necessariamente ao referido sofisma. O que, em termos *lógicos*, é justo na medida em que o receituário “desregulador” (premissa neoliberal) foi possível a partir de determinado debate sobre a forma-Estado –“desregulação”, “privatização”, entre insígnias neoliberais, são nomes que servem para questionar seu lugar ou função para demarcar a liberdade requerida ao mercado.

“(…) [o neoliberalismo] impôs uma desregulamentação geral na economia, com o argumento de que a economia havia deixado de crescer pelo excesso de normas, que frearia a capacidade do capital de investir. Desregulamentar é privatizar, é abrir os mercados nacionais à economia mundial, é promover o Estado mínimo, diminuindo os investimentos em políticas sociais, em favor do mercado (…)” (SADER, 2011)

A “desqualificação” do Estado³⁸, fundamento ideológico e discursivo das (contra)reformas e ajustes neoliberais, funda-se na leitura de que os compromissos assumidos por ele durante décadas sob o modelo keynesiano, de *welfare*, implicavam déficits orçamentários na medida em que tais compromissos só eram possíveis mediante uma política de intervenção e regulação do mercado³⁹. Essa prática, segundo o discurso neoliberal, precisaria ser revisada

³⁶ “(…) é preciso ao menos consignar que o período histórico atual está marcado pela hegemonia do neoliberal, o que coloca como eixo do campo político o enfrentamento entre neoliberalismo e pós-neoliberalismo (….) o governo Lula pertence a uma das vertentes que compõem o campo pós-neoliberal (….)” (SADER, 2007, p.126).

³⁷ “(…) O combate à inflação foi a pedra de toque da construção do modelo hegemônico neoliberal. Os diagnósticos que levaram as políticas de desregulação foram os que atacaram a inflação como fonte dos problemas que haviam levado à estagnação econômica, à deterioração dos serviços sociais e da infraestrutura do Estado, ao empobrecimento generalizado da população. Os argumentos do ‘imposto inflacionário’ e do ataque aos gastos do Estado, cujo déficit seria a fonte da inflação, ganharam grande aceitação (….)” (SADER, 2009, p.105).

³⁸ “(…) A fase atual está marcada pelo recrudescimento dos enfrentamentos entre os governos progressistas e a oposição de direita, no plano político e ideológico. As tentativas de desqualificação do Estado ganham destaque central como tema centralizador do conjunto de debates e polêmicas entre direita e esquerda (….)” (SADER, 2009, p.169).

³⁹ “(…) A economia política que sustentava o Estado de Bem-Estar Social tinha, grosso modo, três características principais: 1) fordismo na produção, isto é, grandes plantas industriais realizavam a atividade econômica, desde o consumo, controlando por meio do planejamento e da chamada ‘gerência científica’ a organização do trabalho, a produção de grandes estoques e trabalho e formação de preços; 2) inclusão crescente dos indivíduos no mercado de trabalho, orientando-se pela ideia de pleno emprego; 3) monopólios e oligopólios que, embora

porque macula a integridade do mercado e, por isso, descompassa suas atividades tanto quanto os benefícios que são gerados por ele. Para essa interpretação, o modelo de bem-estar, por seus próprios compromissos, gerava uma equação (societariamente) impossível de ser resolvida⁴⁰. Garantir o que lhe caracteriza, para essa interpretação, seria modo de reabilitar o capitalismo – os princípios da competição, da concorrência, o livre-mercado etc precisariam ser respeitados em sua dignidade pela gestão estatal que, por sua vez, seriam estranhos a eles. Mas, para seus críticos, as proposições neoliberais, sua ortodoxia, é que levariam à debilitação das atividades econômicas de modo a lhe retirar qualquer função positiva e seja na saída da crise ou na progressiva alteração da realidade social.

“(…) A desregulamentação levou a uma gigantesca transferência de capitais do setor produtivo ao especulativo porque, livre de travas, o capital se dirigiu para o setor onde tem mais lucros, com maior liquidez e menos tributação: o setor financeiro (...)” (SADER, 2008)

Por isso, para Sader, “(…) O resgate do Estado como indutor do crescimento econômico e garantia dos direitos sociais no lugar do Estado mínimo (...)” (SADER, 2013), considerando o processo eleitoral de 2002 e a vitória de Lula, provou-se possível pelo próprio “esgotamento das políticas neoliberais” (SADER, 2007, p.171):

“(…) O governo de Cardoso passa à história como aquele que, dirigido por alguém que surgiu nas fileiras da oposição democrática, com uma trajetória reconhecida (...) deu um novo alibi à direita tradicional (...) o neoliberalismo no Brasil foi um sucesso na estabilização monetária, na propaganda ideológica e na fragmentação social que produziu. Foi, porém, um fracasso no desenvolvimento econômico, assim como nas suas consequências políticas e sociais (...)” (SADER, 2007, p.139)

Fracasso muitas vezes imputado à própria forma do modelo. Repousado num processo de *financeirização*, o sistema econômico estaria reduzido às operações virtuais possibilitadas pela integração dos dispositivos de comunicação entre agentes do mercado. Esses, girando em seu próprio mundo, teriam rompido qualquer vínculo substancial com a produção (sem eliminá-la) ao manterem seu capital na esfera da circulação. O grande capital, visando sua autovalorização, se

transnacionais ou multinacionais, tinham como referência reguladora o Estado nacional (...)” (CHAUI, 2007, p.311).

⁴⁰“(…) As ideias do grupo permaneceram letra morta até a crise capitalista do início dos anos 1970, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek e Friedman passou, então, a ser ouvido com respeito porque oferecia a suposta explicação para a crise (...) Feito o diagnóstico, sugeriu-se o remédio (...) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva (...) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e reduzir os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho (...) um Estado que se afastasse da regulação da economia (...)” (CHAUI, 2007, p.313).

restringe à forma monetária pela qual seu ganho é maior. O sistema financeiro, momento predominante das economias capitalistas atualmente, pôde torna-se hegemônico exatamente por conta dos processos de privatização e desregulação realizados através do Estado desde meados de 1970.

“(…) O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho (...) e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs ‘reformas’ que retiraram do controle estatal empresas e serviços (...) O objetivo declarado dos monopólios é garantir uma plena liberdade em escala mundial, para que fluxos de mercadorias e capitais não sejam limitados por quaisquer dispositivos (...)” (NETTO & BRAZ, 2011, p.238)

Seus limites estruturais, sistêmicos, impediriam seu desenvolvimento indefinido. A feição assumida pelo capital nas últimas décadas do século XX, moldada pela financeirização, exigiu um conjunto de procedimentos que anulou as bases que propiciaram ao capital alguma desenvoltura em relação às sempre crescentes demandas sociais num contexto, gradual, de “socialização da política”⁴¹. Pela mesma razão também, mesmo do ponto de vista estritamente econômico, sua insustentabilidade residira em sua desvinculação (parcial, mas predominante) da produção.

“(…) A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é: as operações situadas na esfera da circulação) tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores – tornaram-se predominantemente especulativas. Os rentistas e os possuidores de capital fictício (ações, cotas de fundos de investimentos, títulos de dívidas públicas) extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários (...)” (NETTO & BRAZ, 2011, p.238)

O interessante dessa abordagem, para a proposta de tematização do objeto defendido aqui, é não deixar-se cair à tentação *produção versus especulação* – que sustenta, em larga medida, a rixa entre antagonistas do neoliberalismo (do petismo às suas dissidências de esquerda) e os que o protagonizaram de modo destacado no Brasil. Tal interpretação invariavelmente implica digressões e polêmicas sobre o Estado, cujo pressuposto reside em sua disjunção com o mercado.

“(…) Ou seja, não há como separar os dois: no sistema capitalista, o bem-estar social das ruas depende da prosperidade de Wall Street (...) os que pregam a necessidade de abandonar a especulação financeira e voltar à ‘economia real’, produzindo bens para satisfazer as necessidades das pessoas reais não percebem o verdadeiro propósito do capitalismo (...) Embora as crises e os desastres financeiros sejam lembretes óbvios de que a circulação de capital não é um circuito fechado que pode se sustentar por conta própria –

⁴¹ “(…) que resultou, entre outras coisas, da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos de massa, da ação efetiva de numerosos e potentes sindicatos profissionais e de classe (...)” (COUTINHO, 2008, p.52).

que pressupõe uma realidade ausente na qual os bens reais que satisfazem as necessidades das pessoas são produzidos e vendidos –, sua lição mais sutil é que não podemos retornar a essa realidade, apesar de toda a retórica do ‘vamos sair do espaço virtual da especulação financeira e voltar às pessoas de verdade, que produzem e consomem’. O paradoxo do capitalismo é que não se pode jogar fora a água suja da especulação financeira e preservar o bebê saudável da economia real (...)” (ZIZEK, 2012, p.24-25)

O caso brasileiro, como todos os casos nacionais, é constituído particularmente pela universalidade do capital. Desta feita, em sua feição contemporânea, ela é entificada localmente no Brasil pelas forças políticas que duelam para fazer prevalecer *essa ou aquela função do Estado ao priorizar essa ou aquela dimensão do mercado*. Num nível elementar e, por isso mesmo, instituinte, todo debate em torno da tipificação da modalidade estatal erigida pelo PT, durante os governos Lula, tem pretendido identificar se entre 2002-2011 o Brasil seguiu o mesmo itinerário visto no país entre 1994-2001.

“(...) [acerca dos] governos petistas alguns analistas destacam “conquistas notáveis” como, por exemplo, o acúmulo de reservas. Entretanto, este acúmulo é resultado do excesso de liquidez internacional e da natureza da gestão macroeconômica e, conforme, demonstrado, há custos elevados para o país. O empréstimo do país ao FMI é puro desperdício de divisas. Deve-se destacar como legado dos governos petistas o extraordinário aumento, medido em milhões, de pessoas endividadas e inadimplentes. Não parece ser exagero considerar este grave problema como verdadeiro flagelo social que gera enorme perda de bem-estar na população mais carente e, inclusive, tornam ineficazes algumas políticas de expansão do consumo doméstico via desoneração fiscal e redução de taxas de juros (...)” (GONÇALVES, 2013, p.22)

Os trabalhos do professor Rodrigo Castelo sobre o desenvolvimentismo reivindicado pelos partidários do governo Lula tem contribuído para sua crítica. As contribuições de Castelo tem provocado à reflexão o esclarecimento a respeito da origem e dos usos que o petismo tem feito sobre o tema do desenvolvimento econômico. Analisando o Brasil contemporâneo, segundo Castelo, impera uma espécie de “canto da sereia” (CASTELO, 2013) no debate político nacional, cujos protagonistas são PT e PSDB.

“(...) O canto da sereia de um novo desenvolvimentismo atrai cada vez mais a atenção da opinião pública e disputa a direção intelectual-moral da sociedade brasileira. Não são poucos movimentos sociais e partidos políticos que aderiram – conscientes ou não, em maior ou menor grau – a este projeto político das classes dominantes, cujos objetivos são moldar uma determinada concepção de mundo para o aprofundamento de uma etapa superior do capitalismo dependente brasileiro (...)” (CASTELO, 2013, p.2)

Castelo alude aos seres mitológicos, que atraíam com sua melodia embarcações ao naufrágio, para explicar a capacidade com que essa ideologia pôde colonizar o debate nacional ao ponto de conduzir, predominantemente, discussões sobre o governo Lula e sua relação com o neoliberalismo bem como distinção com o governo FHC. Em que pese o conjunto de suas reflexões, é de destaque o lugar que concede à gênese das categorias e conceitos presentes nesse debate. Para ele, a ilusão constituída pelo “novo desenvolvimentismo”, assimilada pela esquerda e demais forças progressistas, é motivada pelos compromissos sociais assumidos pelos formuladores e gestores globais das políticas neoliberais. Ao neoliberalismo, por força da própria resistência popular a ele, foi se impondo uma agenda estratégica com vistas ao apaziguamento e administração das mazelas que o próprio gerava⁴². Esse procedimento, associado politicamente aos governos de Clinton nos EUA e Blair na Inglaterra, seria uma espécie de terceira via com importantes adesões teóricas (como, por exemplo, Anthony Giddens). Aportado no Brasil, após os governos FHC (de olímpica fidelidade ideológica ao neoliberalismo), encontrou no PT de Lula seu melhor guardião. O autor explora, com vistas à defesa de seu argumento, a origem da terminologia que se utilizou o governo Lula para revelar seu compromisso com o programa neoliberal. Vínculo que fica inteligível sob a apropriação indevida de palavras cujo significado tem origem numa concepção de mundo capitalista. Castelo enumera o neoliberalismo, o social-liberalismo, o social-liberal até, sob o petismo, o novo desenvolvimentismo. Cada qual variando terminologicamente, de modo tático, com respeito a uma mesma finalidade.

“(…) a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho, o aumento das taxas de exploração da força de trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na “questão social”, o apassivamento e cooptação da classe trabalhadora e, em determinados casos, a decapitação das suas lideranças mais combativas (...)” (CASTELO, 2013, p.4)

Através desse expediente, Castelo subscreve a compreensão de que o governo Lula foi capturado, conscientemente ou não, pelos próprios enganos que confiou. Destaca-se nessa análise a arqueologia que submeteu os referenciais do petismo, em sua ideia de

⁴² “(...) surgiu nos centros imperialistas em resposta a crise conjuntural vivenciada pelo capitalismo em meados dos anos 1990, com as crises financeiras nos países dependentes (México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil, Argentina) e o tímido fortalecimento das forças políticas de contestação da ordem, como os ativistas do Fórum Mundial e o Exército Zapatista. As classes dominantes globais pretenderam dotar o neoliberalismo de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e à “globalização” para reduzir as tensões sociais e políticas (...)” (CASTELO, 2013, p. 4).

desenvolvimento. De certo, o procedimento enriquece porque apanha o amálgama no qual ele se perdeu. Por outro lado, no entanto, revelar a antiguidade ideológica ou gênese política dos termos usados pelo petismo (comumente fornecidas por ideólogos, locais ou estrangeiros, do neoliberalismo) para promover sua crítica é interessante na mesma medida que secundário porque palavras, por mais necessárias aos processos de conservação ou transformação da realidade, só podem permanecer palavras – em hipótese alguma, com vistas à sua compreensão, a realidade pode ser redutível ao que se diz ou pensa sobre ela. Vale destacar que sob esse turno o próprio petismo produz seus instrumentos. Ricardo de Medeiros de Carneiro, professor titular do instituto de Economia da Unicamp e Diretor-Executivo para o Brasil e Suriname do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), acrescenta uma reviravolta a mais na análise do desenvolvimentismo no país e sua relação com o neoliberalismo:

“(...) As reflexões envolvendo o social-desenvolvimentismo são ainda fragmentadas e com menor inserção acadêmica, tendo resultado em grande medida de debates partidários e políticas de governo. Sua ideia chave é a definição do social como eixo do desenvolvimento, ou seja, propõe-se uma inversão de prioridades relativamente ao velho e ao novo-desenvolvimentismo nos quais o desenvolvimento das forças produtivas era o principal objetivo a alcançar (...)” (CARNEIRO, 2013, p. 21)

Sua abordagem participa do conjunto de reflexões que também participa do debate. Alinhando à sua proposta, André Martins Biancarelli apresenta o social-desenvolvimentismo como a política a ser consolidada para a superação da hegemonia do capital financeiro no país. Informando, inclusive, sua consciência em relação ao papel fomentador exercido pelo Luiz Carlos-Bresser Pereira⁴³, afirma que:

“(...) sob o rótulo “desenvolvimentista” podem se abrigar ideias, práticas de política econômica ou mesmo “receitas” de desenvolvimento muito distintas. De um lado, em uma acepção mais livre, o desenvolvimentismo se identifica com várias formas de anti-liberalismo, respeitando os marcos do regime capitalista (...) De outro, em uma construção mais rigorosa e inspirada pelas experiências passadas, o “núcleo duro” do conceito engloba apenas a tríade nacionalismo, industrialização e intervencionismo, que nos casos específicos assume também outros contornos importantes (...) Mesmo que aproximação entre autores e personagens históricos com visões de mundo e práticas opostas cause certo incômodo em intelectuais progressistas, parte-se aqui da

⁴³ “(...) essa nova onda “desenvolvimentista” no debate brasileiro está vinculada ao desgaste do modelo liberal que predominou ao longo da década de 1990, no Brasil e em toda a América Latina (...) é curioso notar que apesar de ser justamente um esforço de reflexão para além da conjuntura, o que une os “desenvolvimentistas” nesta retomada em meados da primeira década do século XXI é, antes de tudo, a crítica às opções iniciais de política macroeconômica (notadamente monetária e cambial) do governo Lula, supostamente eleito para superar a ortodoxia e o liberalismo dos governos anteriores (...) Um momento importante desta retomada, agregadora, foi a formulação do documento “Dez teses sobre o novo-desenvolvimentismo”, articulada pelo professor Luiz Carlos Bresser-Pereira em algumas rodadas de debate no primeiro semestre de 2010 (...)” (BIANCARELLI, 2013, p. 49).

ideia de que existe desenvolvimentismo “de direita”, conservador em termos sociais (...)” (BIANCARELLI, 2013, p. 52)

Demonstrando consciência da origem da denominação, estando em dia com sua origem e particularidades, em relação à tríade e sua participação no social-desenvolvimentismo que apregoa, pondera que qualquer indicador econômico precisa ser considerado na totalidade das relações em que está inserido. Seu argumento, fundamentalmente, se direciona à determinado modo de cotejar e/ou interpretar os dados que o país dispõe para a compreensão do governo Lula. Por exemplo, em relação à tríade do “núcleo duro” que menciona e a participação de um de seus momentos para a consecução de projeto político que defende, afirma:

“(...) pode-se considerar a estrutura produtiva como a área que concentra os maiores desafios para a agenda social-desenvolvimentista aqui apresentada. Uma série de indicadores negativos relacionados à estrutura produtiva tem chamado a atenção de um conjunto de pesquisadores (...) [no entanto] os fenômenos domésticos não podem ser encarados de maneira isolada no tempo ou no espaço. O desafio estrutural ocorre em um momento de importantes transformações nas redes de produção globais, particularmente após a eclosão da crise financeira de 2007/2008, que forçou o reposicionamento estratégico de diversas empresas frente a fragilidade da demanda internacional. Ao mesmo tempo, a regressão de diversos setores industriais, particularmente dos setores manufatureiros tradicionais e dos setores de maior valor agregado (...) (BIANCARELLI, 2013, p. 61)

Desta feita, o que Biancarelli faz, em relação a este aspecto da discussão, é contextualizar os dados que se coletam para que lhe haja, segundo sua posição, maior concretude e capacidade de exprimir a realidade do país. Em fevereiro de 2013, o Partido dos Trabalhadores, o Instituto Lula e a Fundação Perseu Abramo, lançaram *O decênio que mudou o Brasil* – documento que apresenta (por meio de gráficos, tabela, análises teóricas, enfim) o sucesso do *neodesenvolvimentismo* em relação ao *neoliberalismo*. De corte essencialmente quantitativo e tratamento economicista dos dados, *argumenta que as análises que informam o inverso simplesmente ignoram o conjunto de dados a serem apreciados para uma medida mais acertada sobre o debate*⁴⁴.

⁴⁴ “(...) A periodização dos dois distintos projetos de país recaiu, como exemplo comparado com dados de realidade nas experiências neoliberal e desenvolvimentista nos anos de 1995 – 2002 e de 2003 – 2012 por decorrência da melhor disponibilidade e sistematização das séries de informações oficiais. Não se consideraram, portanto, os anos de neoliberalismo anteriores a 1995, enquanto o período posterior à 2010 de continuidade desenvolvimentista nem sempre encontram-se todos os dados oficiais disponíveis e comparáveis. As informações quantitativas aqui apresentadas foram elaboradas propriamente através da sistematização dos dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), Banco Central do Brasil (Bacen) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata). Na sequência, trata-se de breve descrição a respeito da distinção necessária dos propósitos circunscritos aos dois projetos de nação que hegemonizaram no Brasil desde a retomada do regime democrático na década de 1980. Assim, chega-se ao decênio iniciado em 2003 que representa a sensível prosperidade econômica e social, cuja recomposição da mobilidade no interior da

“(...) Percebe-se claramente que a armadilha na qual os governos neoliberais aprisionaram o país foi sendo desarmada graças a uma nova maioria política, capaz de estabelecer um novo ciclo de mudanças significativas no Brasil (...) O decênio que mudou o Brasil se apresenta inegável a partir de 2003, sobretudo, quando direta e indiretamente contrastado com o que foi o país durante a predominância do projeto neoliberal. Sobre isso, as informações oficiais selecionadas e sistematizadas não deixam dúvidas. Em síntese, o mesmo povo brasileiro conviveu com dois projetos distintos. Nos governos neoliberais, o Brasil convivia coma exclusão em alta, parecendo não ter condições de incluir a todos. Nesse sentido, as medidas adotadas voltavam-se fundamentalmente para não mais de 3/5 da população. Por decorrência, o favorecimento dos segmentos de mais alta renda, gerada por conta das elevadas taxas de juros, privatização e produtos importados, convivia com exclusão social animada pelo desemprego e rebaixamento dos salários reais dos trabalhadores (...)” (O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL, 2013, p.9)

Não se objetiva outro esquadrinhamento ou articulação entre dados, variáveis e índices (sejam econômicos, sociais etc) nessa dissertação. Bastam os que existem, mesmo porque o procedimento está para além do possível nessas páginas. Considerando o exposto, quer-se somente lembrar que o procedimento é absolutamente compartilhado por defensores e opositores, de qualquer lado, no debate examinado por esse trabalho. Como no caso da revelação, invenção, uso e recurso de conceitos e categorias para pensar a relação entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, protagonistas e antagonistas do petismo convergem. Mesmo aqueles que apostam na dura e implacável objetividade dos números como indicador último da realidade para afiançar o juízo mais correto sobre a experiência petista, se veem questionados através dos mesmos dispositivos que usam para defender suas teses. As unilateralidades ocorridas, *politicistas* ou *economicistas*, unem-se na indefinição que produzem e da qual são resultado. Vale, portanto, na disputa travada o seguinte:

“(...) A crítica que se ocupa deste assunto é crítica num combate corpo a corpo; e semelhante combate não oferece vantagem para saber se o adversário é da mesma categoria (...)” (MARX, 2005, p.148)

O ângulo, defendido nestas páginas, sobre o “enigma Lula” (SADER, 2009, p.81), do “enigma do neoliberalismo” (SADER, 2007, p.170), com vistas à tematização da relação entre os mandatos presidenciais no Brasil entre 1994-2001 e 2002-2011, procura considerar que *oposições não são capazes de dar conta do conjunto das relações possíveis e existentes*. Dá-se outro estatuto a divergência entre os adversários em questão, dissecando-os de modo a expor sua anatomia comum. Pensá-los em sua própria polarização sem considerar que por

meio dela tornam-se mutuamente necessários não constitui bom procedimento crítico. A tensão que vivificam obedece a um regime de contradições na quais, dinamicamente, opostos se requerem⁴⁵. Um sistema, em sua unicidade, comporta posições e oposições que lhe dão forma⁴⁶. A intenção desse trabalho, seu esforço fundamental, é operar sob tais critérios – absolutamente necessários à crítica marxiana – para a tematização do objeto proposto.

“(…) Na tradição marxista, as contradições dialéticas se têm caracterizado em contraste com (i) as oposições ou conflitos exclusivo ou ‘reais’, pois seus termos ou pólos pressupõem-se mutuamente, de modo a constituir uma oposição inclusiva; e com (ii) as oposições lógicas formais, pois as relações envolvidas são dependentes de significado (ou conteúdo), e não puramente formais, de modo que A não leve ao seu cancelamento abstrato, mas à criação de um conteúdo mais abrangente (...) Associados ao segundo contraste, estão os temas da ‘negação determinada’, da crítica imanente e da totalização, que são a marca registrada da dialética relacional (...)” (BHASKAR, 1975, p.117)

⁴⁵ “(…) Como é sabido existe uma distinção muito importante, no pensamento marxista, entre antagonismo e contradição: a contradição é o gênero do qual o antagonismo é somente uma espécie (...) A contradição é a origem de todo o movimento, é a mola profunda de toda transformação (...) é uma condição da existência como tal (...)” (KONDER, 2009, 104).

⁴⁶ “(…) a ideia de que as oposições dão conta da estruturação integral das relações. Pois a oposição pode admitir que só é possível pôr um termo através da pressuposição da realidade do seu oposto (...)” (SAFATLE, 2006, p.131) (...)”.

2 DISSONÂNCIAS SISTÊMICAS

2.1 Concepções tradicionais de Estado

A narrativa de Robinson Crusó serve à imaginação para representar a capacidade dos indivíduos em prover, de modo consciente e intencional, a satisfação de suas necessidades. Nela, o homem (senhor de si) vale-se de suas potências para extrair o máximo proveito do que dispõe. Sua atividade, intelectual e laborativa, amplia gradativamente seu raio de ação de modo que aprofunda seu domínio tanto do mundo quanto de si. A figura robinsoniana subjacente à economia política, criticada por Marx, assume o homem como naturalmente disposto à produção e troca, por meio da qual sua sociabilidade se desenvolve e realiza. Do fato da produção e da troca, segundo Marx, Adam Smith e David Ricardo postulam (inadvertidamente) à natureza humana propriedades que são resultadas nas relações sociais historicamente definidas pelo modo de produção capitalista⁴⁷. Em outras palavras, a saga de Crusó apresenta categorias e formas sociais próprias ao homem na sociedade burguesa como se competissem imperativamente a ele a despeito dela e sua historicidade.

“(...) Da mesma maneira que o ‘contrato social’ de Rousseau, que pelo contrato põe em relação e conexão sujeitos por natureza independentes (...) Essa é a aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas (...) Até o momento essa tem sido uma ilusão comum a toda nova época (...) [porém] Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente (...) Somente no século XVIII, com a ‘sociedade burguesa’, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meios para seus fins privados (...)” (MARX, 2011, p.39-40)

⁴⁷“(...) Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII (...)” (MARX, 2011, p.39).

O *homo economicus* de John Stuart Mill, o mais importante *constructo* da ciência econômica (PAULANI, 2005, p.47) e criação involuntária de sua filosofia utilitarista⁴⁸, manifesta o mesmo movimento. De modo equivalente, o axioma que apresenta o homem como singularidade naturalmente interessada à maximização da felicidade e minimização do sofrimento, por meio de cálculos racionais com esse fim, se faz presente. Procurando o prazer e evitando a dor de modo prático e consciente, o indivíduo age com vistas à sua realização. A sociedade, espelhando esse processo como seu resultado, expressaria em nível *ampliado* o bem-estar perseguido por homens ímpares (instintivamente). É evidente o vínculo dessas ideias com a sociedade burguesa e a defesa da produção, baseada na troca, como hipóstase da sociabilidade humana.

“(…) A teoria liberal, em um sentido importante, é nada mais que uma teoria da transição: e nisto uma teoria das mais peculiares. Ela opera no interior da moldura que tem um conjunto de pressuposições ideológicas como seus pontos de referência (...) permanentes, produzindo a aparência de um movimento para um fim que, sempre inquestionavelmente, é considerado garantido. Assim, a ‘natureza humana possessiva’, o inevitável conflito dos indivíduos egoístas; a “mão invisível” miraculosamente benfazeja e a não menos miraculosa “maximização das utilidades individuais” (...) são os parâmetros absolutos cuja continuidade constitui o objetivo central da estruturalmente apologética teoria liberal (...)” (MÉSZÁROS, 2012, p.524-525)

Com ela prevalece o elogio do mercado e de sua autonomia, rememorado e refeito de tempos em tempos por economistas e apologistas, na medida em que as propriedades “naturais dos indivíduos” aparecem em seu desenvolvimento e consolidadas por meio da agência econômica. Nesse sentido, a necessidade de instituições liberais que favoreçam o livre comércio, acolhida pelos (neo)liberais de hoje, é desdobramento e extensão desse pensamento. No entanto, vale notar, as condições históricas e materiais que conduziram essas

⁴⁸“(…) a agitada fisionomia da sociedade em que Mill viveu e seu papel como advogado do liberalismo também fizeram sua parte na produção desse discurso (...) Para nós parece claro que, ao desenhar involuntariamente a figura do ‘homem econômico’ no ensaio de 1836 [Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela], e independentemente das contradições em que posteriormente se envolve (...) Mill aponta na direção de uma defesa de tal postura (...)” (PAULANI, 2005, p.77).

ideias produziu também *ideias opostas*. Sob as mesmas circunstâncias históricas, a realidade apareceu de modo distinto para os indivíduos: porém, sem prescindir dos pressupostos que sustentam essas premissas antagônicas porque, tanto num caso como no outro, é o *ser social que determina a consciência*⁴⁹. Para Thomas Hobbes, por exemplo, o discurso a respeito do homem oriundo da laicização do pensamento e secularização da política que germinava em seu tempo, em suma, da *modernização das relações sociais*⁵⁰, momento central à instituição histórica do indivíduo singular e privado, foi subjetivado de modo diferente – talvez por seu assombro diante da *débâcle* do Antigo Regime que à sua época se montava.

“(…) Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas (...) Quando o mundo antigo declinava, as antigas religiões foram vencidas pela religião cristã; quando, no século XVIII, as ideias cristãs cederam lugar às ideias iluministas, a sociedade feudal travava sua batalha decisiva contra a burguesia então revolucionária. As ideias de liberdade religiosa e consciência não fizeram mais que proclamar o império da livre concorrência no domínio do conhecimento (...)” (MARX & ENGELS, 2011, p.57)

Nascido nobre na Inglaterra do século XVII (1588-1679), o capitalismo para Hobbes foi um espectro. Uma força estranha ao mundo que conhecia e, por isso, razão de dúvida, desconforto e temor. A *ideia de indivíduo*, já encontrava, em seu tempo, lugar na consciência dos sujeitos de modo preliminar. No entanto, ao contrário dos liberais utilitaristas que posteriormente a desenvolveram em torno da compreensão e entendimento sobre as atividades econômicas, em seu caso era o debate *jusnaturalista* que a manifestava. Concorriam nesse circuito diversas leituras a respeito do “homem”, do “estado de natureza” e do “contrato social”. Os filósofos contratualistas proviam os últimos desenvolvimentos teóricos no interior da estrutura social que daria passagem à sociedade burguesa. Eram o estágio mais elevado

⁴⁹“(…) O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível (...)” (MARX, 2011, p.55).

⁵⁰“(…) Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus ‘superiores naturais’ (...)” (MARX & ENGELS, 2011, p.42).

(em suas especulações) de uma sociedade que (materialmente) não poderia mais perdurar. Se para John Locke, nascido numa família burguesa (1632-1704), o contrato social estabelecido entre os indivíduos naturalmente livres, racionais e independentes visava à cooperação para um melhor aproveitamento de suas faculdades inerentes, para Hobbes o pacto do qual emerge a sociedade civil e o Estado era uma exigência produzida por essas *mesmas propriedades*: para Locke, a racionalidade humana presidida pelos interesses privados dos indivíduos com vistas à contemplação de suas necessidades, levava os homens a convergir; para Hobbes, ao contrário de Locke, os atributos da racionalidade e da privacidade, os conduziam a dissuadir. A satisfação dos desejos privados dos homens, ao contrário do que postulava Locke, os levaria ao conflito civil, à violência generalizada, de modo que a instauração de um poder que os controlasse seria necessário.

“(...) tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta (...)” (HOBBES, 2014, p. 46)

Assumindo que o homem anterior ao pacto que o torna cidadão-membro da sociedade civil (restrito ao estado de natureza e sua origem primária) é intrinsecamente singular e privado, o autor considera que somente por meio de um poder regulador essas qualidades poderiam ser asseguradas. Um poder central produzido pela decisão racional dos homens, gerada por essas características autênticas e essenciais a eles, mas independente de seus responsáveis. O poder central e absoluto, nesse sentido, manifestaria a soberania dos indivíduos livres que a ele se subordinam visando sua própria prosperidade. É notório que Hobbes, para auxiliar a transmissão de seu prognóstico, tenha recorrido à outra narrativa. O

Leviatã, criatura mitológica, representa sua ideia de Estado. O Estado, para ele, é a totalização de indivíduos, a pessoa da multidão unida (HOBBS, 2014, p.61). Contra o despotismo potencial à natureza humana, o Estado estabelece à força de seus meios a harmonia e a paz entre os homens. Moderar iniquidades e distúrbios, bem como aquilo que os faz ocorrer, é sua tarefa. Gerado com essa finalidade deve proceder à sua consecução da qual, por sua vez, se faz legítimo. O bem comum precisa ser garantido para que a satisfação de interesses privados não solape a equidade necessária ao desenvolvimento geral e prosperidade individual que o todo social depende (HOBBS, 2014, p.85).

Se a fábula robinsoneana consiste uma aparição embrionária do pensamento burguês liberal, afeito ao mercado e as trocas, pode-se considerar que o pensamento hobbesiano o encarna igualmente por outra extremidade: ambos integrados às concepções burguesas da realidade, por serem, afinal, resultados do desenvolvimento e consolidação do modo de produção gerenciado por essa classe e comandado pelo capital. Retroativamente pode-se dizer que ensaiam debates e querelas contemporâneas ao contexto histórico que essa dissertação estuda. Desta feita, se a associação entre o governo FHC e a saga de *Crusoé*, por seu vínculo ideológico e político com neoliberalismo, é geneticamente possível, por outro lado, pode-se afirmar que regulação advogada pelo petismo, por meio de seu neodesenvolvimentismo e uso do Estado, genealogicamente guarda com a alegoria hobbesiana importantes acordos. Em outras palavras, assim como a filosofia de Hobbes reivindica o Estado para a criação e manutenção da harmonia entre os indivíduos, um mesmo poder central aparece ao petismo como artífice do bem comum e bom arbítrio – tanto num caso como no outro, o desafio é superar distorções geradas por intenções privadas que, livremente deixadas à sua progressão, abalam o tecido social e o convulsiona em sua totalidade (incluindo o Estado).

“(…) A nutrição de um Estado consiste na abundância e na distribuição dos materiais necessários à vida; em seu acondicionamento e preparação e, uma vez acondicionados, em sua entrega para uso público, através de canais adequados (...) Dado que a matéria dessa nutrição consiste em animais, vegetais e minerais, Deus colocou-os generosamente ao nosso alcance, à superfície da terra ou perto dela, de modo tal que não é preciso mais do que trabalho e esforço para colhê-los (...) o trabalho de um homem também é um bem que pode ser trocado por benefícios, tal como qualquer outra coisa (...) onde não há Estado conforme já se mostrou, há uma guerra perpétua de cada homem contra seu vizinho, na qual, portanto, cada coisa é de quem a apanha e conserva pela força, o que não é propriedade nem comunidade, mas incerteza (...)” (HOBBS, 2014, p.85)

É congênito ao paradigma governamental evocado pelo PT com o governo Lula, determinado por seu enfrentamento com o neoliberalismo, acumulado pelo debate de esquerda a ele e, em muito, inspirado pela tradição de pensamento marxista, carecer do Estado. Como visto no capítulo anterior, todo rechaço e luta contra o neoliberalismo no país depende daquilo que o partido estima como “Estado”. Que, para essa dissertação, coincide com o que seus adversários ideológicos e adeptos políticos do Consenso de Washington tomam, por outro lado, como repugnante. O que faz o PT frente ao Estado, em combate ao neoliberalismo, é apanhá-lo *unilateralmente* – do que devém sua distinção (objetiva) para com o PSDB quando levado ao governo. O PT, através de seu duelo com o PSDB, verifica empiricamente o que resulta de suas práticas governamentais, sem considerar os mecanismos subjacentes que as possibilitam. Mas o que deveria se tornar objeto de uma reflexão que vise, criticamente, pensar o neoliberalismo para, a partir de então, intencional práticas de saída substantivas? Ora, não pode ser a relação entre Estado e mercado (ainda que, em nível efetivo, ela deva subsidiar tal procedimento) porque ficar restrito a ela, em última instância, é permitir que variemos infinitamente sobre o mesmo – alterando o juízo conforme varie o modo como ele é ajuizado por força da passagem de um padrão de acumulação a outro, por ocasião da alternância cíclica do modo sistêmico de produção em suas crises. É preciso considerar que a realidade é estruturada de maneira que sua apreensão não se reduza ao (puramente) observado porque, em última análise, isso significaria que ela muda tanto quanto mude o ponto de vista

de quem a observa. E a conclusão lógica (e absurda) desse raciocínio é que, nesse caso, a realidade é dependente do indivíduo e não o inverso.

“(…) Afirmei que as estruturas causais e os mecanismos generativos da natureza têm de existir e agir independentemente das condições que permitem aos seres humanos terem acesso a eles, de modo que é preciso supô-los como estruturados e intransitivos, i.é, relativamente independentes dos padrões de eventos e, da mesma forma, das ações humanas (...)” (BHASKAR, 1975, p. 22)

Examinar o que geneticamente produz essa relação consiste procedimento objetivo para o entendimento da constituição da realidade. Esse nível de concreção não se alcança comprimido aos fenômenos empíricos⁵¹. Não é obtido nivelando o domínio social do capital à sua *ocorrência* no mercado ou no modo como o Estado se comporta frente às atividades dele. Sua incidência na experiência cotidiana pode ser confirmada ou negada pela prática social sem que, no entanto, deixe de operar como estruturas causais que determinam a experiência dos sujeitos – o que precisa ser levado em consideração. Em outras palavras, deve-se romper com a bipolaridade que determina todo o debate econômico em torno do papel do Estado ou do mercado, que ora valoriza um, ora valoriza outro, em função de problemas que ocorrem quando a dinâmica econômica emperra (e sempre emperra): quando protagonizada pelo mercado, recomenda-se o Estado pelo elogio de suas capacidades de controle e gerenciamento macroeconômico (do New Deal ao keynesianismo e toda socialdemocracia foi assim); quando, ao inverso, protagonizada pelo Estado, recomenda-se o mercado pelo apreço ao

⁵¹ “(...) No trabalho abstrato o conceito e a abstração tornam-se reais. Aí, a forma triunfa efetivamente sobre o conteúdo (...) de puramente formal, completamente destituído de conteúdo, como é o trabalho abstrato na sua forma de valor, submete aqui a realidade em toda sua extensão (...) A crítica do fetichismo (...) é antes uma crítica das hipóstases reais e reificação efetiva de algo completamente abstrato: o valor (...) Deduzir a realidade efetiva do capitalismo a partir do seu ‘conceito’ não é ‘idealismo’, mas sim um procedimento que corresponde à natureza do objeto de análise (...)” (JAPPE, 2006, p.178-179).

dinamismo e produtividade, gerados pela concorrência, e a liberdade que concede aos agentes em meio às relações econômicas (desde meados da década de 1970, tem sido assim)⁵².

O pensamento marxista, sem dúvida, agrega uma variedade de interpretações existentes. Dessa variedade, disputas políticas e ideológicas são comumente travadas. Cada qual visa prevalecer sua tematização sobre o assunto, disputando o título de herdeiro legítimo dos fundadores dessa tradição de pensamento. Do conjunto do debate marxista, considerando-o em suas divergências internas, proceder ao cotejo das diversas leituras sobre o Estado é oneroso tanto quanto ocioso – não caberia nestas páginas assim como está para além de minha capacidade fazê-lo. Desta feita, é melhor colher essa totalidade naquilo em que ela se sustenta. Ou seja, averiguar, localizar e reter o que essa multiplicidade, em meios às suas convergências e divergências, está *baseada*. Parece ser fortuito, por exemplo, pensá-la à sombra de Carlos Nelson Coutinho e seus estudos sobre política e Estado no pensamento marxista. Principalmente porque sua reflexão tem implicação direta no exame do objeto de estudo dessa dissertação: trata-se de uma contribuição teórica sem a qual é difícil mensurar até onde o governo Lula, sendo-o resultado do desenvolvimento do PT, seria possível – vale destacar, igualmente, que a fecundidade de suas análises acerca do mesmo assunto também sustentou e ainda sustenta a luta política contra esse mesmo governo (CASTELO, 2012, p.286).

Ao abordar a evolução dos conceitos de Estado e revolução (COUTINHO, 2008, p.13) no marxismo, o autor identifica um traço comum no qual as várias vertentes políticas e teóricas compromissadas com luta anticapitalista mantêm no modo em que interpretam a transição para o socialismo. Para ele, outro exame da natureza do Estado na formação social

⁵² “(...) sobre esse pano de fundo, de instabilidade estrutural, que se assentam os eventuais ciclos de estabilidade e continuidade no campo da reprodução social, política e econômica capitalista. No seio de uma dinâmica geral que é necessariamente de conflito e crise (...) Fases capitalistas que atravessam períodos de estabilidade tendem a generalizar seu padrão de funcionamento, naturalizando-se como se fossem modelos únicos ou exemplares (...) O capitalismo do pós-Segunda Guerra Mundial tendeu a enxergar nas suas estruturas um padrão geral a ser continuamente reproduzido (...)” (MASCARO, 2013, p.111-112).

capitalista propiciaria, por seu turno, outra avaliação do papel da “dualidade de poderes” no processo de transformação da realidade⁵³. Descrevendo a ruptura de Marx com o universo filosófico alemão, tão logo familiarizado à economia política, recorda sua crítica à ideia de universalização defendida por seus contemporâneos⁵⁴ – na qual o Estado moderno seria expressão. Crítica que encontra seu amadurecimento em *A Ideologia Alemã* (1845)⁵⁵, ao lado de Engels, quando o apresenta:

“(…) um Estado de classe: não é a encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto geral, defende os interesses comuns de uma classe particular (...)” (COUTINHO, 2008, p.19)

Concepção que se prolonga até a redação do *Manifesto Comunista* (1848) e instaura na organização da luta revolucionária socialista um paradigma que encontra sua definição mínima e fundamental no *Estado-comitê burguês* – voltado ao gerenciamento e preservação dos interesses da classe capitalista (MARX & ENGELS, 2011, p.41-42).

“(…) A afirmação de que o poder do Estado se impõe essencialmente pela coerção aparece mais ou menos explicitamente na ideia de que a sociedade burguesa, ao contrário das sociedades de classe que a precederam, não é capaz de ‘exercer o seu domínio porque não pode assegurar a existência do seu escravo’ (...) Por causa da tendência à pauperização absoluta, que levaria à necessidade de uma coerção permanente, a luta de classes assumiria imediatamente a forma de uma guerra civil (...)” (COUTINHO, 2008, p.21)

⁵³ “(...) tentarei mostrar como uma diferente definição da natureza do Estado – o momento da renovação – leva a uma também diferente avaliação (...) De modo mais concreto: indicarei como, a depender do modo ‘restrito’ ou ‘amplo’ de conceber o Estado, resulta – na história da teoria política marxista – a elaboração de dois diferentes paradigmas de revolução socialista, que definiria esquematicamente como ‘explosivo’ e ‘processual’ (...)” (COUTINHO, 2008, p.13).

⁵⁴ Abrindo sua *Crítica da Filosofia do Direito* (1843), Marx cita Hegel: “(...) Em face das esferas do direito privado e do bem privado, da família e da sociedade civil, o Estado é, de um lado, uma necessidade externa e sua potência superior (...) de outro lado, é o Estado seu fim imanente e tem sua força na unidade de seu fim último geral (...)” (MARX, 2005, p.27).

⁵⁵ “(...) Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, que adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real (...)” (ENGELS & MARX, 2009, p. 76).

Por conta disso, completa Coutinho, considerando que o Estado executaria os interesses da burguesia, guardando-os por meio da repressão, o enfrentamento político com ela precisaria ser “franco e aberto”. O processo revolucionário, nesse caso, é qualificado como explosivo porque recorre ao uso da violência com vistas à derrubada do poder que dá conteúdo de classe ao Estado. Seria uma condição para transição ao socialismo que a luta política recorre-se à via explosiva porque o Estado moderno, sob o comando dos capitalistas, seria um posto avançado na defesa da exploração da força do trabalho e da dominação. A “derrubada violenta” se apresenta como meio estratégico porque parte, nesse momento, de uma “noção restrita de Estado” (COUTINHO, 2008, p.24):

“(…) segundo a qual esse seria uma espécie de ‘comitê executivo’ da classe dominante (sua expressão direta e imediata), um organismo que despolitiza a sociedade civil e se vale essencialmente da coerção para exercer funções (...)” (COUTINHO, 2008, p.24-25)

O autor, então, pondera sobre as “novas determinações” do complexo político que Engels, ao contrário de Marx, pôde testemunhar e o fez redimensionar essa noção. Sem abrir mão, no entanto, da ideia de Estado-comitê, Engels passa à revisão da tática revolucionária porque as condições de luta do passado já não seriam mais as mesmas (COUTINHO, 2008, p.26)⁵⁶. A concepção restrita, na Rússia do início do século XX, mostrou-se adequada às finalidades da política bolchevique. A explosão e vitória revolucionária no país em 1917 provou sua justeza naquele contexto histórico russo – czarista e feudal.

⁵⁶ Para Boron, trata-se de uma “radical revisão de pressupostos” (BORON, 2001, p.102): “(...) Engels observa também duas importantes transformações ocorridas nos Estados burgueses: por um lado, as possibilidades abertas pelo voto universal (...); por outro lado, a crescente complexidade e o ‘engrossamento’ dos estados capitalistas concebidos agora como um conjunto de aparelhos e instituições e já não mais como aquele simples comitê executivo (...)” (BORON, 2001, p.107).

“(…) Lenin empreende um rigoroso estudo da teoria marxiana do Estado (...) não contempla a possibilidade (ou a eventual necessidade) de renovar essa doutrina, acrescentando novas determinações ao conceito histórico-materialista de Estado. Parece-lhe suficiente, para enfrentar a situação de duplo poder com que se defronta e encaminhá-la no sentido da revolução socialista, conceber o Estado do modo ‘restrito’ como Marx e Engels o haviam feito em 1848-1850 (...) A essência do Estado, assim, reside para ele em seus aparelhos coercitivos e repressivos” (COUTINHO, 2008, p.30)

Considerando essa validade, atestada pela prática afinal, por outro lado, a via revolucionária explosiva e a noção restrita de Estado, foi inadvertidamente generalizada. A realização bolchevique foi tomada por muitos segmentos do internacionalismo socialista (entusiasmados por sua vitória) como modelo universal de transição – como argumenta Coutinho, procedia-se assim num equívoco porque tal prescrição desconsidera que ela foi produzida pelas circunstâncias sociais e históricas de uma Rússia absolutamente atrasada e medieval⁵⁷. Sem as devidas mediações, acometiam-se todos os socialistas a necessidade de repetir o bolchevismo em realidades históricas completamente distintas em que ele aconteceu. Posteriormente, apenas com Gramsci tal constrangimento encontrou um consistente anteparo e recusa. Preocupado com o tema tal qual Kautsky, Bernstein, Rosa, entre outros, o marxista italiano esforçou-se em prover uma concepção distinta de processo revolucionário para enfrentar outras circunstâncias. Para Coutinho:

“(…) A principal experiência vivida por Gramsci entre a Revolução Russa de 1917 sua prisão, ocorrida em novembro de 1926, foi a do fracasso da revolução socialista nos países da Europa Ocidental e Central (...) Em seu próprio país, Gramsci assistiu ao esvaziamento e à derrota, em 1920, do movimento dos ‘conselhos de fábrica’ (...) O problema era assim o de por que, apesar da crise econômica aguda e da situação aparentemente revolucionária existente na Itália e em boa parte da Europa Ocidental e Central no início dos anos 20, não fora possível repetir ali, como o previra a Internacional Comunista, a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia (...)” (COUTINHO, 2008, p.50-51)

⁵⁷ Não apenas o centro e a direita socialdemocrata demonstrava diferenças com o bolchevismo, como afirma Coutinho ao lembrar uma destaca passagem de Rosa Luxemburgo em *A revolução russa* (1918): “(...) O perigo começa no momento em que, fazendo das necessidades virtudes, eles [Lenin e os bolcheviques] criaram uma teoria a partir da tática imposta por essas condições fatais [as da Rússia de então] (...)” (COUTINHO, 2008, p.43).

Gramsci, segundo Coutinho, foi o responsável pela formalização mais sólida de uma teoria “ampliada” do Estado, em alternativa à que vigorava predominantemente. Como Lenin, ele a desenvolveu por conta da realidade social e histórica que participava. Por ter sido testemunha da “socialização da política”, compreendeu melhor o desenvolvimento das funções do Estado moderno e sua relação com o domínio de classe mantido na sociedade burguesa (COUTINHO, 2008, p.52). Com esse processo amadurecido, a saber, a conquista do sufrágio universal, o surgimento dos partidos políticos de massa, dos sindicatos de categoria etc, para ele, a disposição da luta de classes se alterava de modo importante e exigia uma atualização conceitual.

“(…) A esfera política ‘restrita’ que era própria dos Estados oligárquicos, tanto autoritários como liberais, cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa. É a percepção dessa socialização da política que permite a Gramsci elaborar uma teoria marxista ampliado do Estado (…)” (COUTINHO, 2008, p.52-53)

Desta feita, Gramsci procede na distinção de duas esferas: sociedade civil e sociedade política. A segunda, para ele, entendida pelo conjunto de instituições e aparelhos estatais nos quais a classe dominante exerce sua repressão. Ou seja, tratam-se das funções do Estado, de seus mecanismos e dispositivos, que servem à burguesia para impor seus interesses mediante o monopólio (legal) da violência. Em relação à sociedade civil, eles se realizam através dos “aparelhos privados de hegemonia” – onde o poder social burguês se impõe, mediatamente, pela adesão voluntária a partir da difusão de seus valores e ideias. A reflexão gramsciana extrai dessa equação importantes conclusões e propicia novos desenvolvimentos ao

pensamento marxista⁵⁸. Do entendimento que *a revolução é um processo*, táticas antes embargadas são sancionadas com vistas à transformação da realidade.

“(…) nas formações ‘orientais’, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma ‘guerra de movimento’ ou de ‘manobra’, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ‘Ocidente’, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (‘guerra de posições’), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (...)” (COUTINHO, 2007, p.147)

Em formações sociais ocidentais⁵⁹, o Partido, como “intelectual coletivo” (COUTINHO, 2007, p.165), seria o responsável por esse ato de conquista, conservação e instrumentalização política do Estado sob os interesses dos trabalhadores. Como objetivação da “vontade coletiva nacional-popular” (COUTINHO, 2007, p.169), altera a correlação de forças na sociedade civil na medida em que disputa as mentes e corações de seus membros para universalizar-se e ser projeto hegemônico societário⁶⁰.

“(…) Gramsci nos fornece instrumentos decisivos para que repensemos esse momento democrático, o momento do consenso, da hegemonia, como fundamental na construção do socialismo. Nossa tarefa é: onde está coerção devemos colocar cada vez mais consenso, participação livre e autônoma das

⁵⁸“(…) Gramsci registra assim o fato novo – historicamente novo – de que a esfera ideológica ou simbólico-axiológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas, que ele chama de ‘ocidentais’, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito; e isso é verdade não apenas com relação aos novos organismos criados pelo protagonismo político das classes (partidos, sindicatos etc), mas também em face de velhas instituições herdadas pela sociedade capitalista (como as Igrejas ou o sistema escolar). A necessidade de conquistar o consenso como condição *sine qua non* da dominação impõe a criação e/ou a renovação de determinadas instituições sociais (...)” (COUTINHO, 2008, p.55).

⁵⁹“(…) a ‘ocidentalidade’ de uma formação social não é, para Gramsci, um fato puramente geográfico, mas sobretudo histórico (...) na medida em que o desenvolvimento dos processos de socialização das forças produtivas leva a uma socialização da participação política (...) impõe-se assim uma mudança na estratégia da luta socialista (...)” (COUTINHO, 2007, p.148).

⁶⁰“(…) Se o PT não cumprisse a sua função de universalizar as demandas dos vários segmentos sociais e se tornasse um instrumento corporativo apenas do sindicato de metalúrgicos – estou só dando um exemplo –, um movimento poderia aparecer e até atuar como um partido. Mas na medida em que o PT cumpre essa função universalizadora, nenhum movimento social particular vai ocupar esse espaço. Cumpre ao PT evitar que isso aconteça (...)” (COUTINHO, 2006, p.6).

peças. Onde está mercado, que é uma forma de coerção, colocar o planejamento econômico democrático, fundado no consenso. E onde está o Estado, entendido como poder coercitivo e autoritário, colocar a participação consensual (...)" (COUTINHO, 2006, p. 7)

O PT, como é sabido, surge em meio às lutas sindicais do ABC Paulista⁶¹. Os metalúrgicos da região, em plena ditadura militar no Brasil, lograram êxitos que nenhum segmento social no país alcançou do ponto de vista da capacidade mobilização e organização dos trabalhadores durante esse período⁶². O contexto do qual o partido emerge, para muitos, repete, com as devidas mediações históricas, a realidade social que permitiu Gramsci refletir sobre a transição socialista e atualizar sua estratégia política. Segundos os partidários de tal relação, o Brasil estaria submetido às mesmas contingências históricas que a Itália. Giovanni Semeraro, destacado debatedor da obra de Antonio Gramsci no país, em *Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson Coutinho* (2012), comenta:

“(...) Nessa nova e complexa concepção de Estado e de sociedade civil delineada por Gramsci, Coutinho encontra fecundos pontos de contato com a história do Brasil, um país que estava saindo da dura experiência da ditadura e vinha sendo impulsionado por um capitalismo de Estado que operava aceleradas mudanças econômicas e sociais e que, ao mesmo tempo, se deparava com fortes movimentos populares e organizações políticas. Frente a esse quadro, o teórico brasileiro torna-se cada vez mais ‘convencido de que – com as necessárias mediações – as indicações de Gramsci podem ser de grande valor para um reexame de nossa história passada e presente’ e podem constituir como referência ‘para a elaboração de uma estratégia de transição brasileira para o socialismo’ (...)” (SEMERARO, 2012, p.107)

⁶¹“(...) Não é nada irrelevante para a história da esquerda no Brasil que tenha surgido: 1) como fruto da luta de resistência dos trabalhadores à ditadura; 2) como resultado de um amplo movimento de massas que, não só envolveu milhões de trabalhadores, como se defrontou abertamente com a política das classes dominantes expressa no Estado; 3) como iniciativa de um conjunto de lideranças que, a partir da prática sindical, reconheceu as insuficiências dessa prática para transformar a sociedade e admitiu claramente a necessidade de articular uma organização política nacional, não só formada por trabalhadores industriais, mas todos que vivem do seu trabalho (...)” (MOISES, 1998, p.182-183).

⁶²“(...) A esquerda sofreu uma dura derrota com o golpe militar em 1964 (...) Praticamente toda a força acumulada pela esquerda foi destruída, em especial nos movimentos sindical e estudantil, mas também a imprensa, nas universidades e em distintos espaços do aparelho de Estado (...) Depois de um intenso período de debates e balanços sobre o período anterior e a derrota sofrida, impôs-se, sob forte influência da experiência cubana, a via militar de resistência (...) Depois de alguns sucessos de forte impactos sobre a opinião pública, como o sequestro de embaixadores e sua troca por prisioneiros políticos, a esquerda mais radical foi derrotada (...) À medida que desapareciam os grupos guerrilheiros, o campo da oposição (...)” (SADER, 2009, P.74).

Que semelhança há, como proposta por alguns teóricos e militantes, entre Brasil e Itália? Nas duas formações nacionais, o processo de modernização burguesa se deu de modo *sui generis*. Tanto Itália quanto Brasil teriam se inserido no “mundo capitalista” em circunstâncias diferenciadas em relação às vias clássicas de seu desenvolvimento, de maneira que o modo de produção capitalista e sua reprodução social obedeceram trâmites especiais, por assim dizer. Por conseguinte, as vias de superação da sociabilidade capitalista nesses países, ou seja, a estratégia de transição socialista, deveria levar em consideração tais “especificidades”. No caso italiano:

“(…) Gramsci aponta para a característica central do capitalismo italiano: a de ser um capitalismo débil, liderado por uma burguesia que foi incapaz de romper com os elementos de atraso existentes na sociedade italiana e de impor seu projeto político ao conjunto da nação. O movimento de unificação nacional, o *Risorgimento*, realizado em meados do século XIX, foi dirigido pela burguesia liberal moderadas, em aliança com os grandes setores latifundiários e sob a égide da monarquia piemontesa (...)” (COUTINHO, 2007, p.65-66)

Gramsci chamou atenção para o fato de que a modernização italiana, o aparecimento de formas sociais burguesas no país, não ocorreu pela dissolução das relações sociais pregressas, anteriores. A feição moderna assumida pela Itália unificada foi produzida através da conservação de suas bases arcaicas. Um ingresso recessivo à modernização, desta feita, marcou profundamente o capitalismo do país e, conseqüentemente, o modo de interação revolucionária a ser estabelecida com a sociedade burguesa materializada localmente nele porque, seu desenvolvimento, não foi instituído pela classe que o cria e tão pouco instituiu uma como visto em países mais avançados. Os setores da burguesia ativos nesse processo mantiveram com os setores mais atrasados das velhas classes dominantes italianas uma relação de proveito, ainda que também de dependência. Esse processo foi assim caracterizado por Gramsci, segundo Coutinho de:

“(...) ‘revolução passiva’ (...) um processo de transformação que exclui a participação no novo bloco de poder das forças democráticas e populares, das forças interessadas na completa erradicação dos restos feudais e, como tal, numa revolução agrária que integre os camponeses na economia capitalista moderna e os atraia para a esfera da hegemonia burguesa e democrática. (...) Os liberais moderados ‘cooptaram’ os elementos mais ativos do Partido de Ação, do partido democrata radical pequeno-burguês, mas não realizaram seu programa (...)” (COUTINHO, 2007, p.66)

Considerando que a “universalidade de Gramsci” (COUTINHO, 2007, p.181) provinha desse contexto político-social, a validade de suas reflexões serviria ao Brasil desde que sua caracterização como *nação moderna* se tornasse possível. Durante décadas, o debate de esquerda no país, hegemonizado pelos marxistas do Partido Comunista Brasileiro, difundia a leitura de um país que ainda necessitava de uma revolução burguesa para que o trabalho de transição socialista se tornasse um projeto concreto a ser defendido⁶³. Essa interpretação, à luz do glossário gramsciano, trataria o Brasil como uma sociedade oriental que tinha etapas de desenvolvimento a cumprir para então colocar-se tarefas revolucionárias de transição socialista.

“(...) Ao contrário do que supunha a tradição ‘marxista-leninista’, o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma ‘revolução democrático-burguesa’ (...) o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face ao imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país (...)” (COUTINHO, 2007, p.196)

⁶³ “(...) O caminho das respostas a esses problemas tomou rumos insuspeitos. O marxismo latino-americano, em geral cristalizado em interpretações mecânicas e evolucionistas da ‘sucessão dos modos de produção’, não podia encontrá-las (...)” (OSORIO, 2009, p.169).

2.2 Concepções tradicionais de desenvolvimento econômico

A tomada violenta do Estado e seu colapso interno, em suma, a forma política “explosiva” de transição, jamais fez parte da interpretação petista sobre os meios de enfrentamento ao capitalismo no Brasil. No partido, as vias de transição foram determinadas por uma grade conceitual que, no essencial, invalidou essa aposta. As correntes e forças no partido que guardavam fidelidade ao pensamento marxista, fundamentalmente, mantiveram importante distância ideológica em relação ao chamado “socialismo real” – apesar do “caráter classista” desde sua fundação (IASI, 2012, p.361). Entre elas prevaleceu a compreensão de que o debate, com vistas à prática que intenciona, precisava dar contas das especificidades nacionais, isso é, de suas (pleiteadas) particularidades. Sem essas observâncias, para seus correligionários, nenhuma teoria materialista seria viável na medida em que negligenciaria a dimensão histórica da realidade que visa interpretar tanto quanto transformar – são notáveis, não apenas no Brasil, vale destacar, iniciativas nessa direção⁶⁴. E a contribuição teórica de Gramsci, politicamente, satisfazia essa necessidade e pode-se dizer que o PT estava sensível a ela porque requeria uma interpretação distinta sobre o processo histórico e o desenvolvimento capitalista no Brasil⁶⁵. Na resolução do 7º Encontro Nacional do PT, ocorrido entre maio e junho de 1990, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, e reafirmada no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1999, a “luta hegemônica” é uma

⁶⁴ O peruano José Carlos Mariátegui, considerado pioneiro na tentativa de “traduzir” o debate marxista para a realidade histórica latinoamericana, sobre a experiência de modernização peruana problematiza: “(...) esse programa se inspirava no ideário liberal. A revolução [para independência do país] não podia prescindir de princípios que consideravam reivindicações agrárias existentes, fundamentadas na necessidade prática e na justiça teórica de libertar o domínio da terra das travas feudais. A revolução inseriu em seus estatutos esses princípios. O Peru não tinha uma classe burguesa que os aplicassem em harmonia com seus interesses econômicos e sua doutrina política e jurídica. Mas a república – porque este era o curso e o mandato da história – devia se constituir sobre princípios liberais e burgueses (...)” (MARIÁTEGUI, 2008, p.83).

⁶⁵ “(...) O ‘marxismo oficial’ da época de Stalin, por sua vez, se fixou numa fórmula que não deixava de ter certo paralelismo com a tese de Comte: uma fórmula que atribuía a todas as sociedades um processo de transformação condicionado por uma evolução linear da humanidade, que atravessava, inexoravelmente, estágios correspondentes a cinco modos de produção, que eram o ‘comunismo primitivo’, o ‘escravismo’, o ‘feudalismo’, o ‘capitalismo’ e o ‘socialismo’ (...)” (KONDER, 2009, 2005.).

asserção que articula seu compromisso com a luta anticapitalista, seu desacordo em relação às experiências socialistas vigentes bem como a renúncia da socialdemocracia européia em relação a elas⁶⁶:

“(…) qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? (...)Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas (...) para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado (...)” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, s. d., p.5)

A problematização do processo histórico ou, mais precisamente, a compreensão de seus distintos andamentos sob a modernização capitalista em cada realidade nacional, foi objeto de importantes reflexões também do debate econômico no século XX. Ainda que não seja redutível ao caso do capitalismo nas sociedades periféricas, encontrou na América Latina seu objeto preferencial para exposição de suas categoriais e conceitos visando compreender o andamento de seus estágios de desenvolvimento. A região constituiu episódio importante das análises cuja finalidade era refletir sobre a natureza das fases de desenvolvimento qualitativamente distintas bem como de sua interação no interior do sistema capitalista global⁶⁷. A expressão deficitária de algumas formações nacionais, segundo o esquema

⁶⁶ “(...) A socialdemocracia do início do século XX foi lúcida ao se dar conta de que era possível empreender reformas, e empenhou-se neste sentido. O conjunto dessas reformas configurou o Welfare State, a maior vitória da classe operária no quadro da ordem capitalista. socialdemocracia não foi coerente com sua própria proposta reformista. A lógica da cidadania, da luta pelas reformas deveria levar ao socialismo. Era inevitável que seu desenvolvimento se chocasse com a lógica do capital. Quando isso se colocou, a socialdemocracia preferiu gerir o capitalismo a aprofundar o processo de reforma. A socialdemocracia foi pouco reformista. É aqui que entra minha ideia (que, de resto, não é minha, é do André Gorz no final dos anos 60, quando ainda era marxista) do reformismo revolucionário. Devemos lutar por reformas que entrem em contradição com a lógica do capital (...)” (COUTINHO, 2006, p.3).

⁶⁷ “(...) creio que a justa crítica ao evolucionismo entendido como um finalismo teleológico não nos deve levar ao abandono da ideia de uma historicidade dos processos (...)” (COUTINHO, 2001, p.123).

conceitual estabelecido anterior a essa problematização, seria mal apreendida para alguns debatedores compromissados com ela. Segundo Fiori, quando surgiu:

“(...) rompia com a visão neoclássica de equilíbrio e reintroduzia a ideia marxista (...) do capitalismo como um sistema instável, cíclico, com crises, sem pleno emprego etc, e começava, portanto a legitimar a possibilidade e a necessidade política anticíclicas. Pode-se dizer que foi dessa linha de rebeldia (...) que se abriram as condições de possibilidade teórica, mais tarde transformada em vontade política, de estudar e propor estratégias de indução do desenvolvimento econômico (...) visto desde então como um processo possível de ser induzido ou acelerado (...)” (FIORI, 1998, p.69)

O caso das "nações subdesenvolvidas", dos "países atrasados", das "sociedades deficitárias" etc, ocupa lugar privilegiado para todos aqueles que procuram estabelecer uma relação teórica e prática com o *desenvolvimento*. A consciência do nexos entre fenômenos econômicos gerais e suas determinações locais fomentou a atuação de diversos atores que entendiam o parco desenvolvimento de seus países como produto de uma espécie de sangria a que estavam submetidos.

“(...) Nascem as chamadas teorias do desenvolvimento e nasce o desenvolvimentismo, como ideologia que justificava, compreendia e ao mesmo tempo legitimava a descoberta e a consciência de que o mundo era terrivelmente desigual (...)” (FIORI, 1998, p.69)

A *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* (CEPAL), aparecida no decorrer dos anos 50, é desdobramento desse contexto – histórico e teórico. Ao contrário do que vigorava sobre o assunto, seu marco analítico considerava a evolução dos processos econômicos uma ficção destituída de realidade, na qual progressivamente estações se sucederiam da mais elementar, primária, a mais complexa e avançada (SADER, 2009, p.180-181). Ao propor programas de industrialização para a periferia capitalista, a CEPAL enfocava

o papel que o Estado nessas sociedades precisaria assumir para que as atividades econômicas prosperassem na ausência de determinadas condições. Segundo a instituição, a criação dessas condições, necessárias à elevação do padrão de vida dessas sociedades, exigiria a participação direta do Estado porque o setor econômico endogenamente não seria capaz de fazê-las nascer e perdurar. A interpretação cepalina sobre a baixa densidade da produção econômica da região estava fundada na tese de que as economias periféricas estavam subordinadas aos ditames das centrais. Em outras palavras, toda vida econômica nacional dos países subdesenvolvidos era resultado dos interesses daqueles desenvolvidos de maneira que os primeiros estariam inseridos numa dinâmica global cujo sentido dependia da permanência deste mesmo estado de coisas.

“(…) A questão do desenvolvimento latino-americano ocupou, ao longo de muitas décadas, um lugar privilegiado no debate econômico (...) O primeiro enfoque de desenvolvimento construído por pensadores latino-americanos foi formulado pela perspectiva estruturalista da CEPAL (...) para que as economias latino-americanas se desenvolvessem era necessário que o Estado nacional assumisse o papel de grande mentor do processo (...) o capital estrangeiro era tido como verdadeiro entrave para o desenvolvimento das economias periféricas (...)” (TRASPADINI, 2014, p.39)

A CEPAL, considerando o Brasil, abriu uma seção importante à produção teórica crítica dedicada aos assuntos econômicos e ao fenômeno da dependência. Suas premissas foram de fecunda valia e propiciaram procedimentos posteriores que ampliaram seus domínios tanto quanto seus postulados e inauguraram estudos sistemáticos sobre a dependência desses países face aos centros econômicos mais desenvolvidos. A esqualida condição subdesenvolvida dessas formações nacionais tornou-se condição para a recusa teórica e política da importação de modelos de desenvolvimento. Teóricos compromissados com a luta anticapitalista e o pensamento marxista, decididos em romper com os prognósticos (ortodoxos ou heterodoxos) da economia política burguesa tanto quanto do etapismo

evolucionista oriundos da interpretação dogmática do marxismo de então, tomaram parte diretamente. Sob eles, o Brasil moderno estava desde muito emergido e o que seriam entraves (arcaicos que exigiriam uma superação), para esses teóricos, encarnam perifericamente o progresso da modernidade capitalista dos países centrais.

"(...) Restrição ao crescimento, fragilidade financeira, vulnerabilidade externa e perfil concentrado de renda e riqueza seriam, dessa forma, anomalias das economias periféricas, passíveis de correção por arranjos internacionais e/ou políticas econômicas adequadas, ortodoxas ou não, dependendo da filiação teórica dos proponentes. O que esse tipo de perspectiva não consegue captar é que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo quanto pela complementariedade, ou seja, que, embora sejam situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial (...)" (CARCANHOLO, 2009, p.252)

Para o economista e professor da UFF, o modo como a interpretação cepalina figurou o fato do subdesenvolvimento mantinha uma percepção comum do fenômeno. A CEPAL, segundo Carcanholo, reproduziria o etapismo evolucionista, nos seus termos, ao prescrever ao subdesenvolvimento da região a industrialização como modo de superar tal estágio de dependência. Em outras palavras, a despeito de sua correta leitura sobre a integração diferenciada entre centro e periferia na formação global do sistema, recaía na abordagem convencional do atraso das economias periféricas por tomá-las (ainda) como deficitárias. Como afirma Carcanholo, somente com a teoria da dependência foi possível concluir o movimento conceitual iniciado pela CEPAL, mas interdito pelo esquema analítico no qual foi propiciado⁶⁸. Para Marco Gandásegui, a antinomia entre *centro-moderno-avançado* e *periferia-arcaica-atrasada*, sob o enfoque dependentista, assume outra qualidade na medida

⁶⁸ "(...) A CEPAL estabeleceu um esquema explicativo para o subdesenvolvimento que, fiel ao padrão proporcionado pela ONU, o considerava como etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno e (no que ia além do que pretendia a ONU) um resultado das transferências de valor realizadas no plano das relações econômicas internacionais. A chave dessas transferências, que descapitalizaram a região e deprimiram as condições de suas populações, seria a troca de bens com baixo valor agregado, essencialmente matérias-primas, por bens de maior valor agregado, de origem industrial. Em consequência, a CEPAL preconizava uma política de industrialização, assegurada por um marco de protecionismo estatal (...)"(MARINI, 2005, p.222).

em que não a tomo em sua dualidade. Ainda assim, aos desenvolvimentistas de todas as cores⁶⁹, mais ou menos cientes deste fato, segundo o sociólogo da Universidade do Estado de Nova Iorque e fundador do grupo sobre o EUA do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, caberia alguns méritos. Porém, a posição dos marxistas a partir da reflexão sobre dependência demarcou importantes distinções.

"(...) Enquanto os desenvolvimentistas propunham um desenvolvimento capitalista com 'dependência associada', os marxistas rejeitavam essa proposta em diferentes graus. O debate entre as diferentes correntes marxistas girou precisamente em torno do conceito de dependência e dos seus efeitos sobre o desenvolvimento capitalista (...)" (GANDÁSEGUI, 2009, p.271)

A tematização da dependência, produto posterior das teorias do desenvolvimento e resultado de suas reflexões no contexto da periferia capitalista, contou com destacada participação da intelectualidade brasileira. Ao romper com a escola cepalina, pode-se considerar que sua progressão deu-se sob homólogas disjunções. Entre os críticos do desenvolvimentismo cepalino, sob a ótica dependentista, marxistas pretendiam fazer valer uma compreensão materialista sobre o subdesenvolvimento.

"(...) Pela vertente marxista, Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Agustin Cueva debate-se criticamente o porquê do desenvolvimento proposta pela CEPAL não ter condições de gerar (...) um outro processo de desenvolvimento menos desigual. Por outro lado, o da vertente weberiana, schumpeteriana, capitalista, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto argumentavam o porquê da permanência no atraso e da possibilidade, ainda viável, de se lograr um desenvolvimento diferente, moderno, de capitalismo avançado. São vertentes teóricas distintas no interior do debate da dependência (...)" (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p.28-29)

⁶⁹ "(...) foi a ideologia de superação da pobreza e do atraso (...) através de uma industrialização planejada. Correspondeu, assim, à ideologia subjacente ao projeto econômico de constituição de um capitalismo moderno (...) Os desenvolvimentistas diferenciavam-se entre si, como vimos, pela posição diante da questão do capital estrangeiro e do grau desejado de intervenção estatal, pelo tratamento da questão inflacionária, pela maior ou menor inclinação reformista, e assim por diante. Tinham, porém, como proposição comum, a meta de construir uma estrutura capitalista semelhante à dos países desenvolvidos Podiam até, como no caso de alguns nacionalistas, ter suas inclinações políticas socialistas – na linha da socialdemocracia européia ou do socialismo democrático, independente da orientação soviética – e, por essa razão, cultivar o desenvolvimento industrial como etapa para avanços subsequentes, pela via da luta pacífica, nos quadros do sistema vigente. Como economistas, porém, organizavam seus discursos, análises e proposições nos limites da meta da transformação da economia primário-exportadora em economia industrial pela via capitalista (...)" (BIELSCHOWSKY, 2012, p.181).

Superada as apostas na burguesia nacional, em função da formação histórica da qual o Brasil foi resultado, em que o “velho não terminou de morrer e o novo não logrou nascer plenamente”, o subdesenvolvimento então se tornará alvo de discórdia. Munidos da tese do *desenvolvimento desigual e combinado*⁷⁰, desenvolvida originalmente por Trotsky (LÖWY, 1995, p.73), destacados teóricos e militantes no Brasil pretenderam conceituar o subdesenvolvimento para apresentar a dependência como expressão do desenvolvimento global do sistema. Tendo como pressuposto um Brasil moderno e desenvolvido, ao contrário dos antecedentes conceituais que punham o debate em jogo, tratava-se agora de perguntar sobre a natureza do subdesenvolvimento à luz de práticas que servissem para intervir na realidade do país. Os “dependentistas weberianos” apreendiam o atraso como condição objetiva, imediatamente inalterável em sua atualidade, e vislumbravam na integração ao sistema internacional (sob tal condição) modos de gerar e forçar novos encadeamentos internos; os “dependentistas marxistas” pensavam-no, por sua vez, como fruto dá histórica inserção do país a esse sistema e entendiam que outra *espécie* de posicionamento nele não alteraria o *gênero* da subordinação. Para a leitura weberiana da dependência, a melhor agência econômica às sociedades periféricas seria “(...) a que está centrada na nova relação de articulação existente no tripé do desenvolvimento dependente-associado (...)” (TRASPADINI, 2014, p.143); ao passo que sua antagonista marxista

“(...) Até a *Dialética da dependência* (...) vivia dilemas que não conseguia resolver (...) parte das análises partia dos fundamentos do marxismo, sem, no entanto, conseguir dar conta da situação específica das formações sociais da periferia do capitalismo (...) A obra de Ruy Mauro Marini retira precisamente daí sua originalidade. Ela vem de sua capacidade de compreender a constituição das nossas formações sociais de forma indissolúvelmente intrincada com a constituição do sistema capitalista internacional, no interior do qual nascem, como um de seus elementos

⁷⁰ “(...) Os trabalhos de sociólogos (ou politicólogos) marxistas sobre as revoluções sociais no Terceiro Mundo – especialmente na Ásia e América Latina – utilizam muitas vezes, de maneira explícita ou não, elementos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para tentar dar conta das particularidades das formações sociais em questão, e das raízes socioeconômicas dos movimentos de liberação (...)” (LÖWY, 1995, p. 79).

constitutivos e, ao mesmo tempo, condicionados por esse tipo de inserção subordinada (...) Esse marco teórico permitiu, por um lado a consciência de que os interesses da chamada ‘burguesia nacional’ não tinham contradições suficientes com o imperialismo e nem sequer com o latifúndio (...) por outro lado, definiu um campo dos trabalhadores da cidade e do campo, como a força motriz das transformações anticapitalistas, com a classe operária como seu setor hegemônico (...)” (SADER, 2009, p.30-31)

Entre os participantes da “Escola da Dependência”, o nome de Ruy Mauro Marini é central. Não se pode, de fato, considerá-la sem tê-lo presente. Ainda que se possa dizer que Fernando Henrique Cardoso seja também importante, não apenas sua história pessoal como sua trajetória intelectual parecem não ser uma exigência para comentar a produção teórica *dependentista*.

“(...) A dependência, no enfoque marxista de Ruy Mauro Marini, é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como capital e os interesses de seus donos se internacionalizam (...) A dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos (...)” (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p.33)

Para Traspadini e Stedile, economistas e militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Marini toma o subdesenvolvimento e o desenvolvimento em sua articulação e como necessidade para “evolução internacional do modo de produção capitalista” (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p.33). Processos distintos do qual depende a reprodução unívoca do sistema que, essencialmente, não pode conduzir a nenhuma isonomia. Centro e periferia estão, conforme argumentam a respeito de Marini, *em desigualdade sob um igual regime*.

“(...) O desenvolvimento desigual, assim considerado, é o resultado de uma relação também desigual entre os apropriadores privados mundiais do capital, que atuam de maneira combinada para garantir a permanência do seu modo de acumulação, e os trabalhadores explorados do mundo, que sustentam a essa esfera de acumulação global. Por esse motivo, resolver o problema da dependência está diretamente associado à resolução dos problemas da dependência. Ou seja, a dependência somente pode ser extirpada com a instauração de um modelo com base distinta do capitalista, um modelo crítico aos mecanismos de expropriação, exploração e

apropriação privada do capital (...)” (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p.33)

Segundo o próprio Marini, no famoso *Dialética da dependência* (1973), a análise da subordinação latino-americana, com vistas à sua superação, demandava um nível de capacidade de investigação que somente através do método marxista seria possível assegurar. No entanto, para ele, os marxistas costumeiramente tendiam à utilização de esquemas conceituais estranhos à realidade das sociedades da região. Isso é, os militantes marxistas (teóricos e práticos) compromissados com a superação das iniquidades e mazelas sociais dos países latino-americanos corriam sempre ao fracasso nessa empreitada porque, em última instância, tentavam pensar os contextos em que se inseriam com recursos conceituais que foram gerados por uma reflexão em outros contextos. Para o autor, por exemplo, a análise da história econômica da região jamais pôde resultar numa teoria a altura da necessidade prática, como requeriam aqueles que evocam a tradição marxista para pautarem seus compromissos políticos, pelo fato da relação entre ambas não estar acertada. Sobre o assunto, comenta:

“(...) Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde (...) No primeiro caso, o resultado tem sido os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização que é incapaz de reconstruí-la no âmbito da exposição (...) O segundo tipo de desvio tem sido mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos (...)” (MARINI, 2005, p.137)

Esses “desvios” no pensamento sobre a região, para Marini, são resultado da própria historicidade da região. Marini argumenta que ela sempre aparece como uma “deformação” quando se tematiza seu desenvolvimento porque, de fato, destoa das experiências originais.

Sua paridade junto ao desenvolvimento e modernização das relações sociais, baseada no modo de produção capitalista , seria *sui generis*. Diz Marini:

“(...) O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas (...) mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis* (...)” (MARINI, 2005, p.138)

Nessa construção, sobre o modo de sua exposição e sua preocupação política ao criá-la, afirma o autor:

“(...) É nessa perspectiva que poderemos avançar para a elaboração de uma teoria marxista da dependência. Em meu ensaio tratei de demonstrar que é em função da acumulação de capital em escala mundial, e em particular em função de seu instrumento vital, a taxa geral lucro, que podemos entender a formação da economia dependente (...)” (MARINI, 2005, p.185)

Marini, como dito acima, é expoente de um grupo de debatedores e de uma geração teóricos brasileiros debruçados sobre o mesmo problema. Nessa medida, apesar das intensas e dramáticas dificuldades que o fizeram sair do Brasil, por força do golpe de Estado de 1964 e da ditadura brasileira desde então, o país evidentemente fazia parte do esquema que desenvolvera. Ou seja, apesar da quase totalidade de seus principais trabalhos terem saído de seu exílio no Chile e, posteriormente, no México, uma vez que suas proposições diziam respeito à inserção da América Latina, seu país de origem podia ser objeto de reflexão delas. Quando tematizado por ele, o Brasil, à luz de seu próprio processo histórico, é inçado ao *hall* das formações nacionais tratadas pelo enfoque dependentista e marxista. As determinações teóricas fundamentais de sua reflexão sobre a diversidade propiciada pelo desenvolvimento capitalista das forças de produção são válidas para a experiência brasileira. O Brasil esteve submetido tanto quanto os demais países da periferia latinoamericana, ao roteiro do sistema

capitalista, segundo ele. A sociedade brasileira, na sua passagem histórica à modernidade, ou mais precisamente, de sua modernização peculiar, foi erigida ao longo da divisão internacional do trabalho. Sujeição que se sofisticava na medida em que o processo de industrialização do sistema capitalista se torna uma exigência global. A incorporação nacional desse processo internacional, sua conversão a uma economia industrializada (claro, como afirma o autor, *sui generis*), no entanto, não rompia com seu necessário endividamento em razão da permanente importação de capital estrangeiro para a manutenção de seu avanço⁷¹. Mas o novo patamar de modernidade atingido pelo país, marcado pela produção industrial, circunstanciada pelo sistema capitalista, correspondia:

“(…) a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a origem nuclear etc) e o monopólio da tecnologia correspondente (…) pode-se distinguir na economia internacional escalões, nos quais vão sendo recolocados não só os novos países industriais, mas também os mais antigos (…)” (MARINI, 2005, p.174-175)

Ao pensar a “dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” (MARINI, 2000, p.11), considera não ser possível pensar o processo histórico do país sem considerar esse nexo fundamental: seu desenvolvimento capitalista específico e sua geração de acordo com o

⁷¹ “(…) É um fato conhecido que, na medida em que avança a industrialização latino-americana, altera-se a composição de suas importações, por meio da redução dos itens relativos a bens de consumo e sua substituição por matérias-primas, produtos semi-elaborados e maquinário destinado para a indústria. Entretanto a crise permanente do setor externo dos países da região não havia permitido que as necessidades crescentes de elementos materiais do capital constante pudessem ser satisfeitas exclusivamente pela troca comercial. É por isso que adquire singular importância a importação de capital estrangeiro, sob a forma de financiamento de investimento direto na indústria (...) No curso do mesmo período, verificara-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos ali produzidos, sempre mais sofisticados, tivessem de ser aplicados no setor secundário dos países periféricos (...) Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade, colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinários que já eram obsoletos antes de que tivessem sido amortizados totalmente (...)” (MARINI, 2005, p.173-174).

progresso global dele. Conservando, segundo o autor, a configuração particular do país pode-se notar que suas determinações econômicas e políticas, a saber, as tensões e lutas ocorridas em sua geografia e história, pode-se expor tanto o equívoco de *todo desenvolvimentismo* (de nacionalistas, de direita e esquerda, de liberais, conservadores e progressistas, a comunistas) – fetichizadamente comprometido com os fatos do subdesenvolvimento⁷² – quanto do *dependentismo balizado por categoriais e conceitos estranhos ao instrumental marxista* – que, da ciência da ausência de uma burguesia nacional incapaz de imprimir a independência do país, aposta na inserção e pactuação com setores avançados estrangeiros para outros resultados (políticos, econômicos, sociais etc.) que não os mesmos do desenvolvimento dependente⁷³.

Tomada a tematização de Marini sobre a dependência *in loco*, não é possível, sem importantes mediações, a vincular com o objeto dessa dissertação. A despeito da distância de Marini em relação ao desenrolar das lutas sindicais ou das organizações sociais que, em suas interpretações sobre o capitalismo e o antagonismo entre as classes, sobretudo no nível imediato que é a política, amortizavam o caráter burguês do Estado e da democracia nele (mesmo que forçada e conquistada)⁷⁴, sua reflexão participa do conjunto da literatura e interpretação sobre o Brasil que o petismo colheu para si e que, necessariamente, faz parte do

⁷² “(...) a percepção convencional, a partir dessa constatação factual, tende a conceber a situação de subdesenvolvimento como sendo equivalente à ausência de desenvolvimento, isto é, como um ‘atraso’ em relação às experiências históricas de desenvolvimento (...)” (CARCANHOLO, 2009, p.251).

⁷³ “(...) [Fernando Henrique] Cardoso traça o perfil da burguesia industrial brasileira, bem como da mentalidade desta classe, com o intuito de entender como se dá a conformação do jogo de interesses na sociedade, analisando, conseqüentemente, as especificidades do desenvolvimento brasileiro (...) apoiado na pesquisa empírica do empresário brasileiro, o autor conclui seu trabalho com uma discussão que acreditamos ser a temática de seus demais textos e aponta que desenvolvimento é sinônimo de parceria entre capital nacional, capital internacional e Estado (...)” (TRASPADINI, 2014, p.48).

⁷⁴ “(...) Nos países em que a repressão estatal forçou as massas a se retirar, estas se refugiaram em suas últimas trincheiras: a moradia, a escola, o local de trabalho, para desde ali desenvolver a luta pelos seus direitos. O novo sindicalismo brasileiro, peruano, mexicano tem esse selo de origem, assim como os movimentos dos bairros, ecologistas, de gerações, feministas. À medida que a burguesia aderiu às mobilizações em prol da democracia e lutou por tomar sua condução, ela estimulou esses movimentos a acelerar suas especificidades e seu corporativismo (...) Se, por um lado, no Brasil, a burguesia incentivou o desenvolvimento desses movimentos, por outro lado, levou ao fracasso a campanha pelo restabelecimento das eleições diretas (...)” (MARINI, 2005, p.226-227).

complexo que foi sua experiência no governo. Porque, como dito acima, imanentemente, de maneira ineliminável, no decurso da história do PT, incluindo, suas vitórias eleitorais, sua vinculação à tradição política e teórica da esquerda consiste não apenas na crítica ao “totalitarismo soviético” ou da “degeneração socialdemocrata”⁷⁵, mas de uma leitura distinta acerca do processo histórico sobre o Brasil⁷⁶.

“(…) A obra e a vida de Ruy Mauro Marini estão inscritas nessa zona turbulenta de possibilidades quanto à conquista da soberania nacional, que se apresenta debaixo de uma lógica perversa de expectativas e frustrações (...) Nas décadas de 1960 e 1970, Ruy Mauro Marini foi um dos expoentes de uma tradição de combatividade em torno da questão nacional e da relação complementar e contraditória do Brasil referido ao cenário internacional (...)” (MUNTEAL, 2009, p.318)

Segundo Oswaldo Munteal, pode-se considerar uma interseção entre o enfoque dependentista de marxistas como Marini e o pensamento social brasileiro que se debruçara em torno da questão nacional. Para ele:

“(…) houve uma mudança nesse panorama, trazendo novos paradigmas, como cultura, tradição, modernização, patriarcalismo e revolução, que foram sendo assim incorporados ao vocabulário corrente dos círculos intelectuais e universitários brasileiros. A revolução brasileira aparece como uma das estratégias para a superação do atraso e a ruptura com o passado oligárquico vem através da ideia de modernização (...)” (MUNTEAL, 2009, p.320)

⁷⁵“(…) O comunismo real e a socialdemocracia esgotaram o seu ciclo histórico (...) O primeiro caminho, do comunismo real, porque pagou um duro tributo à ditadura do partido único, que sufocou a força constituinte civilizatória, que emergiria de um direito democrático-revolucionário (...) O segundo caminho, da socialdemocracia, porque entregou-se a um pacto de curta duração, também totalmente em extinção: a força histórica do capital-dinheiro zomba de qualquer pacto econômico ou político (...)” (GENRO, 2004, p.78-79)

⁷⁶“(…) Na exploração dos cenários possíveis para a atuação do PT, podemos partir da visão de Caio Prado Jr. sobre o traço essencial da história brasileira: a transição do Brasil-Colônia ao Brasil Nação. O primeiro aspecto a considerar é que os parâmetros históricos dentro dos quais esse processo se desenvolvia alteraram-se totalmente na quadra final deste século, em razão dos movimentos tectônicos havidos tanto no plano econômico como no plano político internacional. Esse giro de 180 graus no interior do sistema capitalista internacional determinou a redefinição das relações centro-periferia, com a redução substancial do grau de autonomia econômica e de soberania política das nações periféricas (...) Importa, contudo, notar que, se a adesão das classes dominantes ao projeto de recolonização das nações periféricas assegurou-lhe condições de acesso aos padrões de consumo das nações desenvolvidas, não lhes deu condições de resolver a crise econômica e menos ainda a crise social. A renúncia ao projeto de construção nacional – ideia-força que organizava as instituições do país e estabelecia regras de solidariedade orgânica entre regiões e classes sociais – projetou-se negativamente em todos os outros planos da vida nacional e explica, em boa medida, a onda de corrupção que tomou conta dos negócios públicos e privados (...)” (SAMPAIO, 1999).

Dentre os clássicos, a posição de Caio Prado é de destaque e a referida interseção com Marini, por exemplo, se evidencia porque ele iniciou um trabalho pioneiro, a saber, na articulação criativa entre o materialismo histórico dos marxistas e a historicidade nacional – propiciada pela incorporação do marxismo italiano em suas reflexões que, segundo Munteal, o blindou da interpretação vulgar e simplificada do Partido Comunista Brasileiro de então.

“(…) O tronco genético crítico da teoria da dependência na discussão historiográfica tem os seus desdobramentos com a produção intelectual acerca do espaço colonial e as relações entre as metrópoles europeias e as colônias nas Américas (...). A perspectiva que afinal integrou o Brasil aos quadros da divisão internacional do trabalho ocupou um espaço relevante nos estudos e teses de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes (...)” (MUNTEAL, 2009, p.324-325).

A associação proposta, de fato, se sustenta quando verificada. A rejeição de modelos para pensar a realidade nacional que não abarcam as contradições do processo histórico brasileiro é fato comum. Bem como a posição de que a metodologia marxista entre os brasileiros, para sua coerência teórica e prática, os demandava uma posição atenta aos componentes particulares da formação nacional do país. Em 1966, Caio Prado destacará que o pensamento espontâneo, puramente abstrato, seja na política ou na cotidianidade, diante do termo “revolução” imediatamente figuramos experiências delimitadas ao emprego da força, da violência para a derrubada de um governo, confronto direto com o Estado etc. (PRADO, 2000, p.21). Para ele, este seria um momento de um *processo revolucionário* mantido por reformas, de andamento histórico variado, sem dúvida, mas tão ou mais profunda na transformação estrutural de uma sociedade.

“(…) Não são, é claro, a tomada da Bastilha, as agitações camponesas de julho e agosto de 1789, a marcha do povo sobre Versalhes em outubro do

mesmo ano, a queda da Monarquia e a execução de Luís XVIII, o terror e outros incidentes da mesma ordem que constituem a Revolução Francesa, ou mesmo simplesmente que a caracterizam e lhe dão conteúdo. ‘Revolução’ em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas (...)” (PRADO, 2000, p.22)

Asseverando ser essa concepção de revolução que o texto emprega, segue sua meditação sobre o Brasil e suas necessidades⁷⁷. Não muito distintamente, outro grande intelectual brasileiro, clássico da teoria social do país, baseado na preocupação de dar conta das ímpares características nacionais com vistas à revolução brasileira, tornou-se central na tematização crítica sobre o “arcaico e o moderno”, “subdesenvolvimento e desenvolvimento”, “periferia e centro” em que Caio Prado foi pioneiro⁷⁸. Parte significativa da vida, teórica e política, de Florestan Fernandes deu-se nesse marco.

“(…) Tem-se discutido se o capitalismo dependente é ‘colonial’ ou ‘neocolonial’ (como agora se prefere dizer). Existem vários tipos de colonialismo e de neocolonialismo. Não seria difícil, portanto, descobrir similaridades significativas entre o antigo sistema colonial, a transição colonial, a transição neocolonial e o capitalismo dependente propriamente dito. O reconhecimento resultante de semelhantes comparações apenas apanharia certas determinações estruturais de significado geral (...) Uns, confundem a dependência com formas pré-capitalistas ignorando que essas formas se transformaram graças à evolução interna do capitalismo e às suas novas conexões com a transformação do capitalismo no exterior; outros, escamoteiam a dependência, ocultando-a por trás da soberania nacional e simulando uma autonomia econômica (...)” (FERNANDES, 2009, p. 52-53)

⁷⁷ “(...) A teoria revolucionária brasileira, que é a resposta a ser dada às questões propostas na atual conjuntura do país, não se inspira assim em um ideal expresso na ‘natureza’ da revolução para a qual se presumiria a priori que marcha ou deve marchar a evolução histórica brasileira (...) A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta (...)” PRADO, 2009, p.32).

⁷⁸ “(...) A franquia dos portos e a transformação dos hábitos que resulta dos novos contatos com o estrangeiro e do exemplo de uma corte que embora longe de faustosa, aberrava contudo inteiramente de quanto a colônia conheceu até então, estimulam largamente as necessidades e o consumo do país (...) Deriva daí, como consequência imediata que se faria profundamente sentir, o desequilíbrio da vida financeira do país. O comércio internacional do Brasil se torna quase permanentemente deficitário (...) Podem-se avaliar as perturbações produzidas por esses desequilíbrio comercial crônico num país que não contava com outros ingressos exteriores normais além dos provenientes da exportação. O déficit será saldado pelo afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo empréstimos públicos, que efetivamente começam a encaminhar-se para o Brasil desde que o país é franqueado ao exterior. Mas isso representava apenas solução provisória que de fato ia agravando o mal para o futuro (...) A economia brasileira ficará na dependência de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros (...)” (PRADO, 2011, p.132)

No clássico *A revolução burguesa no Brasil* (1975), em sua extensão e profundidade, a posição teórica de Florestan aparece em sua forma maior. Sua interpretação sobre o país demarca um domínio importante em toda reflexão sobre a modernidade nacional, seu desenvolvimento econômico, sua inserção e papel no sistema capitalista global bem como em que latitude a existente burguesia brasileira se encontra tanto no “progresso” e “atraso” do país⁷⁹.

“(…) Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil (...)” (FERNANDES, 2010, p.37)

Desta feita, considerando o fato da revolução e modernização burguesa no país, o sociólogo visava dar contas das tarefas pendentes do capitalismo dependente. Sem, no entanto, incorrer na equivocada ideia delas dizerem respeito à classe social que nas vias “clássicas” foi a responsável pela sua criação e manutenção. Ao contrário, por força do próprio processo histórico global e de sua temporalidade local, no Brasil caberia a sua antagonista defendê-las e garanti-las.

“(…) a noção de revolução tem de ser calibrada pelas classes trabalhadoras em termos das relações antagônicas entre a burguesia e proletariado dentro do capitalismo da era atual. A época das revoluções burguesa já passou; os países capitalistas assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais (...) sob o capitalismo e dentro do capitalismo a revolução de sentido histórico se dá contra a sociedade burguesa e o seu Estado democrático-burguesa (...)” (FERNANDES, 2009, p.52).

⁷⁹ “(...) aceitava uma especialização ao nível da economia internacional da época que o convertia no principal elemento humano da preservação, fortalecimento e expansão do próprio sistema colonial como e enquanto sistema colonial (...)” (FERNANDES, 2010, p.25-26).

Não necessariamente, de modo antecipado e ideal, isso se daria violenta e abertamente. Ao contrário, segundo Florestan, em certa consonância com Caio Prado, inclusive, a ação revolucionária dos trabalhadores poderia e deveria ser, em certas circunstâncias históricas, “dentro da ordem”. Dispondo daquele conjunto de dispositivos e instrumentos sociais (políticos, jurídicos, culturais, econômicos etc.) advindos da época burguesa para superá-la. Segundo ele, uma vez que o conflito é imanente à ela, a transformação revolucionária:

“(…) Enquanto a guerra civil é latente (...) se equaciona dentro da ordem, como um processo de alargamento e aperfeiçoamento da sociedade burguesa pela ação coletiva do proletariado; quando a guerra civil é aberta, a transformação revolucionária se equaciona contra a ordem (...). O que essa descrição implica, no plano prático? O reconhecimento, pelos revolucionários de ótica comunista, de que as situações revolucionárias não se criam ao sabor da vontade (...)” (FERNANDES, 2009, p.61)

2.3 O que, na época burguesa, não é *sui generis*?

Em 2001, na cidade de São Paulo, o *Centro de Estudos de Cultura Contemporânea* promoveu um seminário comemorativo aos seus vinte e cinco anos. Registrado pelo centro de pesquisa paulista, no mesmo ano às intervenções ocorridas ao longo dos debates sucedidos no evento foram publicadas em sua revista. Jorge Luiz Werneck Vianna, Octavio Ianni, Renato Lessa, Fábio Konder Comparato, Francisco de Oliveira e, até, Boaventura de Souza Santos, além de Carlos Nelson Coutinho fizeram parte do seletivo grupo de intelectuais convidados a promoverem reflexões que fomentassem debates dentro dos princípios de trabalho da instituição – como a pluralidade teórica (2001, p.3). O seminário comemorativo da CEDEC tinha como mote *Pensar o Brasil* e as conferências giraram em torno desse, segundo seus organizadores, “grande tema”. O tratamento foi variado e sua condução obedeceu às trajetórias públicas dos intelectuais convidados. Na conferência *Por que pensar?* foi dito, por Werneck Vianna: “(...) Pensar o Brasil é muito complicado. Somos o que? Somos

o filho do latifúndio com a escravidão, do jacaré com a cobra d'água (...) somos o príncipe encantado nascido desse cruzamento bizarro, que tudo pesado, deu certo (...)” (2001, p.35). A posição do destacado pesquisador brasileiro sobre o problema, sinalizada nessas formulações, dá o tom do próprio seminário. A conferência que encerrou o evento chamou-se *Como pensar?*. De modo diatônico, seus debatedores mantiveram o conteúdo das abordagens que se deram ao longo do seminário e que, no essencial, sintetizam parcela significativa da produção teórica brasileira. Chico de Oliveira, por exemplo, diz não ser muito difícil responder a pergunta que conduz o debate. Ao menos inicialmente, trata-se tão somente de pensar como fizeram os que se dedicaram à pensá-lo anteriormente: ou seja, em sua *especificidade*. Para ele, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado o fizeram, também, *com radicalidade*.

“(...) Temos todas as vantagens do ponto de vista do patrimônio teórico, histórico, metodológico, sofisticação. Basta comparecer às reuniões das nossas principais associações científicas (...) para verificar que as ciências sociais brasileiras e as ciências humanas, de forma mais ampla, estão ao compasso da produção teórica e metodológica mundial (...) Como diziam os evangélicos, é preciso aproveitar as riquezas da iniquidade, e portanto, na tradição dos nossos cinco grandes demiurgos, retomar com radicalidade e trabalhar com especificidade (...)” (OLIVEIRA, 2001, p.94)

Que, por sua vez, para Comparato significaria “(...) saber tomar das grandes correntes de pensamento aquilo que é útil e afastar aquilo que é inútil (...)” (2001, p.98). Pensando sobre o contexto nacional (e, claro, em sua conexão internacional) tece comentários à *mundialização* como “fato inelutável” e lembra de Furtado:

“(...) Celso Furtado mostrou, tomando o impulso keynesiano, mas sabendo distinguir o útil do inútil, que nos países subdesenvolvidos o que há não é excesso de poupança, mas sim escassez (...) Celso Furtado mostrou, desde o início, que o objetivo do planejamento estatal era muito diferente daquele pensado por Keynes (...) O planejamento estatal nada mais é do que a

pilotagem do processo de desenvolvimento nacional (...)” (COMPARATO, 2001, p.100)

Coutinho, por sua vez, destacando seu interesse pela proposta do CEDEC, pondera que o Brasil “já foi mal pensado, mas também já foi muito bem pensando” (2001, p.103), lembra-se de dois nomes centrais a qualquer articulação teórica entre *especificidade* e *radicalidade* para pensar o Brasil – na linha de argumentação de Chico de Oliveira: Caio Prado e Florestan Fernandes.

“(…) É muito interessante que ambos tenham redescobertos, em suas análises do Brasil, uma problemática presente em dois importantes autores marxistas: Lenin e Gramsci. Ambos descobriram por sua própria conta – já que um não conhecia (Caio Prado) e o outro conhecia mal (Florestan) os conceitos de ‘via prussiana’ de Lenin e o de ‘revolução passiva’ de Gramsci –, a noção de uma via ‘não clássica’ para a modernidade, para o capitalismo (...)” (COUTINHO, 2001, p.104)

Para ele:

“(…) se deram conta de que há processos de transição que se dão pelo alto, resultantes de acordo entre frações de classes dominantes e tem como objetivo principal a exclusão de qualquer protagonismo das camadas subalternas (...) que implicam um acordo e uma conciliação entre os segmentos ‘modernos’ e os segmentos ‘arcaicos’ que, ao mesmo tempo em que introduzem novidades, conservam muitos elementos da velha ordem (...)” (COUTINHO, 2001, p.104-105)

Marco Aurélio Garcia, integrante do conselho editorial da publicação, palestrante na mesma conferência, após seus colegas de mesa e companheiros de militância e PT à época falarem, sugere haver uma tendência na história brasileira – ao menos considerando seu registro pelos intelectuais progressistas, de esquerda, socialistas, politicamente compromissados com o país. A articulação entre “transformação e conservação” (GARCIA, 2001, p.115), segundo o professor de história aposentado UNICAMP, opera como uma

premissa subjacente e determinante à tematização da questão nacional. Que, de acordo com nossa literatura especializada e crítica (historiográfica, econômica, sociológica etc), evidencia o Brasil como acometido por temporalidades contraditórias. Em outras palavras, como se a contemporaneidade do país em relação à história mundial representada pela burguesia⁸⁰, progredisse a partir do que se tornou obsoleto nele bem como disso dependesse. Isso é, como se o processo histórico nacional, dado seus predicativos (pressupostos entre os clássicos do pensamento social brasileiro), ocorresse quando colocado em constelação assimétricas temporalidades: a historicidade do país, a saber, sua coerência com a dinâmica sistêmica presidida pelo capital, concernente ao curso histórico global, é resultado da interação entre o arcaico e o moderno. No entanto, asseverando a validade dessa interpretação e sua pessoal concordância com tradição intelectual que a fez prosperar, afirma Garcia:

“(...) sem negar que isso se constitua numa especificidade brasileira, gostaria de pensar essa especificidade um pouco além do que habitualmente é pensada para evitar o truísmo de dizer que todos os casos nacionais são específicos (...)” (GARCIA, 2001, p.115)

Sua validade, interminável para ele, demandaria cuidado pela razão de que todo caso nacional é, por definição, um *caso nacional*. Ao Brasil competem “especificidades” que a todo país, especificamente tomado, também competem. Segue, então, o historiador:

“(...) Quero questionar a tese de que essa tendência da transição por cima seja uma especificidade tão pronunciadamente brasileira, ou da via prussiana, ou daquilo que foi contabilizado de maneira geral como revolução passiva. Porque é possível que alguns desses conceitos, que são muitos ricos e que nos permitem pensar mediações históricas, sejam às vezes tributários de uma certa visão linear da história (...)” (GARCIA, 2001, p.115)

⁸⁰“(...) A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia (...) Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento (...)” (MARX & ENGELS, 2011, p.41).

Ao apresentar sua inquietação, comenta um livro chamado *A força da tradição* (1983) em que um historiador chamado Arno Mayer “propõe uma interpretação marxista de cima para baixo” da Europa do século XIX. Segundo Garcia, nesse livro é apresentada uma “simbiose ativa entre a burguesia e o antigo regime”, com abundantes demonstrações de dados, e Mayer argumenta que a transição do continente à modernidade deu-se de modo contraditório e mediado pelos interesses dos setores dominantes à época – seja da classe que avultava, seja da que decaía ao fim do antigo regime e começo da modernidade.

“(…) Quando li isso – e é um modelo que ele aplica com diversidade, na França menos, na Rússia obviamente mais, na Alemanha bastante, na Inglaterra um pouco menos, mas enfim, em todos esses países teria havido esse processo – eu fiquei pensando um pouco mais nas vicissitudes que o nosso país enfrentou (…) Pensando não como cientista social e político, que não sou, mas como historiador, em alguns casos essas interpretações são tributárias de uma avaliação historiográfica equivocada, por sua vez também determinada por uma certa concepção evolucionista da história (…)” (GARCIA, 2001, p.115-116)⁸¹

Em 1995, o crítico literário Roberto Schwarz escreveu um artigo publicado na *Folha de São Paulo* intitulado *Um seminário de Marx*. Discutindo a produção teórica do grupo de intelectuais que em 1958 organizou um seminário para estudar *O capital*, comenta a contribuição que legaram ao estudo de seu autor no país. Segundo ele, por vezes, antipática e impopular já que se fundava numa crítica à ortodoxia e dogmatismo imperante entre os círculos de discussão nacional no tratamento do “materialismo dialético”. Schwarz, nesse

⁸¹ “(…) Não sei se podemos atribuir um caráter tão gelatinoso à sociedade russa, que no espaço de doze anos realizou três movimentos sociais absolutamente extraordinários, dos quais saiu, inclusive, uma grande transformação no século 20. Será que ela não é gelatinosa do ponto de vista dos conceitos ocidentais? E, por outro lado, sociedades bem pouco gelatinosas foram muito mais submetidas a esse processo de transformação/conservação. Pensemos o que foi a Inglaterra do século XIX, ou mesmo do século XVIII, sem com isso que eu esteja aqui desqualificando concretamente os processos de transformação social que ocorreram nesse país; porque é evidente que nos processos de democratização pelos quais esses países passaram estão fortemente as marcas das classes trabalhadoras (…)” (GARCIA, 2001, p.116).

contexto, lembra-se da distância política dos integrantes do trabalho no seminário em relação à experiência soviética e todo o “socialismo real”. Tratava-se, em verdade, do misto de uma recusa ideológica e convicção científica articulada pelo entendimento de que os escritos marxianos, tratados em sua própria letra com paciência e esforço, era central para o entendimento crítico da realidade e, nesse sentido, incontornável para a intenção de transformá-la.

“(…) Com a morte de Stalin em 1953, a divulgação das realidades inaceitáveis da União Soviética e da vida interna dos partidos comunistas ganhou em amplitude, também entre adeptos e simpatizantes. A incongruência com as aspirações libertárias e o espírito crítico do socialismo ficara irrecusável. Neste quadro, a volta a Marx representava um esforço de autoretificação da esquerda. Afrontava o direito de exclusividade, o monopólio exegetico que os partidos comunistas haviam conferido a si mesmos em relação à obra de seus clássicos (...) Com efeito, a crítica ao marxismo vulgar, bem como às barbaridades conceituais do PCB, era um de seus pontos de honra (...)” (SCHWARZ, 1998, p.101)

José Arthur Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth e Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado Junior, Michel Lowy, entre outros, além do próprio Schwarz, nessa empreitada viam-se comprimidos por estes fatos– de evidente caráter internacional – e também por outros – de origem, digamos, municipal:

“(…) O contexto nacional, esquerda à parte, era formado pelo desenvolvimentismo de Juscelino, com o seu propósito de avançar cinquenta anos em cinco (...) Celso Furtado observa que naqueles anos pareceu possível uma arrancada recuperadora, que retirasse a diferença que nos separava dos países adiantados. As indústrias novas em folha, propagandeadas nos semanários ilustrados e noticiários de cinema, os automóveis na rua (...) O país sacudia o atraso, ao menos na sua forma tradicional, mas é claro que nem remotamente se guiava por uma noção exigente de progresso. Era inevitável, nas circunstâncias, que outras acepções mais estritas do interesse nacional, da luta de classes, da probidade administrativas etc. começassem a assombrar para o ambiente, para o bem e para o mal (...)” (SCHWARZ, 1998, p.101-102)

O problema do “atraso”, do “subdesenvolvimento”, da “dependência”, inevitavelmente, atravessou os estudos e produções do seminário. No entanto, sem referendar o “clima desenvolvimentista” que predominava em boa parte do debate público nacional, com participação de categorias e conceitos marxistas inclusive. Para os professores e alunos da Faculdade de Filosofia da USP que se dedicaram ao seminário, como afirma Schwarz, ocupar-se da “questão nacional”, do “capitalismo”, do “socialismo” etc, resultava das circunstâncias históricas – às quais os indivíduos jamais podem fugir (lição teórica do próprio materialismo que perseguiam). Por outro lado, ao mesmo tempo, pela margem de ação existente na experiência histórica dos sujeitos (também de acordo com o mesmo materialismo), esforçavam-se para tratar esses tópicos com sobriedade e rigor:

“(…) [no Rio de Janeiro] o ISEB ligava a dialética e a luta de classes ao desenvolvimentismo. A instituição era oficial, incluía vários antigos integralistas, não se fechava aos comunistas, e entrava num processo de radicalização espetacular. Menos que o insólito da mistura, os nossos olhos estritos notavam o caráter mais nacionalista que socialista da pregação: tratava-se de um quadro claro de inconsequência, para o qual torcíamos o nariz (...) Mas é certo também que o ISEB respondia ao acirramento social em curso, por vezes de maneira inventiva e memorável (...)” (SCHWARZ, 1998, p.104)

Ao perfilar, de modo sumário, alguns textos escritos no ambiente do seminário, afirma ter sido um desafio comum, entre os envolvidos, esposar a dialética e a ciência – ambas, num sentido forte, ainda novidades no país. Contingentemente, o exercício de articulá-las deu-se no domínio das questões nacionais⁸² e, de certo modo, a partir de uma espontânea afinidade

⁸²“(…) Os jovens professores tinham pela frente o trabalho da tese e o desafio de firmar o bom nome da dialética no terreno da ciência. De modo geral, escolheram assunto brasileiro, alinhados com a opção pelos de baixo era própria à escola, onde se desenvolviam pesquisas sobre o negro, o caipira, o imigrante, o folclore, a religião popular (...) Este o quadro em que a ruminação intensa de *O capital* e o *Dezoito Brumário*, ajudada pela leitura dos recém-publicados *História e consciência de classe*, de Lukács, e *Questão de método*, de Sartre, dois clássicos do marxismo heterodoxo, iria se mostrar produtiva. O fato é que a certa altura despontou no seminário uma ideia que não é exagero chamar uma intuição nova do Brasil, a qual organizou os principais trabalhos do grupo e teve repercussão considerável (...)” (SCHWARZ, 1998, p.105).

⁸² Como disse Sartre, segundo lembra Konder (2009, p.94), em *Questão do método* (1960).

com a obra de Caio Prado Junior. Ou seja, baseada na ideia de que o marxismo era “a filosofia insuperável de nosso tempo”⁸³ e que o Brasil, afinal de contas, existe, fizeram tanto quanto Caio Prado⁸⁴ um movimento de assimilação crítica e criativa de Marx. Com efeito, no essencial, ainda que seus resultados sejam variados, se contrapuseram ao marxismo vulgar e tiveram a devida atenção com a inutilidade explicativa do uso mecânico de esquemas e modelos importados (marxistas ou não) para pensar a experiência nacional

“(...) As implicações destes encadeamentos são numerosas. Para o que interessa aqui, retenhamos algumas, a) A história (do capital? da liberdade? da alienação? do país? do Rio Grande?) procede por avanços e recuos combinados; b) contudo ela avança, tanto que o capitalismo acaba obrigando à Abolição; c) ao avançar, ela não cumpre as promessas formadas no âmbito do conflito anterior; d) chegado o momento, o avanço tem a realidade de uma tarefa ineludível, em cujo cumprimento contudo há espaço para uma certa liberdade e invenção políticas, bem como para o surgimento de desumanidades novas; e) as taras da sociedade brasileira, objetivadas em sua estrutura sociológica ou de classes, não devem ser concebidas como resquícios do passado colonial, nem como desvios do padrão moderno (coisa que entretanto elas também são), mas como partes integrantes da atualidade em movimento, como resultados funcionais ou disfuncionais da economia contemporânea (...)” (SCHWARZ, 1998, p.106)

Conclui, então, Schwarz:

“(...) um procedimento que leva ao equívoco, ao mesmo tempo em que é inevitável e indispensável. Fique de lado a crítica ao uso chapado de receitas, sempre justa, mas tão válida no Velho Mundo quanto entre nós (...)” (SCHWARZ, 1998, p.106)

⁸² “(...) Caio Prado Junior é o fundador da interpretação marxista do Brasil. Por sua originalidade e influência, essa interpretação institui toda uma corrente não só da historiografia, mas do pensamento brasileiro (...)” (IANNI, 2004, p.96). que era própria à escola, onde se desenvolviam pesquisas sobre o negro, o caipira, o imigrante, o folclore, a religião popular (...) Este o quadro em que a ruminação intensa de O capital e o Dezoito Brumário, ajudada pela leitura dos recém-publicados História e consciência de classe, de Lukács, e Questão de método, de Sartre, dois clássicos do marxismo heterodoxo, iria se mostrar produtiva. O fato é que a certa altura despontou no seminário uma ideia que não é exagero chamar uma intuição nova do Brasil, a qual organizou os principais trabalhos do grupo e teve repercussão considerável (...)” (SCHWARZ, 1998, p.105).

⁸³ Como disse Sartre, segundo lembra Konder (2009, p.94), em *Questão do método* (1960).

⁸⁴ “(...) Caio Prado Junior é o fundador da interpretação marxista do Brasil. Por sua originalidade e influência, essa interpretação institui toda uma corrente não só da historiografia, mas do pensamento brasileiro (...)” (IANNI, 2004, p.96).

De fato, grandes (ou pequenos, vale dizer) modelos teóricos jamais poderão explicar de modo satisfatório o processo histórico de uma sociedade – conterrâneos ou estrangeiros a ela. Em outras palavras, qualquer esquematismo estará aquém da tarefa de apreender a dinâmica histórica em sua processualidade, não importa se alienígena ou terrestre à formação nacional com que se defronta. Indevidas generalizações, quaisquer que sejam, são sempre inadequadas e insuficientes. Tal princípio constitui alicerce para todo o pensamento social brasileiro cultivado ao longo de décadas e contribuição à qualificação do debate marxista como um todo. Entre os possíveis e consideráveis fundamentos que dão unidade ao debate nacional, articulado pelo método marxista e compromisso político-revolucionário, desconsiderando aquilo que certamente o diferencia em suas frações, esse preceito é estrutural. Da análise da modernidade na periferia do capital até a relação que está possui com seu centro, entre os clássicos da teoria social brasileira, evidenciou-se o fato histórico da não linearidade do desenvolvimento das formas sociais burguesas (econômicas, políticas, jurídicas, culturais etc). O exame da dinâmica de sociedades como a brasileira, para esses intelectuais, trouxe à consciência a certeza de que sua incorporação ao universo do capital se deu de maneira diferenciada. A sincronia dessas formações nacionais em relação aos imperativos sistêmicos do modo de produção gerenciado por capitalistas seria equidistante. Coerente, mas mediada por seus antagonismos locais.

“(…) Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais e as probabilidades que eles encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história (...)” (FERNANDES, 2010, p.261)

No cotejo das importantes diferenças de abordagens em relação ao tema, incluindo suas divergências políticas e ideológicas, resistem relevantes linhas de continuidade. Pode-se dizer que, no essencial, o pensamento social brasileiro está apresentado na passagem citada acima – extraída do capítulo *Natureza e etapas do desenvolvimento capitalista* de *A revolução burguesa no Brasil*. Em outras palavras, é patrimônio comum de uma destacada tradição intelectual brasileira, crítica do capitalismo e comprometida com as lutas sociais, a saber, a ideia de que a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista não exigem a replicação de sua gênese para se desenvolver historicamente. Isso é, o desenvolvimento das relações sociais de produção e reprodução comandadas pelo capital, em cada realidade nacional, não depende da repetição de sua história pregressa para ter presente e futuro⁸⁵. O entendimento de que as vias de desenvolvimento do capitalismo são diversas mantém a associação entre destacados intelectuais. Considerados em suas unidades, naquilo que os distingue, as interpretações sobre o processo histórico brasileiro que defenderam ao longo de suas trajetórias pessoais (teóricas e políticas) ficam interdidas se ausente tal entendimento. A caracterização do Brasil como sociedade capitalista – condição para a teoria e prática da *transição socialista* blindada do dogmatismo e mecanicismo imperantes – depende desta correção, fundada na observação de que a história “não é única, homogênea” (IANNI, 2004, p.80).

“(…) O desenvolvimento desigual e combinado caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da Colônia, Império e República. A sucessão dos ‘ciclos’ econômicos, em combinação com os surtos de povoamento, expansões das frentes pioneiras, organização do extrativismo, pecuária e agricultura, urbanização e industrialização, tudo isso resultará numa sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias (...) O Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar. (...)” (IANNI, 2004, p.84-85)

⁸⁵“(…) O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro (...)” (OLIVEIRA, 2008, p.126).

Mas, não haveria um impasse? Ou seja, até que ponto as premissas que articulam o tema não contradizem aquilo que as sustenta? Mais precisamente: até onde a ideia de que o capitalismo não possui um padrão universal de desenvolvimento é insuficientemente assegurada na tematização crítica de seu desenvolvimento universal? Sumariamente: *qual deve ser a relação entre tal princípio e o axioma centro-periferia?* Não se trata, por exemplo, de argumentar que a recusa de Marco Aurélio Garcia sobre a interação *local-global*, heurística última do pensamento social brasileiro para sua interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil, esteja correta. Ao contrário, a meu ver trata-se de dar um passo a mais em sua direção, para provar sua correção. Sua eventual improdutividade teórica é resultado de sua apropriação unilateral. Deve-se então conduzi-la à radicalidade para que sua justeza se exhiba: ao pressupor que a história do subdesenvolvimento brasileiro é, na verdade, um caso na história do desenvolvimento capitalista não se deveria concluir que a história do desenvolvimento inglês também é um caso na história do desenvolvimento capitalista? De fato, historicamente considerado, todo o capitalismo é *sui generis* (o canadense, o escocês, o suíço, sul-africano, japonês etc). Se a “dependência” é a manifestação local da modernização burguesa na periferia, por outro lado, a “independência” também o é no centro.

Se a propriedade decisiva para vigência do capitalismo brasileiro for sua estranha relação com o passado, isso é, se o que distingue a modernização burguesa no país definir-se pela perpétua remissão ao tempo pretérito para vigorar o modo de produção contemporânea à sociabilidade capitalista deve-se averiguar o quanto esse traço particular tornar singular o caso nacional em relação a época burguesa. São conhecidas e justas as censuras ao determinismo teleológico que alcança o debate marxista, sobretudo no que tange à sua concepção de história. Costumeiramente, os filiados à tradição se veem obrigados a explicações sobre o assunto porque, aparentemente, ela contrastaria com o seu (efetivo, realmente existente) curso.

“(...) Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo do país (...) A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis (...)” (MARX & ENGELS, 2011, p. 43)

Segundo Boron, considerado o *Manifesto* de 1848 e o fluxo histórico desde então, com respeito à hipótese do comunismo, a questão nacional aparece emudecida. O provável motivo da vocalização desse silêncio seria a presença, recessiva e regressiva, mas marginalmente operante, do eurocentrismo na interpretação de Marx e Engels sobre o processo histórico (BORON, 2001, p.61)⁸⁶. Acerca do progresso das forças produtivas na história e, especificamente, como elas se dão através da história circunstanciada pelo capital, haveria uma tendência à dissolução dos vínculos e laços sociais baseados na experiência local das formas nacionais. O que, por sua vez, para muitos marxistas, resultaria em problemas variados. Um deles, para que interessa nesse momento, seria exatamente a revisão da ideia de “universalidade do capital”. Visando esquivar-se de uma concepção ahistórica do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo em escala mundial, que termina por abstrair às determinações autóctones tanto quanto sua interação com as condições imanentes e ulteriores do sistema em sua totalidade, diz Quijano:

“(...) Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, decidiu a geografia social do capitalismo: o capital, como

⁸⁶ “(...) Ainda que em escritos posteriores esta miopia diante da questão nacional e do problema colonial, também alimentada por sua excessiva confiança na capacidade do capitalismo para dissolver todas as formas de sociabilidade preexistentes (...) o certo é que os erros de apreciação do Manifesto sobre este tema são sumariamente importantes. Com efeito, contrariamente ao esperado, os trabalhadores demonstraram encontrar-se quase inertes diante das interpelações do nacionalismo. Há aqui toda uma vertente, o tema gramsciano da ‘direção intelectual e moral’ na conformação de uma vontade nacional, que foi claramente subestimado no texto (...)” (BORON, 2001, p.61).

relação social de controle assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e produtos (...) Quando Raúl Prebisch cunhou a célebre imagem ‘Centro-Periferia’, para descrever a configuração mundial do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, apontou, sabendo ou não, para o núcleo central do caráter histórico do padrão de controle do trabalho, de seus recursos e produtos (...) O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocêntrico (...)” (QUIJANO, 2005, p.44-45)

De fato, a totalidade jamais pode ser um *à priori*⁸⁷. Sendo verdade que o processo histórico de mercantilização de todas as coisas, geograficamente irradiado da Europa para o conjunto do globo, não resultou na planetária ocidentalização dos costumes e hábitos locais, o fato não expõe a teoria marxiana ao desmentido – talvez exponha quem a declara politicamente, mas não a incorporou teoricamente. Comenta Zizek:

“(...) Recentemente, os hindus na Índia organizaram grandes manifestações contra o McDonald’s depois de saber que, antes de congelar suas batatas fritas, a empresa as fritava em óleo de gordura animal (carne bovina); a partir do momento em que a companhia acedeu, garantindo que todas as batatas fritas vendidas na Índia seriam fritas apenas em óleo vegetal, os hindus, satisfeitos, voltaram contentes a comer batatas (...)” (ZIZEK, 2011, p.179-180)

A lição com essa anedota, para o filósofo esloveno, não pode ser simplesmente “o capitalismo absorve tudo, converte tudo numa mercadoria” – noção também criticada por outros pensadores contemporâneos⁸⁸. Mas, para além desse momento, uma maior atenção para

⁸⁷ (...) No marxismo autêntico, a totalidade não é um ideal, mas uma noção crítica; localizar um fenômeno em sua totalidade não significa ver a harmonia oculta do Todo, mas incorporar a um sistema todos os seus “sintomas”, antagonismos e incoerências como suas partes integrantes. Tomemos um exemplo contemporâneo. Nesse sentido, liberalismo e fundamentalismo formam uma “totalidade”: a oposição entre liberalismo e fundamentalismo se estrutura exatamente da mesma maneira que a oposição entre Lei e pecado em São Paulo, isto é, o próprio liberalismo gera seu oposto (...)” (ZIZEK, 2012, p.83).

⁸⁸ (...) E contudo o sucesso que obteve um livro intitulado 'O mundo não é uma mercadoria' parece testemunhar uma preocupação menos superficial. No entanto, todos aqueles que repetem este slogan parecem interpretá-lo sobretudo no sentido de que certas coisas como a cultura, o corpo humano, os recursos naturais ou as capacidades profissionais não são coisas que possam simplesmente ser reduzidas a objeto de compra e venda (...) Gritar que o que se passa é um escândalo porque tudo se tornou vendável não é propriamente uma atitude nova e, na melhor das hipóteses, o resultado é expulsar os vendilhões do Templo para vê-los instalarem-se no passeio do outro lado da rua. Uma crítica puramente moral, que se recomenda que não se submeta tudo ao dinheiro e que se pense também no resto, não pode ir muito longe: acaba por assemelhar-se aos discursos solenes do presidente da República e das 'comissões de ética' (...)” (JAPPE, 2006, p.8).

com a natureza da própria modernização, encenada pelos homens e comandada pelo capital, que é solidária à diferenciação dos complexos sociais: com ela, historicamente, não apenas emerge o “indivíduo privado” (MARX, 2013, p.40), mas também a “sociedade particular”. Portanto, o que está em jogo na universalidade do capital nunca é a negação da particularidade local. O tempo e o espaço, para ela, são categorias *sociais*: ou seja, “o arcaico”, “o moderno” e seus vínculos não estão fundados numa relação temporal (POSTONE, 2006, p.380); assim como “a periferia”, “o centro” e seus encadeamentos não estão baseados numa relação longitudinal (HARVEY, 2006, p.185) – em ambos os casos, servem de “suporte material” para o capital que, contraditoriamente, se autonomiza delas. Ricardo Antunes, sociólogo da UNICAMP, no tocante a disjunção entre o desenvolvimento global das forças produtivas e seus efeitos no cotidiano dos sujeitos na sociedade capitalista, diz:

“(…) Como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais mundializados, transnacionalizados e internacionalizados. Se a mundialização do capital e de sua cadeia produtiva é fato evidente, o mesmo não ocorre no mundo do trabalho, que ainda se mantém predominantemente nacional (...) Com a reconfiguração do espaço e do tempo de produção, há um processo de reterritorialização e desreterritorialização (...)” (ANTUNES, 2010, p.119)

Que significa, ao ver desta dissertação, a correção do *Manifesto* em seus comentários sobre o avanço das forças produtivas para além das fronteiras nacionais e a exposição dos antagonismos, imediatamente sentida, no interior delas. Como se impôs entre os debatedores, de fato, os Estado nacionais não desapareceram com o caráter transnacional do capital⁸⁹ a despeito do que supunham os seus apologistas – Boron, sobre a realidade contemporânea, discorre sobre “novos Leviatãs” que seriam os Estados nacionais na manutenção dos interesses dos capitalistas em tempos neoliberais (BORON, 2001, p.206). A compreensão hegemônica assume que, em função das enormes desigualdades geradas desde as últimas

⁸⁹“(…) O capital em geral, lógica e historicamente, se constitui no âmbito mundial e não no da nação (...)” (IANNI, 2004, p.82).

décadas do século XX⁹⁰, considerando a brutal intensificação da produtividade e seu sinistro impacto na vida dos trabalhadores, propiciado pelo desmantelamento do arranjo de controle do mercado e proteção do trabalho, não restaria alternativa à classe burguesa senão conservá-lo para que pudesse tirar proveito de seus aparelhos para conter o acirramento dos antagonismos gerados nesse período – através de recursos repressivos ou administração dissimulada (NETTO, 2012, p.87-88). Sem omitir tais tendências (repressão/administração), no entanto, é preciso discernir um aspecto mais elementar, i.e, subjacente e prioritário em relação a elas. Uma determinação mais fundamental não porque as desaparece ou impede, mas, ao contrário, porque as manifesta e possibilita. Se a análise da mercadoria fundamenta a investigação da sociedade em que reina o modo de produção capitalista, pode-se considerar sua serventia também aqui. Em uma palavra: a relação que o valor de troca mantém com o valor de uso é homóloga⁹¹ a que vive, no mundo contemporâneo, mercado e Estado: “(...) O valor de uso se efetiva apenas no uso ou consumo (...) Na forma da sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca (...)” (MARX, 2013, p.114). O desafio é verificar como podem duas coisas diferentes, qualitativamente distintas, serem recíprocas e ao mesmo tempo irredutíveis uma a outra⁹².

⁹⁰ “(...) O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (...)” (ANTUNES, 2012, p.40).

⁹¹ Enquanto estruturas análogas apresentam funções semelhantes e constituições distintas, estruturas homólogas possuem fins (frequentemente) distintos com origem (genética) comum. No campo da anatomia, particularmente, o reconhecimento que os humanos e as baleias constituem espécies diferenciadas de um mesmo gênero é resultado da investigação da homologia entre seus organismos.

⁹² “(...) algo comum de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes (...) são coisas diferentes, portanto, iguais a uma terceira que, em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira (...)” (MARX, 2013, p.114).

“(…) O que a proposta neoliberal apresenta na realidade é a mercantilização, a transformação de todos os bens em mercadorias, com preço no mercado, onde tudo se vende, tudo se compra. O neoliberalismo é a expressão mais avançada do projeto histórico do capitalismo (…) Em sua fase mais recente, depois do interregno do Estado de bem-estar social, passa a ser mercadoria o que havia sido assumido como direito (educação, saúde etc) e torna-se um bem negociável no mercado (…) No neoliberalismo, é um Estado mercantilizado, financeirizado, que arrecada recursos no setor produtivo e os transfere, em grande medida, para o capital financeiro (…) Sendo assim, superar o neoliberalismo requer a refundação do Estado (…)” (SADER, 2009, p.147)

A relação entre mercado e Estado, proposta pelo neoliberalismo, segundo Sader, seria de exterioridade: o processo de mercantilização da realidade encontra no Estado seu limite e, por isso, quem se confronta com essa tendência contemporânea do capitalismo deve disputá-lo – visando seu uso para a contenção desse processo. O antagonismo possível ao Estado, se politicamente orientado, garante a negação da proposta porque contrasta com seus princípios. Os tópicos de seu programa avançam conforme recue seu antagonista ou, mais precisamente, seu projeto progride quando regridem certas e determinadas funções de seu rival. Em *A crise financeira sem mistérios* (2009), Ladislau Dowbor, economista atuante no debate público contemporâneo, diz:

“(…) O papel do Estado precisa ser resgatado, já não como socorro de iniciativas corporativas irresponsáveis, mas como articulador de um desenvolvimento mais justo e mais sustentável, e com forte participação da sociedade civil organizada. Um outro mundo não é apenas possível, é necessário. O desafio para o mundo progressista é aproveitar as janelas de oportunidade que a crise financeira nos abre, para sistematizar uma visão alternativa. (…)” (DOWBOR, 2009)

3 O SISTEMA PRODUTOR DE MERCADORIAS

3.1 Regulação e liberação: o capital é sua ambivalência

Em *O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado 1980-2005* (2008), o historiador Paulo Henrique Martinez oferece sua visão sobre a trajetória do PT. Essa reflexão é apresentada na coleção “História do marxismo no Brasil”, organizada por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis e publicada pela editora UNICAMP, em seu décimo volume. Visando o entendimento do partido, desde seu surgimento até chegar à presidência do país com Lula, destaca alguns episódios que, a seu ver, evidenciam momentos de inflexão em sua trajetória. Elenca aqueles que alteraram sua forma, que exerceram força sobre ele e marcaram sua história. Para Martinez, em suma, tratam-se de marcos que conferiram ao petismo sua atualidade e moldaram seu caráter ao passar dos anos. Destacando seu parentesco com as mais profundas demandas populares do contexto de sua fundação, além de sua ousadia política num contexto institucional de exceção, inicia sua periodização:

“(...) encerrado entre 1980 e 1990, corresponde ao irrompimento do partido na arena política nacional e internacional, marcado pela oposição à ditadura militar e ao projeto política da sobrevivência institucional desta (...) Podemos dizer que essa foi a fase em que a atuação política do PT esteve voltada contra a ordem estabelecida no país (...)” (MARTINEZ, 2008, p.240)

Ao longo desse primeiro momento, em conformidade com os princípios de sua formação⁹³, seus quadros tomam parte da administração municipal em diferentes regiões do

⁹³ Observado o documento, aprovado em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), lê-se “(...) Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará

país e consolidam o comportamento propriamente institucional do PT em sua relação com o Estado. Passada essa etapa, sob a redemocratização, segundo Martinez, o partido passa para outro momento em sua política. Que:

“(…) pode ser identificado pelo empenho contínuo em vencer as eleições para a presidência da República, meta definida como prioritária 1991, no I Congresso do PT, e atingida em 2002, com a quarta tentativa seguida de eleição de Lula. Essa segunda etapa é caracterizada na história brasileira pelo triunfo do neoliberalismo (…)” (MARTINEZ, 2008, p.240)

Martinez sublinha o que considera ser, desde esse primeiro momento, uma gradativa inserção do partido na ordem estabelecida. Nesse processo, os objetivos assumidos por ele teriam aberto às condições de sua metamorfose. Sua política a partir de então progride na revisão dos conteúdos que propiciaram seu nascimento. Globalmente tomado, para Martinez, a relação do PT com o marxismo torna-se cada vez mais moderada e menos necessária. Militantes e dirigentes vindicadores da tradição marxista perdem paulatinamente, no sentido decisivo, a capacidade de intervir e determinar a orientação das instâncias internas e externas do partido. O lugar do marxismo dentro do PT, para ele, decresceu no ritmo do próprio descrédito em que se viu lançado em razão da experiência soviética e sua solvência.

“(…) A pujança econômica do capitalismo em escala mundial, a disseminação das proposições do neoliberalismo, a derrota eleitoral dos sandinistas na Nicarágua, a estagnação do socialismo cubano, a liberação econômica do China, o fim do socialismo na Europa oriental e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foram importantes imposições externas, materiais e simbólicas, que devem ser consideradas na compreensão do desprestígio conhecido pelo marxismo entre os movimentos sociais e as organizações políticas na passagem para este século (…)” (MARTINEZ, 2008, p.241)

Em relação ao terceiro e último momento, caracterizado pelo “(...) exercício do mandato presidencial, entendido como realização do objetivo maior perseguido pelo PT na década de 1990 (...)” (MARTINEZ, 2008, p.241), o autor pensa ser de difícil tratamento no espaço da publicação. Para ele, a vitória presidencial do partido em 2002 sob o nome de Lula abre um período complexo, cujo debate exige maior atenção. Em seguida, retorna ao estágio inicial de sua periodização para afirmar que “(...) Em sua primeira década de existência, atuação do Partido dos Trabalhadores no cenário político brasileiro foi marcada pela busca da condução do governo e da direção do Estado (...)” (MARTINEZ, 2008, p.248). O que não parece ser um completo equívoco, haja vista que em 21 de outubro de 1980, conforme publicação do Diário Oficial da União, em documento aprovado em fevereiro do mesmo ano pelo Movimento Pró-PT diz-se:

“(...) O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la (...) A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas (...) Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo (...)” (1980, p.1)

Concluindo, ao fim, que:

“(...) Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social (...)” (1980, p.3)

O segundo estágio ou momento que determina seu caráter e reconfigura seu conteúdo, entre 1991 e 2002, ao ver do autor, sinaliza o que acusa. No contexto institucional de abertura democrática, ao normalizar sua relação com as disputas eleitorais, o partido toma como necessidade a gestão política do país. Como afirma o autor, no I Congresso do PT, em novembro de 1991, municiá-lo às novas circunstâncias aparece como um imperativo. O partido sai do congresso entendendo que tal necessidade pode e deve ser desenvolvida – pela própria vocação do PT, patente desde sua gênese⁹⁴.

“(…) A ação que o governo federal e o Estado brasileiro poderiam desempenhar nesse processo de mudanças políticas estaria voltada para a consolidação da hegemonia dos partidos e dos segmentos sociais aglutinados no projeto formulado pelo PT. Ao Estado caberia exercer uma função reguladora na economia nacional, pela atuação das empresas estatais, pelo desenvolvimento de políticas setoriais e pela legislação, e empreender a ‘repartição cada vez mais igualitária do produto social’. O planejamento econômico, a distribuição de renda, o alargamento da cidadania e a redemocratização do Estado e da sociedade foram balizas propostas para a ação do governo e do Estado no Brasil (…)” (MARTINEZ, 2008, p.259)

A conquista da presidência da República para construção de outro modelo econômico e político, de caráter democrático e anticapitalista, imprimiu ao PT uma guinada pragmática (MARTINEZ, 2008, p.261) – metabolizada pelo contexto político nacional, mas determinada pela conjuntura internacional. A partir da eleição de FHC em 1994, a atuação do partido se concentra na oposição ao seu governo. A coligação protagonizada pelo PSDB e o antigo PFL (hoje Democratas) e, sob o lema “União, Trabalho e Progresso” saiu-se vitoriosa. Segundo Martinez, introduziu no Brasil o ponto de vista do Consenso de Washington e formalizou, em nível de governança, seus desígnios.

⁹⁴“(…) A cristalização do PT como alternativa política, de fiscalização e de contraponto às ações do governo federal encontrou na organização do governo paralelo, em 1990, e sob a coordenação geral de Lula, um espaço para a apresentação de propostas, projetos e debates considerados importantes na disputa pela hegemonia política, a partir do diálogo com os movimentos sociais e do fortalecimento de referências para a ação legislativa e das administrações municipais do PT (…)” (MARTINEZ, 2008, p.258).

“(…) Tratava-se de buscar a ruptura com essas propostas e de apresentar ao conjunto da sociedade uma alternativa não ao neoliberalismo, mas também ao que o PT classificara, ainda que de forma indefinida, como o ‘nacional-desenvolvimentismo caduco’ (…). A oposição ao que o PT considerava o ‘projeto neoconservador do governo’ brasileiro implicava a refutação não só das ‘políticas das classes dominantes’, mas também das ‘políticas imperialistas’ (…). Essa calibragem do PT como veículo de oposição mundial ao neoliberalismo visava, ainda, elevar o Brasil à condição de polo de questionamento do projeto neoliberal (…).” (MARTINEZ, 2008, p.262)

Walter Pomar, destacado militante do partido, também faz seu balanço por ocasião da reeleição do presidente Lula em 2006. Fundamentalmente, converge com a interpretação de Martinez em relação a trajetória do PT. Em *O pulso ainda pulsa?* (2006), Pomar afirma que a partir da abertura democrática, a esquerda brasileira teve como objetivo central derrotar “o capital financeiro e o Estado mínimo” (2006, p.39). Para ele, toda década de 1990 foi de resistência ao neoliberalismo e coube ao partido capitanear, sob a liderança de Lula, esse processo junto aos movimentos sociais. Com sua vitória na disputa presidencial de 2002, segundo o autor, atingiu-se o patamar necessário para que essa tarefa fosse posta em ação e, por esse mesmo motivo, reelegê-lo era fundamental. No contexto nacional de então, de acordo com Pomar, não haveria outra força social capaz de *resgatar o Estado e recompô-lo em suas funções* – amputadas pelo enquadramento neoliberal a que esteve submetido sob os governos FHC e que ainda configuraria uma ameaça aos trabalhadores no país. Segundo o próprio:

“(…) As opções feitas pelo governo Lula deitam suas raízes na trajetória seguida pelo PT, especialmente desde 1995, entre as quais destacam-se três: pela disputa eleitoral-institucional, em detrimento da organização e mobilização social; pela ampliação das alianças, em direção aos partidos de centro e em direção a setores do grande empresariado; por um programa organizado, em tese, em torno do combate ao neoliberalismo e não mais em torno do socialismo (…).” (POMAR, 2006, p.42)

Os pressupostos desse “combate”, a saber, as funções do Estado e seu caráter antitético com relação ao mercado, sustentam em larga escala a tematização do capitalismo contemporâneo. Não raro, o principado dessa asserção é mantido pelos filiados à tradição de pensamento marxista com respeito às finalidades políticas que evocam. Há, no entanto, posições divergentes quanto à articulação sugerida. A observação de seus argumentos pode servir à crítica que se requer ao petismo, mas também para muito além dele no universo da esquerda e do marxismo. Em 1991, Robert Kurz, escreveu um livro chamado *O colapso da modernização*. Seu argumento é que o desaparecimento da URSS indica a crise do sistema capitalista. Segundo Schwarz (responsável pelo prefácio na publicação brasileira do título), sua audácia consiste em manter tal posição sem desconhecer que o “socialismo realmente existente” desaparecera e que o “livre mercado”, nessa disputa, perdura. Kurz, segundo o crítico brasileiro, redimensiona na totalidade do sistema global de produção de mercadorias oposições como capitalista/socialista, burguês/proletário e concorrencial/estatista. Tendo em vista o desenrolar histórico na época burguesa, o confronto entre os modelos resultou em júbilos e ovações ao mercado frente os esforços de controlá-lo e dirigi-lo para redimir o que é aviltado no mundo. No entanto, para Kurz, a tensão entre esses paradigmas estrutura o próprio sistema como um todo – não o perverte, antes, lhe permite. A chave para interpretação desse processo, segundo o autor, residiria na teoria marxiana acabada em sua crítica da economia política: sumariamente, o desenvolvimento das forças produtivas conduz a novos padrões de produtividade que tornam, por sua vez, dispensáveis aqueles que tiveram sua atualidade esgotada pelo tempo da produção comandada pelo capital⁹⁵. No nível da experiência dos indivíduos com sua historicidade, na época burguesa, são catástrofes humanas que se concentram em formações sociais retardatárias em relação ao compasso do sistema – que

⁹⁵ “(...) Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...) De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves (...)” (MARX, 2008, p. 47).

resultam em toda sorte de flagelo e adversidade aos seus conterrâneos e contemporâneos. Uma *tragédia* porque, como escrito no prefácio d’*O capital*, “(...) não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento (...)” (MARX, 2013, p.79) produzem esse efeito.

“(...) o Ocidente foi tão surpreendido pelo colapso do sistema socialista real, seu inimigo íntimo, quanto os representantes gerontocráticos deste. É um estranho vencedor aquele que tanto se surpreende com sua superioridade e os resultados de seu triunfo. Mas se não foram as atividades das classes políticas ocidentais no conflito de sistemas que conduziram ao colapso do socialismo real, mas sim a falha dramática de seus mecanismos de funcionamento internos, então a falta total de conhecimento dessa potência de crise e catástrofe, por parte das elites de ambas as esferas político-econômicas que dispõem de todas informações, deixa relampejar a verdade de que, tanto aqui quanto ali, os que aparentemente governam devem estar sofrendo da mesma cegueira. Mas se ambas as partes combatentes são vencidas por processos sociais que quase têm o caráter de fenômenos naturais, pode-se supor que os sistemas em conflito tenham traços fundamentais em comum (...)” (KURZ, 1992, p.18)

Para ele, um dos fundadores do *Grupo Krisis*⁹⁶, poder-se-ia examinar a solvência do modelo soviético como momento particular das vicissitudes do mecanismo universal. Isso é, sua dissolução é mais do que sua derrota, pois representa, na verdade, a crise do sistema produtor de mercadorias propriamente. Sua engrenagem, considerando-a em sua totalidade (de arquitetura não monolítica) tem no naufrágio do bloco socialista seu abalo. Segundo Kurz, desde os anos de 1950, a consciência de tal vínculo assombra o mundo determinado pela mercadoria que, desde então, se vê coagido por *ideias de regulação* – sob os mais variados prismas e justificativas (1992, p.19).

“(...) alimentou-se daquelas teorias econômicas fundamentadas em Keynes que sustentam a necessidade inevitável tanto de mecanismos de mercado como de regulamentação estatal. Tal como o Leste deveria instituir o

⁹⁶ “(...) Para o Grupo *Krisis*, o capital e o trabalho não são realidades opostas: o trabalho é uma atividade específica do capitalismo, encontra-se no centro de um sistema que se autorreproduz até ao infinito e transforma os homens no ‘recurso humano’ da sua autorreprodução ilimitada. Não se trata, pois, de libertar o trabalho, mas de nos libertarmos do trabalho (...)” (JAPPE, 2006, p.285).

mercado em seus direitos, o Oeste deveria fazê-lo com o Estado. Mas essa ideia limita-se a pôr em movimento aquele dualismo eclético que marca em muitos aspectos a moderna consciência burguesa: mercado e Estado aparecem como matrimônio conflituoso entre realidade e conceito, tão indissolúvel quanto o entre o indivíduo e sociedade ou produção e circulação, economia e política etc (...)” (KURZ, 1992, p.20)

E conclui, sobre a vitória do capitalismo e a derrota do socialismo:

“(...) não significa o simples triunfo do sistema da economia de mercado ocidental, como formação apenas externamente oposta ao socialismo real, que faleceu sem cerimônias, mas sim, indica a existência de uma base comum ameaçada e que se torna obsoleta, esta deve ser procurada tanto além do paradigma da sociedade industrial como além da relação de mercado e Estado (...)” (KURZ, 1992, p.20)

O autor assevera a necessidade de um exame qualificado do trabalho abstrato – segundo o próprio, “máquina que traz em si sua própria finalidade” (1992, p.21). A forma social da dominação exercida na época burguesa, a partir da centralidade do trabalho constituída em seu tempo, emerge com maior clareza e, entendida a lógica da produção de mercadorias concernente a ela, a crise aparece em sua coerência interna. O autor argumenta que somente “ideias ingênuas” poderiam não perceber o lugar do trabalho na constituição da dinâmica social, dado que ele institui na vida propriamente humana seus predicados. Em si, a esfera marcada por ele garante a satisfação das necessidades vitais dos indivíduos e, a partir disso, possibilita que outras aconteçam – progressivamente sempre mais complexas que as primárias sem que, ao mesmo tempo, desapareçam estas quando aparecem aquelas. Uma vez rompido o primado das necessidades inatas, no contexto social da produção capitalista, o trabalho tem seu caráter sobreposto e aprisiona seus agentes a uma “segunda natureza”. Replicando a lógica das carências, mas a partir de um perverso e essencial detalhe: ela é social.

“(...) No sistema produtor de mercadorias da modernidade (...) a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação e a prisão da ‘primeira natureza’, passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma ‘segunda natureza’ cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da ‘primeira natureza’, apesar de sua origem puramente social (...)” (KURZ, 1992, p.25)

A análise do processo histórico para Marx, de acordo com Kurz, permite uma distinção central sobre o produto do trabalho nas sociedades pré-modernas e modernas: a atividade que o cria, no primeiro caso, estava determinado pelo valor de uso, i.e., o trabalho nessas formações sociais estava incluído pela troca de produtos concretos (1992, p.27); no segundo, o valor dos produtos do trabalho, ao contrário, aparece determinado pelas relações de produção que, por sua vez, está cada vez mais socializada porque, segundo ele, está referida ao valor de troca⁹⁷. A produção das mercadorias, na modernidade, não se baseia somente na criação dos meios para a satisfação das necessidades humanas. Os excedentes, possíveis pelo desenvolvimento das relações de produção socializada, se convertem em motivo para outros e novos excedentes.

“(...) o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação de valores de uso sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade. O trabalho vivo aparece apenas como expressão do trabalho morto que se tornou independente (...) Os recursos humanos e materiais (força de trabalho, instrumentos, máquinas, matérias-primas e materiais) deixam de ser simples componentes do ‘metabolismo entre os homens e a natureza’, que serve para a satisfação das necessidades (...)” (KURZ, 1992, p.27-28)

A produção dos meios para satisfação das necessidades, desse modo, assume *forma abstrata* porque deixa de se dirigir aos homens que as sentem. Estes são suportes para que

⁹⁷“(...) A troca no mercado deixa de servir para mediação social de bens de uso, servindo, ao contrário, para realização do lucro, isto é, para transformação de trabalho morto em dinheiro, e a mediação dos bens de uso passou a constituir somente um fenômeno secundário desse processo essencial que se realiza na esfera monetária (...)” (KURZ, 1992, p.28).

coisas (insensíveis) se satisfaçam. O valor de troca para Marx, no argumento de Kurz, socializa homens unidimensionalizados pelo trabalho. O que, por sua vez, significa que os homens perdem sua sociabilidade sem a mediação pela troca dos valores produzidos pelo trabalho abstrato – traços característicos da modernidade burguesa. Quando sustentada pela mercadoria, ou mais precisamente, limitada aos seus domínios, *resta considerar quais são as condições ou pressupostos para que assuma a forma da sociabilidade humana*. De modo sumário, deve-se passar ao exame da engrenagem que as produz, sem negligenciar o que a distingue socialmente.

“(…) O ‘mercado planejado’ do Leste, como já revela essa designação, não eliminou as categorias do mercado. Conseqüentemente aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (...) Mas no que consistia então aquela diferença entre os sistemas que agora começa a dissolver-se? (...)” (KURZ, 1992, p.29)

Logo em seguida, o autor esboça uma resposta:

“(…) a diferença de sistemas que supostamente constitui o caráter não capitalista do socialismo real moribundo parece consistir em sua estrutura de comando estatista: as funções da produção de mercadorias estão submetidas a decisões prévias políticas (...)” (KURZ, 1992, p.30)

A estrutura de comando estatista, no entanto, não pode se qualificar ou conferir especificidade alguma ao socialismo como forma societária singular porque, segundo Kurz, seu destaque é comum a diversas outras se observado o processo histórico. A exortação do Estado, para ele, está inscrita desde o “absolutismo mercantilizado” de fins do Antigo Regime e, paradoxalmente, na transição para o “absolutismo iluminado” dos jacobinos da Revolução Francesa e, por exemplo, assegura ao Estado keynesiano sua designação social.

“(...) o Estado regulador e social keynesiano, desde o princípio, e como atitude óbvia, deixa um ambiente próprio para a economia de mercado total, já existente e diferenciada, da qual ele mesmo é um produto, limitando expressamente suas intervenções, sua atividade reguladora e administrativa à capacidade de funcionamento desta, o estatismo mercantilista do capitalismo primitivo tinha que assumir o papel ilusório de sujeito absoluto da sociedade e de sua economia. Num nível elevado, isso repetiu-se nas pretensões do estatismo do socialismo real de nosso século findado (...)” (KURZ, 1992, p.32)

A história da regulação é antiga. Desde que o excedente da produção ganha presença na dinâmica social, os sujeitos precisam se confrontar com ele. O entendimento de que o Estado tem função positiva para determiná-lo existe desde antes da modernidade⁹⁸. Portanto, conforme argumento o autor Kurz, a polarização entre Estado e mercado não apresenta qualquer alteração fundamental da época burguesa ou a esclarece – cujo traço distintivo ou essencial é a sociabilidade armada pelo sistema produtor de mercadorias que possui os sujeitos e os conecta pelo trabalho. O curso histórico da modernidade tem em seus primórdios registrados por essa luta sobre o excedente. Que é resultado do caráter social da produção. Por força das circunstâncias históricas, mesmo forças que vindicaram dirigir a produção a partir de interesses políticos marcados por uma visão de mundo “antisistêmica” foram determinados por essa tensão interna. Em uma palavra, seu êxito, quando ocorrido, foi oferecer uma *mercantilização alternativa*.

“(...) Em todos os surtos de modernização do sistema produtor de mercadorias, o elemento do estatismo apareceu no primeiro plano (...) modificaram os fins sociais e as ideologias legitimadoras, mas isto apenas para fazer com que continuasse, sobre seus próprios fundamentos, a transformação, forçada pelo absolutismo, da produção de mercadorias num sistema de reprodução social. Na concepção dos protagonistas mudou apenas o sujeito estatista (...)” (KURZ, 1992, p.35)

⁹⁸ “(...) A manutenção da corte e do exército permanente do monarca absoluto, que por sua vez era produto do desenvolvimento anterior desde a Renascença, já não podia ser financiada na base dos domínios rurais dos reis e príncipes (...) Para aumentar as receitas principescas, tinha que ser criado um sistema tributário geral. Essa medida não apenas fez nascer os traços fundamentais de uma economia financeira moderna, mas exigia o fomento e o controle conscientes da produção de mercadorias (...)” (KURZ, 1992, p.32-33).

Examinando o desenvolvimento do comportamento social sobre o excedente, quando tornado central o trabalho, cujo pressuposto é o papel mediador exercido pelo sistema produtor de mercadorias, Kurz conclui que a teoria e prática do movimento trabalhador clássico encontram-se acabadas na obra de um filósofo alemão, contemporâneo ao idealismo que caracterizou a filosofia desse país e que, no entanto, não se chama Karl Marx, mas Johann Gottlieb Fichte (1762-1814). De acordo com o autor, em muitos sentidos, a filosofia especulativa alemã é a grande literatura que orienta a luta anticapitalista dos trabalhadores socialistas que reclamam o marxismo como teoria e o socialismo como prática. Fichte, para Kurz, antecipa os referenciais centrais da crítica ao mercado e ao capitalismo por parte dos trabalhadores organizados no mundo contemporâneo⁹⁹. Tomando um escrito de 1800, Kurz acusa a presença na especulação de Fichte um pressentimento que é heurística para todo objetivo dos que, ainda hoje, lutam contra o capitalismo. Esse filósofo elabora teses sobre o que chama de “Estado mercantil fechado”. Que, no essencial, é um julgamento a respeito da *desorientação do mercado e da indispensabilidade de seu controle por meio de um Estado* (orientado e constituído para tanto).

“(…) A tentativa de realizar esse ‘Estado racional’ de Fichte, de uma produção planejada de mercadorias, seria empreendida apenas 120 anos mais tarde. Revela-se assim que o colapso atual da economia soviética marca muito mais um fracasso posterior do idealismo burguês alemão do que a desatualização da crítica da economia política de Marx (...) Essa conexão surpreendente afirma-se quando Fichte, além de estabelecer como característica de seu ‘Estado racional’ a produção planejada de mercadorias, define a ‘propriedade’ como direito ao trabalho, o qual faz do trabalhador um verdadeiro cidadão (...)” (KURZ, 1992, p.41-42)

⁹⁹“(…) Isso revela-se particularmente quando se compara a realidade estatista do socialismo real da primeira metade do século XX com as ideias mais progressistas da teoria social e as exigências programáticas da época mercantilista (tardia), representadas na Alemanha de forma insuperada pelo panfleto de Fichte (...) O ‘Estado racional’ burguês de Fichte já pressupõe um sistema produtor de mercadorias (...)” (KURZ, 1992, p.40).

Entendendo planificação estatal do socialismo do Leste Europeu como desenvolvimento do mesmo postulado, Kurz sustenta:

“(...) Todas as características decisivas e formas básicas supostamente não capitalistas do socialismo estatal soviético (e de todos os regimes semelhantes), do século XX, já foram pré-formuladas pelo próprio capitalismo e por seus ideólogos progressistas à beira da industrialização; não são estranhas, em sua essência, ao capital ou ao sistema produtor de mercadorias, mas sim, características estruturais (...) O capitalismo, isto é, a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução, na forma automovimento do dinheiro, nunca pretendeu, desde o princípio, estabelecer a pura ‘liberdade de mercado’, intenção que, repetidamente, imputam-lhe os ideólogos provenientes da direita e também da esquerda (...)” (KURZ, 1992, p.42-43)

O conflito entre Estado e mercado se inscreve, segundo Kurz, na história da modernidade. Em seu desenvolvimento, deve-se observar com atenção, o conflito entre estatismo e monetarismo modula o sistema produtor de mercadorias – é interno à sociedade burguesa, portanto. A disputa em torno do mercado (regulá-lo ou liberá-lo) devém da inexorabilidade de seu sistema produtor. Não havendo, assim, resolução enquanto este estiver operando historicamente a sociabilidade mediada pela troca. O socialismo do movimento trabalhador, em suma, tomou parte de um dos pólos que alicerçam o sistema e, ao fim, o desenvolveu. Não havendo, assim, resolução enquanto este estiver operando historicamente a sociabilidade mediada pela troca. Desconsiderando a *natureza* dessa tensão, negligenciou a antinomia entre eles enquanto pressuposto de sua relação e mecanismo sistêmico.

“(...) Essa contradição de Estado e mercado, que como contradição interna do Estado reproduz-se a si mesma e em que se manifesta o antagonismo irreconciliável da modernidade, produz então aquele movimento ondulatório em que domina ora o estatismo, ora o monetarismo, sem que jamais se alcance o equilíbrio de uma reprodução imperturbada: isso, desde o estatismo absolutista e revolucionário da modernidade primitiva até o liberalismo de Manchester e o ‘Estado dos guardas noturnos’ do capitalismo industrial ascendente; mais tarde, desde o estatismo da economia de guerra da época imperialista até o Estado anticrise do keynesianismo e, por fim, a reação

monetarista e a ‘desregulação’ global, que hoje já parece tornar-se obsoleta (...)” (KURZ, 1992, p.45)

Pode-se predicar o petismo dos modos mais diversos entre si. Mas é inegável, a meu ver, que seus ideólogos (e não apenas eles) partem dessa premissa. A hipótese da transição do PT ao *status quo*, caso esteja verdadeira, não elimina o compromisso do partido com essa ideia. Esse princípio permanece como legado de sua vinculação à tradição marxista (criticada por Kurz). Sua inserção na “ordem burguesa” ocorreu sem maiores prejuízo com respeito ao modo como interpreta a disjunção entre Estado e mercado. Fato que, ao menos em parte, explica adesões de militantes de esquerda à sua prática na atual conjuntura brasileira, marcada pela luta contra o neoliberalismo, tanto quanto impossibilita a crítica de outros que pretendem superá-lo sem rever a essência dessa contradição. A vitória eleitoral de Lula em 2002 gerou atitudes variadas entre os filiados à tradição política identificada com teoria marxiana. Na esquerda brasileira, não eram poucos os que julgavam ser, em verdade, uma derrota. O processo de institucionalização do partido, sua inserção na disputa partidária cotidiana, a verticalização de suas decisões internas, entre outros motivos, estariam materializadas em sua conquista eleitoral e dependência de “lideranças carismáticas”. No entanto, mesmo que se assevere que a tese da capitulação política e ideológica da legenda sirva para entendimentos sobre os dois governos Lula, por outro lado, seu triunfo em 2002 era considerado oportuno mesmo para quem não se comprometia programaticamente com ele¹⁰⁰. As divergências em relação ao PT e sua efetividade como força política comprometida com os interesses dos trabalhadores, em última instância, assentiam quanto à necessidade de derrotar nas urnas FHC e deslegitimar o neoliberalismo. Em outras palavras, isolados os aspectos próprios à prática

¹⁰⁰ “(...) Antes mesmo de tomar posse, a aceitação de nomes de confiança dos organismos internacionais e do chamado “mercado” para o comando do Banco Central, Tesouro Nacional e Secretaria da Receita Federal revelou a extrema docilidade das lideranças petistas em relação à tutela do imperialismo e da plutocracia tupiniquim. Tal situação perdurou até o segundo mandato de Lula, quando finalmente o governo petista fez um tímido movimento para colocar pessoas de sua confiança à frente dos postos-chaves da economia (...)” (JUNIOR, 2013, p.1).

política suscetível às disputas eleitorais, o entendimento sobre os governos FHC e seus impactos no país não motivavam polêmicas: terminá-lo pelo voto era condição para que a organização da classe trabalhadora passasse a circunstâncias políticas outras. Por exemplo, Valério Acary, historiador marxista e destacado dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, a despeito da desconfiança de seu partido em relação a Lula (confirmada, segundo o próprio, após os mandatos presidenciais do PT), afirma sobre o processo eleitoral de 2002:

“(...) apesar de nossa discordância do programa do PT, porque a maioria dos trabalhadores confiava em Lula e não queríamos ser um obstáculo à sua eleição. Não tínhamos qualquer ilusão em um governo do PT, mas acompanhamos no voto, e somente no voto, a vontade do movimento da classe trabalhadora de levar Lula ao poder (...)” (ACARY, 2010)

O PSTU, fundado por militantes expulsos do PT, sem dúvida, manteve oposição ao governo Lula. Sua orientação difere da petista em importantes aspectos¹⁰¹, mas, no entanto, não restariam maiores dificuldades no modo como se relaciona com a tematização da experiência neoliberal no país. Em uma palavra, a posição particular do PT sobre a agenda neoliberal e o governo FHC é, no essencial, indiscernível de outras do universo político inspirado pelo marxismo ou identificado com ele. A administração tucana, segundo o petismo à época num documento intitulado *Conjuntura Nacional* (1995), “(...) articula um vasto programa de privatizações, destinado a sustentar, a qualquer custo, a estabilização monetária (...)” (1995, p.1) e, desse modo, a “(...) Manutenção do controle do Estado sobre as empresas estatais estratégicas, com reformas profundas que assegurem o caráter público destas empresas (...)” (1995, p.6) seria um procedimento para reversão do quadro. Considerando o nexos internacional das administrações FHC:

¹⁰¹ “(...) A teoria da “democratização do Estado” é somente a ideologia justificativa da integração do PT ao Estado e à democracia burguesa. Na realidade, as experiências das prefeituras e governos do Estado demonstram que não foi o Estado burguês que mudou com a integração do PT, mas sim o PT que mudou ao se integrar à democracia burguesa (...)” (PROGRAMA ELEITORAL DO PSTU, 2001, p. 8).

“(…) Sob a denominação de globalização, assiste-se a um processo de unificação de todos os mercados do mundo, inclusive dos mercados financeiros, e de internacionalização da produção. O comando desse processo é o resultado de complexas relações dos países desenvolvidos – reunidos no G7 – e de grandes corporações transnacionais. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Clube de Paris e a recém-criada Organização Mundial do Comércio, entre outras instituições, formam uma constelação de órgãos encarregados de formular e, sobretudo, executar suas decisões mais gerais, emanadas daqueles centros de poder (…)” (1995, p.9)

O entendimento de que o padrão de acumulação do modo de produção capitalista, a partir da década de 1970, sofreu uma profunda alteração em função do esgotamento do modelo anterior (NETTO & BRAZ, 2011, p.221) é partilhada pelos mais distintos campos da esquerda nacional – é um consenso que persiste em meio aos seus dissensos. Para ela, nessa diversidade, o processo de reestruturação produtiva demandou um conjunto de políticas que encontraram lugar na orientação neoliberal. A redução do investimento em políticas sociais para favorecimento do livre movimento de empresas e bancos caracterizariam o capitalismo contemporâneo e sua globalização. No Brasil, os governos FHC, de acordo com as condições políticas e sociais existentes, realizou o ajuste fiscal demandado pelo sistema, flexibilizou a legislação trabalhista e tornou o país (ainda mais) vulnerável às “flutuações do mercado” ao desregular seus mecanismos estatais de controle. A condução política do Estado brasileiro, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi expressão local de uma orientação global formulada para satisfazer os interesses da classe burguesa que, após o fim dos “anos dourados” do capitalismo, decide não mais dissimular sobre seus compromissos democráticos.

“(…) nos países capitalistas centrais, apesar das enormes desigualdades sociais, prometia-se aos trabalhadores a ‘sociedade afluyente’ – ademais da proteção social assegurada pelo Welfare State, apontava-se para a possibilidade de um consumo de massa, cujo símbolo maior era o automóvel; nos países periféricos, os projetos industrializantes apareciam como a via

para superar o subdesenvolvimento. Nos centros, chegou-se a apregoar a ‘integração da classe operária’; nas periferias, o ‘desenvolvimentismo’ era a receita para curar os males do atraso econômico-social (...) o taylorismo-fordismo e o keynesianismo, feitos um para o outro, consolidariam o ‘capitalismo democrático’: a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises (...) (NETTO & BRAZ, 2011, p.222)

Que, para os autores, resultou não de um pacto civilizatório, conquistado pelos trabalhadores e assimilado pela burguesia:

“(...) seu verdadeiro suporte, no domínio da economia, era uma longa onda expansiva (...) Os ‘anos dourados’, expressam exatamente esta longa onda de expansão econômica (que não foi a primeira a registra-se na história do capitalismo), durante a qual crescimento econômico e taxas de lucro mantiveram-se ascendentes entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos sessenta. A partir desses anos, porém, a onda longa expansiva esgotou-se (...)” (NETTO & BRAZ, 2011, p.223)

O esgotamento da “onda expansiva” foi seguida da “recessiva”. Sua alternância, de acordo com os autores, está apresentada na teoria marxiana sobre o modo de produção capitalista. A crise, para ela, é resultado de sua dinâmica por força do poder (*social*) exercido pelo capital que rege a historicidade da época burguesa – ele a comanda¹⁰². Mas, se assim, qual lugar dos centros de decisão globais na formulação e efetivação de orientações políticas para a economia? É possível reduzir a dinâmica do capital às diretrizes dos capitalistas (quer estejam organizados ou não em instituições financeiras)? Toda atenção, aqui, é oportuna. Ao ver dessa dissertação, trata-se de questão a ser investigada.

“(...) Ser capitalista significa não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção (...) O capital não é, portanto, um poder

¹⁰² “(...) Se no sistema burguês acabado cada relação econômica pressupõe a outra sob a forma econômico-burguesa e, desse modo, cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto, o mesmo sucede em todo o sistema orgânico. Como totalidade, esse próprio sistema orgânico tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento na totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade (...)” (MARX, 2013, p.217).

peçoal: é um poder social (...) Na sociedade burguesa o capital é independente e peçoal, ao passo que o indivíduo que trabalha é dependente e impessoal (...)” (MARX & ENGELS, 2011, p.52-53)

Retroagir às bases do sistema é central para compreendê-lo. Assim, acredito, pode-se separar correlações de causalidades e seu funcionamento pode ser mais proveitosamente estudado. Evidente que a classe burguesa toma parte no gerenciamento de novos padrões de acumulação, relacionando-se diretamente com eles. Desde sua posição, fornecem razões que justificam a construção de suas possibilidades que, por sua vez, dependem da destruição de tantas outras e, via de regra, desconsideram seus efeitos sociais – motivando que trabalhadores ajam (prática e teoricamente) para lidar o quão melhor puderem com esses processos. No entanto, mesmo que por detrás, ou pela frente, das “políticas recessivas” existam homens reais discorrendo sobre elas, tal fato não deve impressionar. Ou melhor, *é preciso considerar a estrutura que as ocasiona sem depender da maneira como os homens as interpretam*. O antagonismo moderno entre as classes, evidente, possui relação com seu contexto social. Porém, não o causa. Não é a contradição de interesses entre burgueses e trabalhadores que pode explicar como funciona o modo de produção capitalista, mas, ao contrário, o entendimento dele é que pode apresentá-la em sua especificidade. No primeiro capítulo d’*O capital*, a mercadoria aparece como forma elementar da riqueza da sociedade burguesa e, por isso, começo para sua compreensão crítica. Seu valor, especificamente burguês, não pode ser localizado em sua corporalidade, mas em sua *forma social* – da qual devém sua objetividade, concretude¹⁰³. Para Marx, aquele que possui a mercadoria como objeto, no contexto histórico das relações sociais burguesas, não é seu sujeito porque seu

¹⁰³ “(...) A objetividade do valor das mercadorias é diferente de Mistress Quickly, na medida em que não se sabe por onde agarrá-la. Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um átomo de matéria (...) as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias (...)” (MARX, 2013, p.125).

valor é valor de troca e não de uso¹⁰⁴. Mais à frente, sobre a fórmula geral do capital (2013, p.223), após afirmar que a circulação de mercadorias é seu ponto de partida, o possuidor da mercadoria, a saber, o capitalista, surge como objeto e o valor como:

“(...) sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua grandeza e, como mais-valor, repele [*abstösst*] a si mesmo como valor originário que valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização (...)” (MARX, 2013, p.230)

3.2 O marxismo tradicional

A tese da “luta de classes” influi nas atitudes práticas e conceituais da esquerda inspirada pelo pensamento marxiano e determinada pela tradição marxista, a respeito das relações sociais capitalistas. O “desmantelamento do Estado de proteção social”, por exemplo, aparece como uma estratégia, politicamente determinada, para liberar o mercado das travas e controles a que esteve submetido. No interior da engrenagem produtiva, setores da sociedade burguesa investem numa grande “ofensiva” até que esteja desonerado dos custos e gastos sociais enquanto esteve, segundo os estrategistas de tal processo, suscetível a ideias politicamente totalitárias e economicamente impertinentes. Os que se comportavam (política e teoricamente) contrários ao “livre-mercado”, do ponto de vista de seus ideólogos, assaltam o Estado e o aprisionam ao modelo de planificação que, por sua vez, viola não apenas a economia, mas a própria ordem democrática – instituída, desenvolvida e mantida pelo

¹⁰⁴ “(...) O possuidor de mercadorias se distingue de sua própria mercadoria pela circunstância de que, para ela, o corpo de qualquer outra mercadoria conta apenas como forma de manifestação de seu próprio valor (...) Se à mercadoria falta esse sentido para percepção da concretude dos corpos de mercadorias, o possuidor de mercadorias preenche essa lacuna com seus cinco ou mais sentidos. Sua mercadoria não tem, para ele, nenhum valor de uso imediato. Do contrário, ele não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outrem. Para ele, o único valor de uso que ela possui é o de ser suporte para valor de troca e, portanto, meio de troca (...)” (MARX, 2013, p.160).

espelhamento do mercado pela política, na qual a liberdade no primeiro serve de modelo ao segundo.

“(…) A essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas, sujeito somente à obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo. Este ponto de vista implica a crença da igualdade dos homens num sentido; em sua desigualdade noutra. Todos os homens têm o mesmo direito à liberdade. Esse é um direito importante e fundamental precisamente porque os homens são diferentes, pois um indivíduo quererá fazer com sua liberdade coisas diferentes das que são feitas por outros; e tal processo pode contribuir mais do que qualquer outro para a cultura geral da sociedade em que vivem muitos homens. O liberal fará, portanto, uma distinção entre igualdade de direitos e igualdade de oportunidades, de um lado, e igualdade material ou igualdade de rendas, de outro (…)” (FRIEDMAN, 1984, p.177)

Friedman, após postular sobre o bem-estar social uma saída aos “sentimentos humanitários e igualitários” que, ao fim, produzem o inverso do almejado sob a ideia de “proteção social”, conclui que:

“(…) A importância do governo como comprador exclusivo da produção de algumas firmas e indústrias já concentra um volume perigoso de poder econômico nas mãos das autoridades políticas, altera as circunstâncias em que o mercado opera dessa forma e de tantas outras põe em perigo o mercado livre (…). Acredito que sejamos capazes de preservar e estender a liberdade (…). Mas tal fato será possível apenas se despertarmos para a ameaça que estamos enfrentando, se persuadirmos nossos concidadãos de que as instituições livres oferecem uma via mais segura, embora às vezes mais lenta para a obtenção dos fins que perseguem, em comparação com o poder coercitivo do Estado (…)” (FRIEDMAN, 1984, p.183-184)

O ocaso do *welfare*, evidente, tem seu componente político. Não restam dúvidas quanto ao trabalho paciente, contra-hegemônico de teóricos liberais como Hayek, Friedman que, décadas depois, encontrou em agentes políticos como Thatcher, Reagan, Pinochet uma personificação para suas ideias – lhes indignavam as responsabilidades que o Estado acumulara e a força que exercia sobre mercado entre os anos 50 e 60. Como destaca Harvey,

essas aparecem num contexto de resposta à bancarrota em que as economias capitalistas se viram lançadas pelo padrão fordista-keynesiano.

“(…) Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado. A crise manifestou-se fundamentalmente como falta de demanda efetiva por produtos, sendo nesses termos que a busca de soluções começou (…). O problema, tal como via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades (…). O problema da reconfiguração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo (…).” (HARVEY, 2006, p.124-125)

O antagonismo de interesses, a contrariedade de perspectivas, a discordância entre método e mesmo objetivos é patente. Procedeu-se, evidente, num esforço de reconfiguração dos usos do Estado que, contemporaneamente, identificamos como reformas de “orientação neoliberal”. Enquanto prevaleceu o modelo fordista e a salvaguarda keynesiana, entre os hostis ao modelo de proteção que o acompanhara, acalentou-se a ideia de que o poder exercido pela classe trabalhadora impedia as medidas necessárias à resolução dos problemas que ganhavam forma a partir dos anos de 1970¹⁰⁵. Entre os que advogavam e arbitravam a seu favor, tal processo aparece como colonização do Estado pelo mercado que, por sua vez, gera efeitos perversos no cotidiano dos trabalhadores que veem recuar os direitos conquistados

¹⁰⁵ “(…) De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam uma flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercado de consumo invariantes (…). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica a onda de greves e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc) aumentavam (…).” (HARVEY, 2006, p.135-136).

com sua luta ao longo de décadas¹⁰⁶. Nesse caso, o assalto é atribuído aos interesses particulares de agentes econômicos que, desde suas posições, controlam e dominam o público. Reduzindo o Estado a um meio de obtenção de ganhos para fins privativos, conduzem a economia a partir das práticas de ajustes fiscais e de estabilização monetária que, ao fim, interessam ao bloco de poder do turno. A editora Fundação Perseu Abramo publicou *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado* em 1999 e ofereceu ao público interessado no assunto, entre militantes e estudiosos, parecer que acompanha essa interpretação. Aloysio Biondi, autor do livro, argumenta que a venda das estatais no país serviu ao enriquecimento dos setores políticos e econômicos que se apoderaram do Estado sob o governo FHC¹⁰⁷. Segundo Sader, desde 1994, o resultado dessas políticas tem sido a demonização do Estado e a glorificação do mercado:

“(...) O bloco no poder se renovou, expandiu o pessoal dirigente com a agregação de políticos, tecnocratas e intelectuais (...) o processo social resultante das políticas de ajuste fiscal aplicadas promove uma deslegitimação do Estado, por cima e por baixo, nunca visto no país. Por cima, porque a grande burguesia privatiza sua vida, se vale do Estado para financiar (...) que cada vez mais volta a ser o Estado das elites dominantes, sem qualquer tipo de regulamentação da circulação do capital (...)” (SADER, 1998, p.137-138)

Ao longo desse processo, pela política se vocalizam divergências em torno de concepções mundo opostas. Os homens, munidos com suas visões acerca do Estado e do mercado, se mobilizam em torno de projetos que realizem suas demandas, mutuamente variáveis entre si de acordo com as expectativas que as orientam e definem. A transição de um

¹⁰⁶ “(...) O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical (...)” (HARVEY, 2006, p.141).

¹⁰⁷ “(...) A febre da privatização e o impulso ao chamado neoliberalismo tiveram seu ponto de partida na Inglaterra, com a primeira-ministra Margaret Thatcher. Mas mesmo a “dama de ferro” fez tudo diferente do governo Fernando Henrique Cardoso: a privatização inglesa não representou a doação de empresas estatais, a preços baixos, a poucos grupos empresariais (...)” (BIONDI, 2003, p.20).

modelo ao outro (e do outro ao um) participa nas ações e práticas dos sujeitos na história. É absolutamente inimaginável, por exemplo, que *welfare* indicasse o que indica sem que houvesse pessoas lhes atribuindo tal significado a partir da década de 1940 numa Europa escandalizada pelo nazismo e, ao mesmo tempo, atenta às adversidades que o mercado pode gerar na integração dos indivíduos à sociedade (VIANNA, 2000, p.11). Para esta dissertação, interessa o alerta de Marx no prefácio à primeira edição de sua obra máxima:

“(…) De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura (...)” (MARX, 2013, p.80)

Moishe Postone, em *Tiempo, trabajo y dominación social* (2003), propõe uma reinterpretação da natureza da sociedade capitalista com base na orientação marxiana expressa n’*O Capital*. Para ele, suas relações sociais e formas de dominação são mais bem entendidas se consideradas à luz das categorias centrais de sua crítica à economia política. De acordo com Postone, tanto seu caráter essencial como desenvolvimento histórico são apreendidos em justa medida quando baseados nessa fase de seus escritos. Para o autor, assim é reestabelecido, de modo mais qualificado, o nexos entre a teoria marxiana e as práticas (teóricas e políticas) de enfrentamento ao sistema. Essa relação, no entanto, depende de uma revisão crítica dos pressupostos do marxismo tradicional e do “socialismo realmente existente” conduzida pelo reexame da teoria madura de Marx sobre o capitalismo. Algo que impõe significativas alterações no modo hegemônico como é concebida pelos afiliados à tradição e, ao mesmo tempo, se torna uma necessidade pelo padrão contemporâneo do sistema.

“(…) no analizo principalmente el capitalismo en términos de propiedad privada de los medios de producción o en términos de mercado. Más bien, como podrá evidenciarse, conceptualizo el capitalismo en términos de una interdependencia social de carácter impersonal y aparentemente objetivo, históricamente específica. Este tipo de interdependencia es fruto de las formas históricamente singulares de unas relaciones sociales constituidas por determinadas prácticas sociales y que, sin embargo, devienen cuasi-independientes de la gente implicada en dichas prácticas (…)” (POSTONE, 2006, p.44)

Em seu entendimento, a função crítica que o debate marxista pode e deve exercer derivará de sua capacidade em separar, através da análise marxiana, o núcleo fundamental do capitalismo, sua própria forma, de seus formatos e feitos históricos.

“(…) Al reconceptualizar las relaciones sociales y modos de dominación que caracterizan al capitalismo, trataré de proporcionar las bases para una teoría de la práctica capaz de analizar tanto las características sistémicas de la sociedad moderna, como su carácter históricamente dinámico, sus procesos de racionalización, su tipo específico de “crecimiento” económico, así como su modo de producción particular (…)” (POSTONE, 2006, p.44)

As formas sociais que estruturam a sociabilidade capitalista, a saber, a mercadoria e o capital, providenciam o melhor ponto de partida para a compreensão das diferentes configurações que ela assume, em cada país ou região, no decurso histórico, em seus momentos e evoluções particulares. A distinção entre o caráter essencial da forma capitalista e sua manifestação, de acordo com o autor, resulta central porque alguns impasses do marxismo surgem do inadequado tratamento dado por ele à questão. Caso exemplar destes equívocos, para Postone, é a relação que o marxismo tradicional estabeleceu com a categoria “trabalho”.

“(…) tal aproximación es capaz de esclarecer sistemáticamente aquellos rasgos de la sociedad moderna que, dentro del marco de las teorías del progreso lineal o del desarrollo histórico evolutivo, pueden parecer anómalos (…). Sostengo que el significado de la categoría de trabajo en sus obras de

madurez es diferente al que se ha asumido tradicionalmente, tratándose de una categoría históricamente específica antes que transhistórica. En la crítica madura de Marx, la noción de que el trabajo constituye el mundo social y es la fuente de toda riqueza no se refiere a la sociedad en general, sino únicamente a la sociedad capitalista o moderna (...)” (POSTONE, 2006, p.45)

Marx, segundo a interpretação do autor:

“(...) no se refiere al trabajo como general y transhistóricamente se ha venido concibiendo — una actividad social dirigida a fines, que media entre el hombre y la naturaleza, creando productos específicos para satisfacer determinadas necesidades humanas— sino a un papel peculiar que el trabajo desempeña únicamente en la sociedad capitalista (POSTONE, 2006, p.45)

O trabalho, então, precisa ser apreendido em sua forma específica na sociedade burguesa porque sua historicidade está sediada nele – esse é o projeto crítico de Marx. Os traços que constituem a esfera do trabalho aparecem, em sua obra, no contexto da crítica à economia política e compreensão da sociedade em que impera o modo de produção capitalista. O que, em suma, deve resultar no entendimento da função mediadora que essa atividade assume na sociedade estudada por ele. A esfera do trabalho deve ser apanhada em sua relação histórica (particular) com a sociedade burguesa, isso é, enquanto condição das relações de dominação concernentes a ela. A reconsideração do conceito de trabalho em Marx, baseada em seus “escritos econômicos”, arma sua reinterpretação e garante o que, para Postone, a seu ver, deve se tornar objeto de toda reflexão crítica acerca do capitalismo: a temática do tempo, sem a qual nenhuma reflexão crítica sobre a produção capitalista é possível. Porque o trabalho, defende o autor, é constituído pela prática desta sociedade¹⁰⁸. Postone afirma que essa abordagem destoa das leituras convencionais dos escritos marxianos,

¹⁰⁸ “(...) Esta clase de mediación (el trabajo en el capitalismo) está estructurada por una práctica social históricamente determinada, al tiempo que estructura las acciones, visiones del mundo y disposiciones de la gente. Tal aproximación replantea la cuestión de la relación entre cultura y vida material, como una relación entre una clase históricamente específica de mediación social y determinadas clases de “objetividad” y “subjetividad” social (...)” (POSTONE, 2006, p.45-46).

gerando uma profunda distinção entre *uma crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho e uma crítica do trabalho em relação ao capitalismo*.

“(...) El primero, que está fundado en una interpretación transhistórica del trabajo, presupone que existe una tensión estructural entre los aspectos de la vida social que caracterizan al capitalismo (por ejemplo, el mercado y la propiedad privada) y el ámbito social constituido por el trabajo. El trabajo, por lo tanto, constituye la base de la crítica al capitalismo, el punto de vista desde el cual se acomete dicha crítica. De acuerdo con el segundo tipo de análisis, el trabajo en el capitalismo es históricamente específico y constituye la estructura esencial de aquella sociedad. En razón de ello, el trabajo es el objeto de la crítica de la sociedad capitalista (...)” (POSTONE, 2006, p.46)

Sua posição em relação à teoria marxiana é que tanto a especificidade do capitalismo como a possibilidade de sua superação depende da compreensão daquilo que o estrutura. O modo como o trabalho, riqueza e tempo são determinados por essa sociedade conduzem a um tipo específico de dominação e exploração sem paralelo com anteriores porque estão fundadas em formas sociais típicas e reestruturadas a ela. Seus conflitos (circunscritos à sua sociabilidade), a ver de Postone, não são adequadamente compreendidos se limitados às relações antagônicas entre classes, articuladas pelo mercado e seus pressupostos.

“(...) su análisis de la mercancía y el capital — esto es, de las formas cuasi-objetivas de mediación social constituidas por el trabajo en el capitalismo —, debería ser comprendido como un análisis de las relaciones sociales fundamentales de esta sociedad. Estas formas sociales impersonales y abstractas no se limitan a velar las relaciones sociales que tradicionalmente han sido consideradas como las “reales” del capitalismo, esto es, las relaciones de clase; son las relaciones sociales reales de la sociedad capitalista, las que estructuran su trayectoria dinámica y su modo de producción (...)” (POSTONE, 2006, p.47)

O lugar ocupado pelo trabalho na teoria de Marx não visa dar-lhe aquilo que na época burguesa (supostamente) foi retirado, mas compreendê-la a partir dele porque suas relações sociais básicas são constituídas por essa atividade. É claro que sua crítica serve à reflexão da

exploração, desigualdade e dominação de classe na sociedade moderna, porém, segundo Postone, vai mais além: ela esclarece o arranjo de suas relações, apresentando sua dinâmica intrínseca ao exibir as bases que a constituem¹⁰⁹. Diferentemente dos enfoques tradicionais, assim se pode prover uma crítica à produção capitalista em toda sua arquitetônica.

“(…) Al haber así desplazado el núcleo de la crítica del capitalismo al ámbito del trabajo, la interpretación aquí presentada conduce a una crítica del proceso industrial de producción —por lo tanto, a una reconceptualización de las determinaciones básicas del socialismo y a una reevaluación del papel político y social tradicionalmente asignado al proletariado en la posible superación histórica del capitalismo (…)” (POSTONE, 2006, p.47)

As reconsiderações teóricas feitas no livro, afirma Postone, são feitas num contexto de “crise do marxismo”. Sua insuficiência é tanto resultado da inadequação de sua interpretação da obra de Marx quanto do desenvolvimento histórico do sistema, particularmente em sua fase contemporânea. A leitura corrente dos escritos marxianos, embora existam importantes disputas em torno dela, faz sempre referência às contradições entre classes para caracterizarem o capitalismo e a dominação moderna. Mais fundamentalmente, apesar das distintas aproximações feitas em relação a Marx e sua análise da sociedade burguesa, a conclusão que sua estrutura é dada pelas relações de propriedade dos meios de produção e que sua economia é regulada pelo mercado é ponto comum. O argumento marxiano que o desenvolvimento capitalista se dá numa tensão essencial, incontornável, entre as relações sociais capitalistas e as “forças produtivas”, ao ver de Postone, tem resultado num erro:

“(…) Generalmente se ha interpretado esta contradicción en términos de una oposición entre, por un lado, la propiedad privada y el mercado y, por otro, el modo industrial de producción; oposición en la que la propiedad privada y el mercado son tratados como el sello del capitalismo (…)” (POSTONE, 2006, p.48)

¹⁰⁹“(…) Aunque su análisis crítico del capitalismo sí incluye una crítica de la explotación, la desigualdad social y la dominación de clase, va más allá: busca esclarecer el tejido mismo de las relaciones sociales en la sociedad moderna y el modo abstracto de dominación social intrínseco a ellas mediante una teoría que basa su constitución social en prácticas definidas y estructuradas (…)” (POSTONE, 2006, p.47).

Essa caracterização, para Postone, serve para definir um marco geral compartilhado por uma ampla gama de teorias sobre o capitalismo inspiradas em Marx. O núcleo central que as mantém e articula é uma *concepção transhistórica do trabalho* apresentado pelo pensamento marxiano, ao invés de referida à sociedade burguesa. Para essas teorias, não obstante, a tarefa do socialismo, dentro deste escopo, seria liberá-lo das amarras impostas pelo capitalismo. O monopólio dos meios de produção e o mercado independem, segundo esses intérpretes marxistas e apologistas do trabalho, o “desenvolvimento do homem”. Em outras palavras, desembaraçar o trabalho do capital é o mesmo que emancipar a humanidade.

“(…) Se considera que el trabajo, así entendido, se encuentra en el corazón de toda vida social: constituye el mundo social y es la fuente de toda riqueza social. Este enfoque atribuye al trabajo social transhistóricamente lo que Marx analizaba como rasgos históricamente específicos del trabajo en el capitalismo (...) Dentro de este marco general, pues, el análisis crítico del capitalismo de Marx es principalmente una crítica de la explotación desde el punto de vista del trabajo: desmisticifica la sociedad capitalista, primero, al descubrir que el trabajo es la verdadera fuente de la riqueza social, y, después, al demostrar que esa sociedad se apoya sobre un sistema de explotación (...)” (POSTONE, 2006, p.49)

Por conseguinte, a abolição da propriedade privada e regulação do mercado equivale à tarefa antisistêmica.

“(…) El capitalismo es tratado como un conjunto de factores extrínsecos que traban el desarrollo del proceso de producción: la propiedad privada y las condiciones exógenas de la valorización del capital en una economía de mercado. Por consiguiente, la dominación social en el capitalismo es comprendida básicamente como una dominación de clase que permanece externa al proceso de producción. Este análisis implica que la producción industrial, una vez constituida históricamente, es independiente del capitalismo y no está intrínsecamente relacionada con el (...) Por ello, la transición del capitalismo al socialismo es vista como una transformación del modo de distribución (propiedad privada, mercado) pero no del de producción (...)” (POSTONE, 2006, 50-51)

Assim, o socialismo é entendido como modo distinto de administrar o existente. Ou seja, a realidade configurada pelo modo de produção capitalista e sua engrenagem permanecem em suas legalidades, inalteradas, mas obedecendo outro padrão de distribuição: inscrito pela própria sociedade burguesa, mas represada por ela. A crítica ao capitalismo do ponto de vista do trabalho, em suma, assume como superação societária da forma burguesa *nova política para mesma economia*. Segundo o autor, essa visão condensa a contradição estrutural do sistema na oposição entre as classes e restringe aos usos de seu excedente. Mantém, portanto, intocada a questão o modo de produção capitalista. Tornando pressuposto insuprimível da comunidade humana, sua cláusula pétrea é dirigir a produção e fazer o roteiro da circulação de seus produtos. A dicotomia entre exploradores e explorados, figurada como entre particular e universal, autoriza uma concepção de superação da forma social capitalista por vincular-se aos interesses dos segundos que são aritmeticamente “maioria” em relação aos primeiros. O marco fundamental do que chama de “marxismo tradicional”, para o autor, conforme apresentado, interdita que a teoria marxista seja capaz de lidar com as atuais questões do capitalismo contemporâneo. Asseverando a grande variedade entre as correntes que se filiam à tradição de pensamento começada por Marx, destacando o compromisso mantido por cada qual na luta socialista, Postone apresenta a limitação que todas partilham por estarem fundadas numa mesma concepção sobre os mecanismos de funcionamento do modo de produção capitalista. Inadequação teórica tornada evidente ao longo do século XX. Porque, segundo o autor:

“(…) la teoría ha podido analizar la trayectoria histórica del capitalismo liberal que llevó a una fase caracterizada por la supresión, parcial o total, del mercado como agente principal de la distribución, relevado por el Estado intervencionista. Pero, dado que el objetivo de la crítica tradicional es el modo de distribución, la ascensión de un capitalismo de intervencionismo estatal ha planteado graves problemas para su enfoque teórico. Si las categorías de la crítica de la economía política se aplican sólo a una economía mediada por el mercado, autorregulada, y a la apropiación privada del excedente, el crecimiento del Estado intervencionista implica que dichas categorías ya no son tan adecuadas para una crítica social contemporánea. Ya no aprehenden adecuadamente la realidad social (...)” (POSTONE, 2006, p.52)

O marco teórico defendido por Postone revela a impotência do pensamento marxista em relação à tarefa de tematizar criticamente o capitalismo contemporâneo e prover um ponto de vista que possa conduzir os atores sociais em suas lutas presentes. Por basear-se numa modalidade da contradição que, em verdade, é ocasionada por outra subjacente, torna-se refém de suas oscilações. Sobretudo no atual estágio do processo histórico, a utilização de conceitos e categorias marxistas para uma crítica ao capitalismo centrada na regulação do mercado pelo Estado não pode servir àquilo que pretende. O arranjo político-estatal não deve ser apreendido em seus próprios termos porque, em última instância, está determinado por outra instância que o condiciona. A disparidade entre um modelo ou outro de Estado resulta de uma série de fatores que, invariavelmente, encontram na ação política dos sujeitos seu motivo ou razão. No entanto, a essa disparidade, em toda sua plasticidade, é derivada dos imperativos do modo de produção capitalista¹¹⁰. É seu próprio funcionamento que exige a sucessão entre os modelos. Essa interpretação, a meu ver, não deforma a descrição marxiana sobre a sociedade burguesa. Ao contrário, acompanha sua posição sobre ela e, principalmente, auxilia o entendimento contemporâneo do movimento do capital. Porque, conforme o *Manifesto*, a *inalteração do existente não caracteriza essa sociedade*. Ao contrário, mais precisamente, são suas “subversões contínuas”, o “abalo de todo o sistema social” e “agitação permanente” que a distingui das anteriores¹¹¹. É no contexto dessas incessantes alterações, motivadas pelas relações de produção capitalistas, que a compreensão sobre o relacionamento

¹¹⁰ “(...) as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existências (...) Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (...)” (MARX, 2008, p.47).

¹¹¹ “(...) não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais (...) Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes (...)” (MARX & ENGELS, 2011, p.43)

entre Estado e mercado precisa ser enquadrada¹¹². Seu entendimento pode ser enriquecido por outros fatores, mas sem anular aquilo que funda a conexão entre um e outro na teoria crítica marxiana.

“(…) La crisis del capitalismo de intervención estatal indica que el capitalismo sigue desarrollándose con una dinámica cuasi-autónoma. Este desarrollo exige, por lo tanto, una reconsideración crítica de aquellas teorías que habían interpretado el desplazamiento del mercado a favor del Estado como una señal del final efectivo de las crisis económicas. Sin embargo, la naturaleza subyacente al capitalismo, al proceso dinámico que, una vez más, se ha afirmado manifiestamente, no está clara. Ya no resulta convincente proclamar que “el socialismo” representa la respuesta a los problemas del capitalismo, cuando lo que se quiere plantear es sencillamente la introducción de una planificación central y la propiedad estatal (o incluso pública) (…)” (POSTONE, 2006, p.56)

Alysson Leandro Mascaro põe em perspectiva o mesmo problema com aproximação similar. Em *Estado e forma política* (2013), examina a totalidade das relações sociais, pressupondo sua determinação pela produção capitalista. Reivindicando o ponto de vista marxista, intenciona oferecer uma interpretação do fenômeno estatal à luz das categorias da mercadoria apresentadas por Marx. Alude à crítica da economia política apresentada por ele, para expor sua estrutura que, segundo o autor, não é redutível aos interesses e projetos dos indivíduos porque é socialmente constituída por uma forma que lhes é insubmissa. A separação entre a esfera do político e do econômico, característica à sociedade burguesa, aparta Estado e mercado. Ambas são autônomas, mas relativas à reprodução social capitalista. São as relações sociais específicas da sociedade burguesa, por força da produção capitalista,

¹¹² “(…) Al igual que la Gran Depresión reveló los límites de la “autorregulación” de la economía mediada por el mercado y demostró las deficiencias de las concepciones que igualaban al capitalismo con el capitalismo liberal, el período de crisis que acabó con los años de posguerra, de prosperidad y expansión económica, subrayó los límites de la capacidad del Estado intervencionista para regular la economía, lo cual puso en duda las concepciones lineales del desarrollo del capitalismo de una fase liberal a una centrada en el Estado. La expansión del Estado del bienestar tras la II Guerra Mundial fue posible, a largo plazo, por un alza de la economía del mundo capitalista. Desde entonces, el Estado del bienestar ha demostrado haber sido una fase del desarrollo capitalista y no el resultado de que los ámbitos políticos hubieran obtenido, triunfal y permanentemente, el control del ámbito económico. De hecho, el desarrollo del capitalismo en las dos últimas décadas ha invertido las tendencias evidentes del período previo, debilitando e imponiendo límites al intervencionismo estatal (…)” (POSTONE, 2006, p.55).

que confere à cada uma seu desenvolvimento. Que não há “livre mercado sem Estado” não resta dúvida para a maioria dos marxistas, porém, é preciso saber que não há “Estado sem livre mercado”. É nessa articulação, determinada pela reprodução do capitalismo, que decorre seus antagonismos. Não se trata de refutar a diferenças entre o político e o econômico (socialmente existente), mas determiná-las historicamente¹¹³. Para o autor:

“(…) A autonomia estatal é estruturalmente havida só e sempre em razão da própria derivação de sua forma a partir dos mecanismos de reprodução capitalista. A forma-valor explica a forma política estatal como sua derivada. Tal forma política é, estruturalmente, terceira em relação à dinâmica particular dos indivíduos e classes, exurgindo necessariamente como um espaço distinto do capital e do trabalho assalariado, mas vinculando sua existência às próprias relações capitalistas (...). Mas se o Estado revela autonomia perante as classes, não quer revelar, com isso, indiferença em relação ao todo social. Não é o domínio do Estado por uma classe que revela sua razão estrutural de ser: é a forma que revela a natureza da reprodução social. A forma política estatal é necessariamente distinta de todos os indivíduos ou classes, justamente porque somente assim a reprodução econômica pode ser estabelecida (...)” (MASCARO, 2013, p.45-46)

Sua assunção é de que a não coincidência entre o aparato político e o interesse econômico é necessária à forma estatal capitalista. O Estado moderno e a sociedade burguesa não se relacionam, em nível estrutural, nas contingências do “poder” – mantidas pelas dissonâncias e disputas conjunturais. A dominação social da época burguesa dissocia o político e o econômico que, em sociedades pré-modernas, estavam sobrepostos. Na sociedade moderna, presidida pelo sistema produtor de mercadorias, organizado pelo modo de produção capitalista, segundo Mascaro, o Estado é configurado pelos processos de valorização do capital. Assim, sua composição perdura no tempo dos padrões de acumulação que, por sua

¹¹³ “(...) Tomado a partir da forma política, o Estado revela-se relativamente autônomo em relação à totalidade social. De fato, há uma separação entre o poder político e o poder econômico. A reprodução do capitalismo só é possível apartando-se o poder político da miríade de agentes econômicos, tanto burgueses quanto trabalhadores. Nisso reside o fundamental da autonomia da forma política. Mas tal autonomia se exerce justamente numa cadeia de relações sociais específicas, capitalista. O Estado é autônomo mediante condições de produção capitalista. Assim, sua forma é capitalista e sua posição existencial e estrutural depende dessa contínua reprodução. Sendo uma entidade relacional, condensando específicas dinâmicas sociais, o Estado não é autônomo diante dessa estrutura geral das relações do capitalismo (...)” (MASCARO, 2013, p.44).

vez, variam na duração de seus ciclos. No último capítulo do livro, sobre o problema da regulação, argumenta:

“(...) No capitalismo, as formas da sociabilidade se estruturam em relações de exploração, dominação, concorrência, antagonismo de indivíduos, grupos, classes e Estados. O conflito e a crise são as marcas inexoráveis da reprodução do capital. É só sobre esse pano de fundo, de instabilidade estrutural, que se assentam os eventuais ciclos de estabilidade e continuidade no campo da reprodução social, política e econômica capitalista (...)” (MASCARO, 2013, p.111)

As fases de estabilidade, que consolidam dado padrão de acumulação, tendem a exibir sua arquitetônica como ideal. Ficam, no imaginário de seus contemporâneos, naturalizadas. No entanto, como assumido pelo autor, tal fase se inscreve num contexto de instabilidade estrutural que inevitavelmente encontra seu esgotamento e, assim, exige nova configuração. O capitalismo do Pós-Guerra, por exemplo, consolidou-se como critério geral de direção societário. Do mesmo modo, findado seu tempo, eclodida sua crise, o que lhe substituiu deveio como “alternativa única”. Dos ciclos do sistema, que erigem tanto quanto tombam a arquitetônica que lhes acompanham, os tipos de Estado esvaecem e o capital remanesce.

“(...) No interior da reprodução social capitalista, cada uma de suas grandes fases se assenta sobre um modo de produção de extração do mais-valor e de obtenção de lucro. A estabilidade de tal padrão econômico envolve específicas articulações entre as classes capitalistas e trabalhadoras (...) o regime de acumulação se apresenta como uma estruturação de relações sociais capitalistas complexas que conseguem alcançar grau de articulação e manutenção, perfazendo uma fase sistemática no seio das instabilidades e crises do capitalismo (...)” (MASCARO, 2013, p.113)

Processo de passagem de uma fase a outra que, a seu ver, pela ótica marxiana sobre o valor, fica emblematicamente evidenciado na história do século XX. As teorias econômicas atentas aos aspectos mais imediatamente “sociais” do capitalismo, atinentes às condições de vida da classe trabalhadora, *assumem a direção política da economia como uma necessidade* de primeira importância. Estão baseadas no rechaço às capacidades autorreguladoras do

mercado e da organização do todo social através de sua dinâmica e, por essa razão, localizam no Estado seu meio – mas ele, para o autor, jamais “pode prever nem assegurar uma regulação ‘média’, ou ‘mais apropriada’, ou mais estável” (MASCARO, 2013, p.117). No período de estabilidade do regime de acumulação orientado por tais princípios, a saber, durante a Época de Ouro do capitalismo, pôde-se influenciar positivamente a dinâmica do sistema e garantir, a partir das articulações do aparelho estatal com as relações sociais, a realização de uma gama de demandas e interesses acalentados por determinados setores. Exaurido esse período, a retração do campo estatal na forma corrente aparece como seu domínio porque está vinculado à vontade de segmentos sociais que lhe eram oponentes.

“(…) No plano das estruturas econômicas, a década de 1970 verificou uma tendência múltipla de diminuição da taxa de lucros nas atividades capitalistas. O modelo fordista apresentava uma crise na sua própria dinâmica estrutural. Com uma presença estatal relativamente grande, a economia fordista dependia de uma série de mecanismos de fomento ao investimento, distribuição de renda, controle salarial e formação de infraestrutura (...). O neoliberalismo é a manifestação de um modo de regulação que, a partir da década de 1980, começa a tomar forma, acompanhando também um específico regime de acumulação, massivamente de capitais financeiros internacionalizados (...)” (MASCARO, 2013, p.122)

No entanto, localizando na reconfiguração da estrutura econômica uma constelação imensa de interesses antagônicos, Mascaro conserva o que a seu ver é próprio à crítica marxiana, a saber, de que *a diversidade das políticas em relação ao Estado é referida às condições sociais que o provocam e transcendem*. Se as crises são estruturais, ou seja, endógenas ao desenvolvimento do sistema, marcos de ruptura e continuidade na disposição do Estado se darão e por serem diferenciados entre si motivarão o empenho dos indivíduos para uma outra ou direção a partir dos interesses que portam.

“(…) No seio da dinâmica capitalista, os períodos de estabilidade se revelam apenas como consolidações parciais da reprodução social. Os variados regimes de acumulação capitalistas não logram, por motor próprio, uma reprodução infinita nos seus próprios termos (...) se estabelecem

entrecruzados com modos de regulação que procedem à sustentação, reforma, constrangimento, modificação, solapamento (...)” (MASCARO, 2013, p.125)

3.3 A crítica da economia política é a crítica da política

No ano de 2011, Kurz apresentou suas teses para uma teoria crítica do Estado. Dividida em duas partes, e intitulada *Não há Leviatã que vos salve*, estão orientadas para o que entende ser uma tarefa incompleta do marxismo até hoje – evidenciada, notavelmente, num contexto de “crise financeira”, “bolhas especulativas” etc. como o atual. De acordo com sua avaliação, a crítica da economia política de Marx, por definição, implica a esfera estatal como parte ineliminável do sistema produtor de mercadorias. Nesse sentido, desenvolvê-la para uma teoria do Estado, por meio da exposição sequencial de suas categorias, é tão possível quanto necessário. Visa um esquema conceitual acerca do Estado que não esteja exposto ao ecletismo que, a seu ver, tem nutrido as interpretações predominantes das forças sociais que procuram no marxismo uma orientação para suas causas. Em suma, um plano conceitual que não cedesse às metamorfoses estatais mantidas pela ambivalência do sistema produtor de mercadorias nem as reduzisse a produto das divergências políticas – talhadas nas conjunturas. Portanto, que estivesse para além da insuficiência das leituras marxistas convencionais sobre o problema, expostas em sua inocência pela acelerada alternância bipolar do sistema. Alheias ao seu mecanismo e engrenagem, essas versões do pensamento marxiano perdem de vista que “depois da crise é antes da crise” (KURZ, 2011, p.2) e, assim, sobrevalorizam (positivamente ou negativamente) as emendas e ajustes que lhes acompanham em cada ocasião. Atendo-se ao que é episódico, não podem prover mais do que uma teoria

circunstancial por não terem apanhado adequadamente esse caráter no funcionamento essencial da sociedade moderna – efetiva em seus domínios tanto quanto por eles cerceada.

“(…) O Estado, supostamente “cancelado” e podado nas suas funções na era neoliberal, ressurgiu, por assim dizer da noite para o dia, como “última instância”, sendo invocado como demiurgo e *deus ex machina*. Todos os precipitados discursos tranquilizadores se referem ao esperado êxito das intervenções estatais de resgate. Tanto antes como depois, a percepção geral apresenta-se como uma percepção ideológica. O neoliberalismo, radicalizado desde a década de 1980, sempre foi na verdade um programa estatalmente induzido (...). O Estado sempre participou do jogo, sendo que a desregulação nunca foi outra coisa senão uma determinada forma de regulação (...)” (KURZ, 2011, p.2)

Na transição do fordismo à acumulação flexível, entre os anos de 1970 e 1980, como se viu, consolidou-se outro padrão de funcionamento sistêmico. Harvey afirma que a partir daí o sistema bancário e financeiro logrou maior autonomia, passando a presidir os empreendimentos capitalistas desde então. O capital financeiro surge como coordenador dileto para essas ações, em reposta à crise do modelo anterior que, por seu esgotamento, se mostrara incapaz de manter prolongadamente as expectativas dos agentes capitalistas por ganhos (HARVEY, 2006, p.155). Em *Os limites do capital* (1982), esse complexo de problemas é estudado. Na oitava parte do décimo capítulo do livro, Harvey se detém nas contradições do capital financeiro. Expondo de modo sumário a trajetória do conceito dentro do marxismo, localizando em Hilderfing e Lênin suas primeiras formulações, compreende haver um *déficit* em sua análise. Sem remeter-se às questões de “poder” que limitam o proveito de seu uso e refletem a ênfase desses pioneiros em sua discussão, Harvey assevera a pertinência de seu resgate para o debate crítico sobre o capitalismo em sua atualidade. Segundo o próprio, o objetivo de sua abordagem:

“(…) é contrastar a visão do processo do capital com a visão do bloco de poder, e mostrar como uma exploração do primeiro, com particular ênfase em suas contradições internas, ajuda a identificar as forças contrárias que simultaneamente criam e corroem a formação de blocos de poder coerentes (...)” (HARVEY, 2013, p.374)

Passando pelo exame da contradição entre o sistema financeiro e sua base monetária¹¹⁴, baseado nos estudos de Marx sobre o crédito na construção de sua teoria do modo de produção capitalista, comenta a interação que a partir daí é estabelecida com o Estado. Esse, por sua própria constituição, estruturalmente, em sua integração com ele, se comporta de modo antitético aos fluxos do capital. Tem-se, portanto, eventos distintos, concomitantes, mas de natureza comum: a primazia do financeiro e o realinhamento do Estado são vinculados pela produtividade capitalista que, por sua vez, regula ambos¹¹⁵.

“(…) O Estado então assume o encargo de garantir a reprodução do capital mediante políticas fiscais e monetárias, executadas pelo banco central e por vários outros ramos do aparato do Estado. A vantagem de invocar outros aspectos do aparato estatal (...) é que acaba por proporcionar a capacidade de responder ao desequilíbrio na produção estruturando uma série de sinais e poderes do mercado dentro do sistema (...)” (HARVEY, 2013, p.424)

Michael Heinrich, em sua introdução à crítica marxiana da economia política, oferece colateralmente uma auditoria das interpretações correntes sobre o capitalismo. Sua apresentação do projeto teórico de Marx, a saber, a exposição do modo de produção capitalista, fornece instrumentos para o exame das leituras tradicionais dessa tradição de pensamento. Sobre o Estado, localizadamente, afirma que uma posição prevaleceu entre elas:

¹¹⁴ “(...) A inevitabilidade da contradição entre o sistema financeiro e sua base monetária pode ser remontada diretamente às funções duais do dinheiro como uma medida de valor e como um meio de circulação. Quando o dinheiro funciona como uma medida de valor, ele deve realmente representar os valores que ajuda a circular (...) É evidente que a contradição ao fazer isso é que o produto de um processo de trabalho concreto e específico – o ouro, por exemplo – é tratado como a representação do trabalho abstrato (...)” (HARVEY, 2013, p.384-385).

¹¹⁵ “(...) os arranjos organizacionais e institucionais, juntamente às práticas dos agentes econômicos, têm de ser vistos como um produto do processo de acumulação que não pode proceder de outra maneira, exceto mediante a oposição eterna entre o dinheiro e as mercadorias dentro da unidade do capital como ‘valor em movimento’ (...) unidade que internaliza tensão, antagonismo e contradição (...)” (HARVEY, 2013, p.415).

trata-se de um “instrumento de poder” ou, em uma palavra, meio para a realização de finalidades particulares de grupos específicos. Para essas abordagens, no essencial, o Estado é dotado para o uso político de quem o dirige. Uma ferramenta da qual se usufrui com vistas à dominação de classe. O que, para Heinrich, é correto. Mas, não num certo sentido:

“(…) Tal concepción es empíricamente plausible: siempre se pueden encontrar ejemplos de leyes que favorecen sobre todo a las clases adineradas, o de formas legales (y también ilegales) de influencia de los lobbies capitalistas sobre la legislación y la actuación política del gobierno. Es indiscutible que distintas facciones del capital intentan utilizar al Estado como instrumento, y que a veces además lo consiguen. Ahora bien, la pregunta es si con este estado de cosas ya se há comprendido el carácter esencial del moderno Estado burgués (…)” (HEIRINCH, 2008, p.205-206)

O marxismo tradicional, a seu ver, visa revelar a “política por detrás do Estado”. Sua pretensão é desmascarar a “aparente universalidade” do Estado burguês, entendendo-a como ilusão ou pura retórica que camufla projetos particulares de falanges que lhe tomam para proveito privado. Segundo Heinrich, invariavelmente, tal procedimento conduz para exigências de “outra política”, *para outra utilização do Estado*. Uma unilateralidade indevida porque, para o autor, surge anulada a *forma social* que interdita sua restrição aos projetos exclusivos de qualquer agremiação de classe – não importando se a abrangência dos interesses em questão é maior ou menor, mais universal ou mais particular etc. O Estado é tornado insuspeito e, assim, faz-se obscurecido qualquer entendimento sobre seu lugar na reprodução das relações capitalistas. Apesar das diversas leituras ocorridas, tende-se a unilateralidades que resultam no mesmo. De fato, considerando o neoliberalismo e as perspectivas de luta contra ele, o esquema proposto pelo autor parece ser confirmado. As atitudes (conceituais e práticas) dos que rivalizam com o mais recente padrão de desenvolvimento capitalista, visando a superação do capitalismo, ao porem-se em defesa do socialismo, confirmam a hipótese de Heinrich. A caracterização do modo de produção capitalista, do funcionamento da

sociedade burguesa e da dominação de classe moderna, mantida por esses sujeitos mantém o sentido geral das análises acerca do modelo e as reflexões sobre a urgência de seu término, mas, ao mesmo tempo, velam sua natureza essencial. As denúncias correntes ao “sistema financeiro”, cuja maior autonomia decorre das “reformas neoliberais”, confirmam o comprometimento político desses setores em estancar seus efeitos mais perversos junto aos trabalhadores. Mas também indicam incompreensão quanto ao funcionamento do modo de produção capitalista¹¹⁶: *a “febre especulativa” nada mais é que a continuação da produção capitalista por outros meios.*

“(…) Nesse sentido, um forte elemento especulativo é inerente ao sistema financeiro como um todo. Esse elemento especulativo é reforçado adicionalmente por meio de instrumentos financeiros tais como as opções (direitos de adquirir participações específicas a um preço pré-determinado). Contudo, o elemento especulativo é inerente a todos os aspectos da produção capitalista: um empreendedor nunca pode saber com plena certeza se os seus produtos serão vendidos e a que preços, ou se os investimentos que faz trarão o nível esperado de lucros no futuro. Assim, o crédito e a especulação não são de modo algum condições externas que vem atrapalhar uma produção capitalista que não vem a ser inerentemente especulativa. Sem um setor financeiro especulativo, a produção capitalista é impossível (...)” (HEINRICH, 2013, p.4-5)

Por essa razão, localiza a necessidade de uma precisa observação do tema porque, a seu ver, de maneira usual e equívoca, a posição predominante de crítica do capitalismo na atualidade está baseada em suas “desmedidas especulativas”. Dando relevo à força destrutiva do sistema financeiro na realidade contemporânea, faz-se obscurecido o entendimento dos mecanismos da engrenagem produtiva que o ocasionam.

¹¹⁶“(…) No marxismo tradicional, essas circunstâncias são observadas primariamente nas próprias condições capitalistas de produção, por meio da “lei tendencial da queda da taxa de lucro”. Em contraste, o dinheiro e o crédito têm um papel secundário como “mero fenômeno de circulação”. Como resultado dessa abordagem unilateral voltada para as condições da produção, perde-se de vista o fato de que é impossível a produção de mercadorias sem dinheiro; a produção capitalista não pode existir sem o crédito (...)” (HEINRICH, 2013, p.4).

“(…) Se o aumento da especulação é visto como a causa principal das doenças do capitalismo, passa-se a recomendar mais regulação; e, assim, a relação necessária entre o sistema financeiro e a produção capitalista é velada. Desse modo – ao menos tendencialmente – passa-se a contrastar um sistema capitalista “bom” com um “mau”, sendo este último um capitalismo financeiro especulativo. Não está pré-determinado, de modo algum, a quantidade e a qualidade da regulação necessária para controlar “efetivamente” os fluxos de capital. Nesse sentido, as demandas dos críticos da globalização por mais regulação não são necessariamente pouco realistas ou impossíveis de serem introduzidas. Porém, pode-se duvidar de que essa regulação venha a suprimir os piores aspectos do capitalismo. Mesmo num capitalismo altamente regulado, a satisfação das necessidades e dos desejos, a eliminação das desigualdades sociais, ou mesmo uma boa vida, não são objetivos próprios da atividade econômica. Esta visa – isto sim – a valorização, a acumulação de riqueza abstrata – um fim para o qual os seres humanos e a natureza são apenas meios – meios estes, aliás, que estão sendo constantemente administrados para que aquela finalidade seja atingida (…)” (HEINRICH, 2013, p.5)

A meu ver, a interpretação da teoria marxiana proposta pelo autor fornece o material necessário para qualquer entendimento crítico a respeito do capitalismo contemporâneo. Quem requer o instrumental de Marx, ao levar em consideração o conjunto de problemas que Heinrich apresenta, fica mais bem posicionado para tematizar de modo crítico a atualidade do modo de produção capitalista – não apenas de modo geral, mas também local. Sem prejuízo de sua compreensão presente, Heinrich possibilita uma consciência ulterior de seus mecanismos e articulações. O que, para mim, contribui para a interpretação das questões que se quer tratar nessa dissertação – uma vez que predomina no debate brasileiro sobre o capitalismo contemporâneo, cujo contexto é profundamente marcado pelo neoliberalismo, atitude inversa. É preciso afirmar que o discurso que preparou o PT para as vitórias que conquistou com Lula estava fundado numa concepção de mundo amplamente partilhada pelos marxistas. Em uma palavra, a maneira pela qual caracterizou o governo FHC, como designou seu compromisso com o neoliberalismo e marcou seu vínculo com o capitalismo, não divergia à época com outras agremiações de esquerda assim como não diverge hoje. No essencial, *os setores que romperam com o governo do PT o fizeram mantendo suas premissas*. Algo que explica, ao ver desse trabalho, a indefinição conceitual do problema.

Sader, teórico expoente do petismo, em *A vingança da História* (2007) se refere ao neoliberalismo como um enigma. Argumentando que não se pode reduzi-lo a uma política econômica porque configura um projeto hegemônico, alcançando o conjunto das relações sociais, afirma que o Estado brasileiro “perdeu capacidade produtiva e de regulação” (2007, p.170) sob sua influência. Ao se tornar “profundamente financeirizado”, seus efeitos forma: no “universo do trabalho”, informalidade; no “plano ideocultural”, individualismo e consumismo (2007, p.170). No amplo processo de transformações regressivas que o neoliberalismo propiciou, o autor dá destaque à “estabilidade monetária, metas inflacionárias e independência do Banco Central” (2007, p.171). Por isso, para quem quiser lhe fazer frente, vaticina:

“(…) a luta central é contra a hegemonia do capital financeiro na economia, mas ela envolve o Estado – pela sua própria financeirização –, o sistema político – deslegitimado pelo caráter das políticas econômicas e pela ideologia economicista que o acompanham –, a ideologia cotidiana que o neoliberalismo introduziu e acentuou na sociedade como um todo (…)” (SADER, 2007, p.171)

Assim considerado, romper com ele:

“(…) Significa, ao mesmo tempo, uma reforma radical do Estado brasileiro, com sua refundação democrática. Desfinanceirizá-lo, com a renegociação da dívida interna; porém, muito mais do que isso, com a implementação de formas de orçamento participativo, com a reconstrução dos sistemas político e eleitoral – com a modificação das formas de representação eleitoral no Congresso, para garantir o critério de um cidadão, um voto – desprivatizando as campanhas eleitorais. Pelo tipo de transformações que o neoliberalismo introduziu no Estado e na sociedade brasileira, pelo tipo de crise econômica, política, social e ideológica que gerou, o que o Brasil precisa de um plano de emergência que gere as condições para que a economia volte a crescer, para que o Estado volte a ter capacidade de regulação (…)” (SADER, 2007, p.172)

Algo que, segundo Sader, faz alternativa ao modelo hegemônico caracterizado pelo neoliberalismo. Claro está que o autor, e não apenas ele, pressupõe a alternância de modelos

como estranha ao capitalismo. Porém, resta investigar se ela, ao contrário do que imagina, não é absolutamente familiar a ele. Ou seja, se o que postula não se inscreve em seu desenvolvimento normal, se não mantém seu funcionamento e vitalidade. Vale averiguar porque, desde Marx, sabe-se que o capital é uma “subversão contínua” que abala o sistema social que cria (MARX & ENGELS, 2011, p.43) ou, na interessante descrição de Harvey, é um animal peculiar que possui a estranha “capacidade para se transformar a partir de dentro” (HARVEY, 2013, p.424). O enigma do neoliberalismo é, antes e ainda, o enigma do capital. Não espanta, por isso, que também governo o Lula apareça como um enigma para o autor.

“(...) O governo Lula já recebeu as qualificações mais contraditórias: melhor administrador do modelo neoliberal, segundo uma crítica de esquerda, populista estadista, conforme a maior campanha que a direita e a mídia oligopólica, valendo-se de denúncias, jamais impuseram a este país (...)” (SADER, 2009, p.69)

Sob a marca desse mistério, o petista põe em fila comportamentos políticos diferenciados sobre os dois mandatos de Lula. Distintos e variados, conforme, distintos e variados são seus portadores, cada qual em sua mesma diferença. Destacando as “inúmeras ambiguidades do governo” (2009, p.71), Sader pondera que ele, por seus feitos e atual conjuntura, merece a adesão e o empenho político da esquerda brasileira.

“(...) Lula pode também ser considerado uma expressão da esquerda por suas políticas sociais, pelo bloqueio à ALCA e pela prioridade dada aos processos de integração regional Sul-Sul, por ter freado as privatizações e os processos de enfraquecimento da capacidade de intervenção do Estado e de precarização das relações de trabalho, assim como por ter aumentado sistematicamente o emprego formal, diminuindo o desemprego e elevado o poder aquisitivo do salário mínimo (...)” (SADER, 2009, p.72)

Claro que o exame destes tópicos aponta para conclusões muito contrárias. São inúmeros analistas e debatedores capazes de estabelecer, de modo consistente, um paralelo entre o governo Lula e o governo FHC, provando a continuidade peculiar do neoliberalismo na administração política do país ao longo dos mandatos presidenciais do PT entre 2002-2011. No entanto, há que se levar em conta que não se tem oferecido qualquer possibilidade de desfecho sobre o “enigma Lula” sob essa direção, deixando igualmente em suspenso o “enigma neoliberalismo”. O impasse pode ser abordado dos mais distintos modos, como tem sido feito. Pode-se tocar na natureza de tal pendência considerando muitos aspectos. O fato é que o debate tem exigido esforço dos mais diversos setores da intelectualidade e militância nacionais já que, sem dúvida, essa indefinição torna delicada a prática da esquerda vinculada à tradição de pensamento marxista com seus respectivos projetos. De toda maneira, não se pode negligenciar que entre os defensores do petismo, do legado do governo Lula e das lutas que o levaram à Presidência da República, permanecem destacadas figuras, personalidades e organizações que provaram com suas trajetórias seu compromisso pela mudança da sociedade brasileira. Não pode ser irrelevante esse fato. Ao mesmo tempo, é evidente a excelência científica e engajamento político dos que lhe fazem oposição de esquerda. Tanto quanto os que referendam a experiência petista, é notória a categoria dos que tentam impugná-la como parâmetro político e ideológico coerente à tradição socialista e marxista que influencia a esquerda.. Pode-se dizer, considerando tais questões, além de outras, que seus pressupostos coincidem mesmo quando suas práticas e ideias estão em conflito entre si. O que, ao ver desta dissertação, é derivado do modo com que figuram a tensão entre Estado e mercado que, no essencial, vem baseada numa interpretação comum da crítica marxiana à economia política e sua teoria acerca da sociedade capitalista. Tê-la em consideração, reconstruindo o modo de apropriá-las, reconstituindo seus usos, talvez, garanta melhor resultado para a esquerda nacional – inclusive, em seus empreendimentos tipicamente locais.

As contradições, mais ou menos acentuadas, das experiências políticas fazem parte de seus processos. São partes inelimináveis dessa esfera, principalmente quando se está inserido nela para alterar a realidade em geral. A distância entre a teoria e a prática, sem dúvida, deve ser incluída como elemento importante para seu entendimento. Mas, conferir prioridade ao que suporta os desencontros, divisões, controvérsias que os indivíduos vocalizam para sentido dessas disputas é o melhor modo de esclarecê-los. Essa parece ser a aposta fundamental da teoria social crítica de Marx que de frente para o fenômeno político na modernidade, tratando-o em sua forma, procura sua gênese. Investigação que revela, por fim, as contingências e necessidades dessa esfera. Pode ser oportuno recorrer a essa dimensão de seu pensamento, não para anular as disputas existentes, mas para habilitá-las do ponto de vista de sua devida compreensão. *Enquadrar a política à crítica da economia política é qualificá-la como objeto importante na exposição dos conflitos específicos à sociedade burguesa*, em função de sua anatomia. Dar-lhe antecedência é incompatível ao modo marxiano de tratá-la, não acompanha seu projeto teórico. Caso exemplar é um artigo de 1844 em que apresenta uma crítica a “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. O texto, não assinado por seu autor Arnold Ruge, pretende uma caracterização da sociedade alemã capaz de explicar seu atraso e insuficiência diante de seus assuntos nacionais. Para Ruge, o anônimo responsável pela exposição que Marx aprecia de modo crítico, falta à sociedade alemã a consciência de que seus problemas são gerados pelo incompleto desenvolvimento do Estado no país. Colonizado por práticas arcaicas que se negam dar passagem à modernidade, ao ver do “prussiano anônimo” seu comportamento é *apolítico* (MARX, 2010, p.25). Para ele, fato que se torna evidente com a revolta dos trabalhadores da Silésia e a inabilidade das autoridades públicas com respeito ao problema – acusada pelo apoliticismo da sociedade alemã, cuja razão seria seu “sentimento religioso” que turva a compreensão dos dilemas do mundo modernizado. Diz Marx:

“(…) Com base na relação geral da política com as mazelas sociais, explicaremos porque a revolta dos tecelões não foi capaz de dar um ‘susto’ fora do comum no rei. Adiantaremos apenas isto: a revolta não estava voltada diretamente contra o rei da Prússia, mas contra a burguesia. Sendo aristocrata e monarca absoluto, não há maneira de o rei da Prússia gostar da burguesia; e muito menos de se assustar quanto o servilismo e a impotência desta são reforçados por uma relação tensa e complicada com o proletariado. Mais ainda: o católico ortodoxo é mais hostil ao protestante ortodoxo do que ao ateísta, na mesma proporção em que o legitimista se mostra mais hostil ao liberal do que ao comunista (…)” (MARX, 2010, p.27)

Acatando a deferência do “sabido prussiano” (2010, p.27) à sociedade inglesa, Marx a toma em consideração também. Para Ruge, a peculiaridade alemã é seu truncado desenvolvimento, que faz remanescer em seu cotidiano o arcaico, que lhe atrasa socialmente e torna obsoletas suas iniciativas governamentais frente aos transtornos sociais da modernidade. A Inglaterra, por sua vez, aparece como caso paradigmático em que a ausência de tais embaraços lhe confere capacidade para encará-los em sua atualidade, de modo objetivo e concreto. Marx a torna seu objeto, por conta de sua posição na crítica que Ruge intenciona fazer à sociedade alemã. A intenção de Marx é observar que relação se desenvolve entre o *político* e o *pauperismo* na modernidade, que articulação se dá entre esses fenômenos, por assim dizer, tipicamente ingleses.

“(…) Examinar a Inglaterra constitui, portanto, o experimento mais seguro para obter conhecimento sobre a relação entre um país político e o pauperismo. Na Inglaterra, a penúria dos trabalhadores não é parcial, mas universal (…). Ora, como a burguesia inglesa, além do governo e da imprensa a elas associados, compreendem o pauperismo? Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é culpa da política, o *whig* encara o *tory* e o *tory* o *wigh* como a causa do pauperismo (…)” (MARX, 2010, p.30)

Os partidos *wigh* e *tory* são as facções políticas fundamentais do país. Portadoras de visões de mundo distintas, eles divergem em torno de assuntos fundamentais, com profundo impacto na realidade inglesa. O primeiro, entre outras razões, rivaliza com o segundo por ser

contrária ao monopólio da terra, o latifúndio – constituem um entrave econômico e um escândalo por fomentar a pobreza que atormenta as camadas sociais populares do país. O segundo em relação ao primeiro, por outro lado, entende a livre concorrência como um risco econômico, mas não apenas porque traz impactos ao conjunto da sociedade inglesa e, sim, particularmente, aos trabalhadores. O certame canaliza toda energia social porque, na verdade, ele é produto dela. Encenando-a como conflitos parciais de segmentos sociais específicos em suas diferenças, por seu turno, não apanha seu caráter social essencial e, assim, mantém na política aquilo que a produz.

“(...) Nenhum dos partidos vê a razão na política em si; ao contrário, cada um vê somente na política do contrário, cada um a vê somente na política do partido contrário; nenhum dos dois partidos sequer sonha com uma reforma da sociedade. A expressão mais categórica da compreensão inglesa do pauperismo (...) é a economia política inglesa, isto é, o reflexo científico das condições em que se encontra a economia inglesa (...)” (MARX, 2010, p.30)

Segundo Marx, por um lado, na Alemanha a questão é encaminhada de maneira abstrata, sem qualquer contato fundamental com o mundo tal qual ele é, na Inglaterra persiste especulações de outra natureza, mas tão inoperantes quanto àquelas que o “anônimo prussiano” acusa em seu texto¹¹⁷. Pelo fato de imputar ao rei da Prússia um tratamento absolutamente assistencialista ao pauperismo, modulada pelo “sentimento religioso alemão”, assume a ação política inglesa como paradigma a ser inventado no país e, por essa razão, Marx à passa em revista. O parlamento do país, acompanhado a pauta da sociedade inglesa, revê a abordagem estatal sobre o fenômeno. Localizando-a como uma falha administrativa, reforma os meios que o Estado acionava para confrontá-la. A Lei dos Pobres de 1843, revê a legislação anterior que prescrevia auxílio aos trabalhadores pobres através de impostos

¹¹⁷ “(...) o ‘prussiano’ atribui à condição apolítica da Alemanha o fato de o rei da Prússia identificar a razão do pauperismo numa falha da administração e de beneficência e, em consequência, valer-se de medidas administrativas e beneficentes como meio para sanar o pauperismo (...)” (MARX, 2010, p.32).

colhidos juntos às paróquias (2010, p.33). Após elencar os encaminhamentos do poder público inglês, Marx afirma que a reforma levada a cabo pelas autoridades do país não foi meramente cosmética, mas política, sem que as condições de vida dos trabalhadores fossem alteradas num sentido universal.

“(…) O Estado pode agir de outro modo? O Estado jamais verá no ‘Estado e na organização da sociedade’ a razão das mazelas sociais, como exige o prussiano do seu rei. Onde quer que haja partidos políticos, cada um deles verá a razão de todo e qualquer mal no fato de seu adversário estar segurando o timão do Estado. Nem mesmo os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal na essência do Estado, mas em uma determinada forma de Estado, que querem substituir por outra forma de Estado (…)” (MARX, 2010, p.38)

Argumentando que do ponto de vista político, os problemas sociais aparecem como externos ao Estado e, por isso, podendo ser sanados por ele, Marx conclui:

“(…) Quanto mais poderoso for o Estado, ou seja, quanto mais político for um país, tanto menos estará inclinado a buscar no princípio do Estado, ou seja, na atual organização da sociedade, da qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, a razão das mazelas sociais e a compreender seu princípio universal. O entendimento político é entendimento político porque pensa dentro dos limites da política (…)” (MARX, 2010, p.40)

É ponto pacífico que não há na obra de Marx uma sistematização rigorosa do problema do Estado – coube aos seus continuadores tentá-la. No entanto, se é ponto pacífico que o estudo da forma mercadoria, para compreensão do modo de produção capitalista, não se refere às finalidades de uma (nova, outra, melhor etc.) doutrina econômica, mas para o entendimento da engrenagem que estrutura a sociedade burguesa, segue-se que uma caracterização materialista do Estado se sustenta pela exposição crítica de suas categoriais centrais. Essa é uma posição importante, consolidada na tradição de pensamento de Marx. Evidentemente coadjuvante, minoritária, mas com potencial explicativo suficiente para justificar seu recurso. Pode, eventualmente, merecer atenção daqueles que se esforçam para

tematizar o neoliberalismo e suas alternativas – como é o caso das discussões sobre o governo Lula, o petismo, suas ideias, práticas, contradições etc. Trabalhos como de Hirsch, como outros, tais quais os apresentados neste capítulo, são bons suportes para tal tarefa e podem servir a quem se interessar por essa abordagem como roteiro inicial de investigação.

“(…) Até o momento grande parte das avaliações do Estado burguês, feitas por aqueles que se reportam a Marx, contentam-se em constatar o seu caráter classista, apoiando-se apenas em algumas citações tidas como exemplares e a partir daí tentam sistematizar as funções do Estado e analisar sua importância para a valorização do capital e para a luta de classes, seguindo o método de uma generalização empírica mais ou menos concludente. Mesmo sem discutir com maiores detalhes o valor dessas contribuições, está fora de qualquer dúvida que tal ligação feita entre a determinação abstrata da natureza e a realidade empírica trivial não serve para o desenvolvimento de uma teoria materialista do Estado (...) A sociedade burguesa não é simplesmente uma sociedade de classes, mas uma sociedade, cujas relações entre as classes são produzidas e reproduzidas pela ação silenciosa da lei do valor: sabemos que a produção de mercadorias só se tornou a forma social historicamente determinantes quando se impôs o capital (...)” (HIRSCH, 1990, p.145)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para essa dissertação jamais pareceu ser possível esgotar o tema. Além de seus limites não se prestarem a tal finalidade, haja vista a complexidade da questão, qualquer iniciativa dessa natureza requereria um grau de competência que faltam a essas páginas. Seu objetivo foi aproximar ao assunto uma análise baseada na interpretação de autores comprometidos com a crítica marxiana. Mais precisamente, a intenção desse trabalho foi levar à discussão sobre o governo Lula e o neoliberalismo no Brasil reflexões geradas no contexto da produção de teóricos contemporâneos orientados à compreensão da mais recente encarnação do capital. A meu ver, o recurso é bom modo de abordar a relação entre os governos do PT com o programa de governo acolhido por seu antecessor e rival tucano – motivo da ampla mobilização social que levou Lula à Presidência da República no pleito eleitoral de 2001. Assim, acredito, a questão fica mais bem enquadrada e suas sutilezas melhor dispostas ao exame crítico. Por essa razão quando se tratou do projeto nacional petista e seu discurso sobre o desenvolvimento optou-se por não dar ênfase ao descompasso existente (e passível de verificação) no que tange sua prática governamental ou a inconsistências de outra natureza igualmente verificáveis. Atualmente, o material disponível para esse tipo de conhecimento é relativamente extenso e, desta feita, contribuem enormemente para tal. Entendo que não seria capaz de acrescentar nada de novo ou necessário ao já dito. Guardada a relevância dessas pesquisas, por outro lado, é impossível ignorar a qualidade das investigações que asseveram a coesão do petismo com respeito à interdição do neoliberalismo no país e abertura de novas possibilidades de realização aos interesses da classe trabalhadora brasileira. A intenção de ruptura com aquele modelo de administração governamental, sem dúvida, propiciou ao PT solidez necessária para tornar-se o principal ator social na luta política da esquerda local e chegar à presidência da república em 2002 com Lula. Ao mesmo tempo, sua vitória não abrandou parte da militância de esquerda que o acusa de continuador dos compromissos políticos firmados pelo governo de FHC – executor nacional, estandardizado, do Consenso de Washington: os que permanecem no petismo afixam que não, quem rompeu acautela que sim. E a competição se prolonga sob uma diretiva comum.

O marxismo, em larga medida, organiza e orienta o certame. É subjacente às posições que rivalizam entre si na denúncia ao neoliberalismo. As privatizações são momento privilegiado para ambos na denúncia das políticas que medeiam às relações sociais contemporâneas. A expansão das atividades capitalistas e a abertura de novos mercados, na atual conjuntura, para todos seus opositores, colocam no circuito de compra e venda bens “irredutíveis” à lógica do lucro. A oposição nacional ao capitalismo, desde o colapso do socialismo real, postula a necessidade de manter fora do contexto das transações o que considera ser patrimônio comum dos trabalhadores e alvo das políticas neoliberais. Setores estratégicos, para os que mantiveram fidelidade à ideia de superação do capitalismo, não poderiam estar submetidos aos fluxos comerciais e a busca “selvagem” por lucro. A inflexão imposta pela volatilidade do mercado poderia motivar entraves ao desenvolvimento da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora ou, de maneira politicamente orientada pelas classes dominantes, sustá-la. Em 2000, quando Henri Philippe Reichstul informou a mudança do nome da maior estatal brasileira para Petrobrax, atendendo as “necessidades da internacionalização da marca”, abriu-se um campo de atuação que se mostrou fértil não apenas à derrota de FHC como para as vitórias de Lula. Em seu primeiro programa de governo vitorioso, o setor de atuação da empresa aparece como central para planejamento estratégico do país – seus lucros seriam reinvestidos caso se conseguisse interditar a implantação do modelo de mercado adotado com o PSDB, que embargou o crescimento econômico, a inclusão social e o desenvolvimento brasileiro¹¹⁸.

¹¹⁸ “(...) O novo governo vai restabelecer o planejamento estratégico que existia no setor elétrico e foi abandonado com a tentativa de implantação de um modelo de mercado. Com o desmonte do planejamento integrado, a cisão e privatização de empresas, o Brasil abriu mão da sinergia de seu sistema e de uma de suas principais vantagens: a produção da energia elétrica mais barata do mundo. O planejamento integrado proposto exige uma nova estrutura institucional, envolvendo: hidroeletricidade, petróleo e gás natural, carvão, geração nuclear (Angra I e II), fontes alternativas (eólica, solar e biomassa), eficiência energética e cogeração e geração desconcentrados. Para os objetivos definidos no planejamento, deverá ser mobilizado o setor público e incentivado o setor privado. Para isso deverá trabalhar a partir de requisitos de qualidade e confiabilidade; modicidade das tarifas; respeito à legislação ambiental, e reinvestimento de parte dos lucros em projetos

Anos mais tarde, em 2006, o resplendor dessa política aconteceu com a descoberta de rochas localizadas nas águas profundas do litoral brasileiro com potencial de geração e acúmulo de petróleo. O chamado pré-sal da Bacia de Santos levou a mobilização de recursos e anúncios do governo Lula sobre fundos especiais destinados a erradicação da pobreza e incentivo à educação. O modelo de produção energética das áreas do pré-sal resultou em polêmicas porque, sob o controle estatal e participação técnica direta da Petrobras, foram delegadas extensões da Bacia à iniciativa privada nacional e internacional: o procedimento, para seus opositores, é mais um capítulo da história de capitulações do partido ao capitalismo e informa sua subordinação às burguesias dominantes dentro e fora do país; para seus defensores, representa uma adequação às condições objetivas da infraestrutural nacional, sem prejuízo do controle e direcionamento político do setor. *Um acusa a continuação da privatização, o outro retifica informando tratar-se de concessão porque tão somente franquia ao mercado a exploração da área por determinado período, mantendo-a sob a posse do Estado.* Como dizem os apologistas do governo Lula acerca do assunto: se concessão é o mesmo que privatização, quando a Vale do Rio do Doce retornará ao povo brasileiro? Ou como didaticamente explicado pela ministra do Planejamento Miriam Belchior, em debate na Comissão Mista do Orçamento em 2013, segundo o blog *Conversa Fiada*: o apartamento foi alugado, não foi vendido.

Desenredar a teoria marxiana desse circuito, penso, é o melhor modo de mantê-la como força crítica no debate. Para tanto, a revisão dos pressupostos que articulam as interpretações correntes sobre a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista é tanto uma tarefa quanto um desafio. Esforço já empreendido por importantes debatedores contemporâneos, utilizados por essa dissertação para por em constelação as nuances de seu

destinados a modernizar o sistema e a expandi-lo proporcionalmente ao desenvolvimento econômico (...)" (PROGRAMA DE GOVERNO DO PT 2002-2006, 2001, p. 65).

objeto. Aceitando os fatos e ocorrências do problema tal qual aparecem, aqui se apostou que não se pode compreendê-los em seu mesmo movimento (sempre contraditório) porque os mecanismos e processos que o conduzem lhe subdeterminam. Isso é, não estão aí para serem puramente constatados. Sua realidade, claro, pode submeter-se às verificações de toda espécie, no entanto, há que se considerar que não se reduzem a elas. Operam abaixo de seus radares, por assim dizer. Como é apresentado nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), os pressupostos da “economia nacional” apresentam um *processo material* que oculta sua *constituição real* (MARX, 2009, p.79). A exploração da força de trabalho e sua articulação com as relações de propriedade, eventos suscetíveis ao aditamento de qualquer pesquisador, são como manifestações de um espírito sem corpo. Para pô-las em perspectiva não se requer qualquer marxismo, seja este ou aquele, basta observar o mundo porque são:

“(...) formas que constituem as categoriais da economia burguesa. Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias (...)” (MARX, 2013, p.151)

Igualmente objetivas, porque derivada das categorias da economia burguesa, são os arranjos institucionais que definem o comportamento do Estado em relação ao mercado e do mercado em relação ao Estado. Há todo um complexo de circunstâncias que lhes modula, mas não os metaboliza. Incluir esse problema na reflexão em torno do governo Lula, como está sugerido nessa dissertação, é maneira interessante de lidar com os impasses que tem limitado-a. De certo modo, tais dificuldades se referem menos às análises conjunturais do capitalismo no Brasil contemporâneo e mais à própria estrutura do sistema enquanto tal. Tais dificuldades no contexto da apreensão do petismo, baseada na tentativa de auxiliar a construção de uma alternativa de esquerda ao país, que resulte superior às suas insuficiências, reprisam dilemas

passados que retornam repaginados pela dinâmica bipolar do modo de produção capitalista. Sua razão, evidente, não deve ser atribuída a um marxismo nacional, mas localizado numa interpretação tradicional do pensamento marxiano. Sobre ela, as palavras de Schwarz a respeito da geração de intelectuais que lançou as bases para o debate marxista no Brasil, possuem validade atual. Poderiam, ao ver dessa dissertação, serem consideradas nas aspirações futuras (práticas e conceituais) de quem pretende estar com Marx.

“(…) Agora, com trinta anos de distância, como fica o seminário? Já disse o bem que penso de suas contribuições para a interpretação do Brasil. Não obstante, visto de meu ângulo de hoje, o marxismo do grupo deixava a desejar nalguns aspectos, que talvez sejam sempre o mesmo. Não houve muito interesse pela crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria. Como correspondia àqueles anos de desenvolvimentismo, o foco estava nos impasses da industrialização brasileira, que podiam até empurrar em direção de uma ruptura socialista, mas não levavam à crítica aprofundada da sociedade que o capitalismo criou e de que aqueles impasses formam parte. Era lógico aliás que houvesse uma dose de conformismo embutida no projeto basicamente nacional, ou até continental, de tirar a diferença e superar o atraso, já que no caso os países adiantados (embora não as suas teorias sociológicas) tinham de ser dados como parâmetro e como bons. A parte da lógica da mercadoria na própria produção e normalização da barbárie pouco entrava em linha de conta e ficou como o bloco menos oportuno da obra de Marx (...)” (SCHWARZ, 1998, p.113)

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e classes sociais no Brasil**. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/neodesenvolvimentismo-e-classes-sociais-no-brasil/>. Data de acesso: 2 de junho 2014. 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo, Paz & Terra, 2007.

ARCARY, Valério. **Lenin e o reformismo**. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/4703>. Data de acesso: 15 de junho de 2012. 2004.

AVERBUG, Marcello. A propósito do debate sobre privatização. In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org). **Economia e política da crise brasileira: o pensamento da equipe**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. Trabalho e precarização em numa ordem neoliberal. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/educacion/antunes.pdf>. Data de acesso: 5 de agosto de 2013. 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2008.

BIANCARELLI, André Martins. Por uma agenda social-desenvolvimentista. In: **FPA Discute: Desenvolvimento**. São Paulo, Julho de 2013, 49-66, Fundação Perseu Abramo, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/brasil_privatizado.pdf. Data de acesso 05 de abril de 2014. 2003.

BHASKAR, R. **Uma teoria realista da ciência**. London: Verso. Tradução Mario Duayer. 1975. *mimeo*.

BORON, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo, Paz & Terra, 2007.

_____. La izquierda latino-americana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. In: Observatorio social de América Latina. **Movimientos sociales y desafíos políticos: Resistencias continentales frente al “libre comercio”**. Argentina, año V, n°13, 41-56, CLACSO, 2004.

_____. **A coruja de minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

_____. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** São Paulo, Paz & Terra, 1994.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível.** São Paulo, Annablume, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado.** Novos Estudos (CEBRAP), v.37, p.37-57, 1993.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** São Paulo, Boitempo, 2003.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova CEPAL dentro do Consenso de Washington.** Análise Econômica (UFRGS), Rio Grande do Sul, v.26, n°49. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10901>. Data de acesso: 21 de abril de 2012. 2008.

_____. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coord). MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini.** São Paulo, Boitempo, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo, Cortez, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. Desenvolvimento econômico e solidariedade para viver a democracia. In: HADDAD, Fernando (Org). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Saber condenar o específico e o universal. In: GARCIA, Marco Aurélio (Coord). **Como pensar?** Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/luanova/LN-54.pdf. Data de acesso: 25 de maio de 2013. 2001.

CAMPELLO, Tereza. **Um outro Estado é possível.** Disponível em: <http://www.ptnosenado.org.br/textos/69-noticias/26869-tereza-campello-um-outro-estado-e-possivel>. Data de acesso: 02 de fevereiro de 2014. 2013.

CASTELO, Rodrigo. **O canto sereia: social-liberalismo, novo-desenvolvimentismo e a supremacia burguesa no Brasil contemporâneo.** Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. Niterói: EdUFF, 2013.

_____. Carlos Nelson Coutinho e a controvérsia sobre o neoliberalismo. In: BRAZ, Marcelo (Org). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil.** São Paulo, Expressão Popular, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. Debates. In: GARCIA, Marco Aurélio (Coord). **Como pensar?** Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/luanova/LN-54.pdf. Data de acesso: 25 de março de 2013. 2001

_____. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio (Coord). **Como pensar?** Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/luanova/LN-54.pdf. Data de acesso: 25 de março de 2013. 2001.

_____. Entrevista feita por Emiliano José & José Corrêa Leite. **Entrevista: Carlos Nelson Coutinho**. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/entrevista-carlos-nelson-coutinho>. Data de acesso: 02 de julho. 2006.

DIAS, Guilherme; POCHMANN, Marcio. A sociedade pela qual se luta. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo, Boitempo, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-crise-financeira-sem-misterios-convergencia-dos-dramas-economicos-sociais-e-ambientais/7/14690>. Data de acesso: 10 de novembro de 2012. 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais**. São Paulo, Global, 2009.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo, Globo, 2010.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo, Boitempo, 2012.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **Manifesto comunista**, São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **A ideologia alemã: a crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**: São Paulo, Boitempo, 2009.

FIORI, José Luis. **A miséria do “novo desenvolvimentismo”**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-miseria-do-novo-desenvolvimentismo-/20887>. Data de acesso: 15 de maio de 2012. 2011.

_____. O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. In: HADDAD, Fernando (Org). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo, ABRIL CULTURAL, 1984.

GANDÁSEGUI, Marco A. Filho. Vigência e debate em torno da teoria da dependência. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coord). MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo, Boitempo, 2009.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: SADER, Emir (Org). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. Articular transformação e conservação. In: GARCIA, Marco Aurélio (Coord). **Como pensar?** Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/luanova/LN-54.pdf. Data de acesso: 25 de março de 2013. 2001.

GENRO, Tarso. Esquerda em progresso. Vozes, Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Balanco crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf. Data de acesso: 20 de novembro de 2012. 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 2006.
_____. **Os limites do capital**. São Paulo, Boitempo, 2013.

HEINRICH, Michael. **Crítica de la economía política: Una introducción a El capital de Marx**. Espanha, Escolar Y Mayo, 2008.

_____. **Uma coisa com qualidades transcendentais: O dinheiro como relação social no capitalismo**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/michael-heinrich/>. Data de acesso: 01 de janeiro 2014. 2013.

HIRSCH, Joachim. **A teoria do Estado: materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo, EDUSC, 2004.

IASI, Mauro Luiz. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

JAPPER, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Portugal, Antígona, 2006.

JUNIOR, Plínio de Arruda Sampaio. **A opção do PT**. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/PASJr.-2.pdf>. Data de acesso: 05 de março de 2013. 2013.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo conceitual marxista de alienação**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo, Paz & Terra, 1992.

_____. **Não há Leviatã que vos salve: Primeira parte.** Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz390.htm>. Data de acesso: 09 de agosto de 2012. 2011.

_____. **Não há Leviatã que vos salve: Segunda parte.** Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz396.htm>. Data de acesso: 09 de agosto de 2012. 2011.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro, Expressão & Cultura, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf Data de acesso: 01 de abril de 2014. 2014.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do liberalismo.** São Paulo, Ideias & Letras, 2006.

LÖWY, Michel. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** In: Revista Outubro, 1ª Edição, Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf. Data de acesso: 21 de março de 2013. 1995.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo, Boitempo, 2012.

LULA, Luís Inácio da Silva. **Carta ao povo brasileiro.** 2002.

MARIÁTEGUÍ, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado 1980-2005. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. **História do marxismo no Brasil: Partido e movimentos após os anos 1960 (vol 6).** São Paulo, Unicamp, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento e dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** São Paulo, Expressão Popular, 2005.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** São Paulo, Expressão Popular, 2005.

_____. **Dialética da dependência.** Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política.** São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. **Grundrisse.** São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **Lutas de classes na Alemanha.** São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo, Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo, Boitempo, 2005.

MATTOSO, Jorge. O Brasil herdade. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org). **Brasil entre o passado e o futuro.** São Paulo, Boitempo, 2010.

MEIDEROS, Ricardo de Carneiro. Velhos e novos desenvolvimentismos. In: **FPA Discute: Desenvolvimento.** São Paulo, Julho de 2013, 25-36, Fundação Perseu Abramo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo, Boitempo, 2012.

MOISÉS, José Álvaro. Partido de massas: democrático e socialista. In: SADER, Emir. **E agora, PT? Caráter e identidade** São Paulo, Brasiliense, 1998.

MUNTEAL, Oswaldo. Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e história do Brasil. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coord). MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini.** São Paulo, Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo, Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo, Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco.** São Paulo, Boitempo, 2008.

_____. Pensar com radicalidade e com especificidade. In: GARCIA, Marco Aurélio (Coord). **Como pensar?** Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/luanova/LN-54.pdf. Data de acesso: 25 de maio de 2013. 2001.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coord). MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini.** São Paulo, Boitempo, 2009.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico,** São Paulo, Boitempo, 2005.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS. **Programa eleitoral 2002.** Disponível em:

https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=J5ffU8yPBoKk8wfizoH4BQ&gws_rd=ssl#q=programa+de+governo+pstu+2002&safe=active. Data de acesso: 18 de agosto de 2013. 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O decênio que mudou o Brasil.** Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/Folheto_PT_10anos_governo_Net.pdf. Data de acesso: 01 janeiro de 2014. 2013.

_____. **Programa de governo do PT: Lula presidente 2007-2010.** Disponível em: http://issuu.com/puntabanco/docs/programa_de_governo_lula_presidente_2007_2010. Data de acesso: 15 de fevereiro 2013. 2006.

_____. **Programa de governo do PT: Lula presidente 2002-2006.** Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Data de acesso: 20 de março de 2013. 2001.

_____. **Conjuntura Nacional.** Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/conjunturanacional.pdf>. Data de acesso: 23 de fevereiro de 2013. 1995.

_____. **Manifesto Movimento Pró-PT.** Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/manifesto-aprovado-na-reuniao-do-sion>. Data de acesso: 06 de setembro de 2012. 1980.

_____. **A tese de Santo-André.** Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/atesedesantoandre-lins_0.pdf. Data de acesso: 02 de março de 2012. 1975.

_____. **O socialismo petista.** Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/osocialismopetista.pdf>. Data de acesso: 01 de março 2012. Data de Publicação *não informada*.

POMAR, Valter. O pulso ainda pulsa?. **Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas N° 7.** São Paulo, Boitempo, 2006.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo, Boitempo, 2013.

POSTONE, Moishe. **Tiempo, tabajo y dominación social: una reinterpretación de la teoría crítica de Marx.** Espanha, Marcial Pons, 2006.

PRADO, Caio Junior. A revolução brasileira In: **Clássicos sobre a revolução brasileira.** São Paulo Expressão Popular, 2000.

_____. **História econômica do Brasil,** São Paulo, Brasiliense, 2011.

QUIJANO, Anibal. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?. In: Observatorio social de América Latina. **Movimientos sociales y desafíos políticos: Resistencias continentales frente al “libre comercio”.** Argentina, año V, n°13, 15-32, CLACSO, 2004.

ROSA, Marcelo. **Oligarquias agrárias, o Estado e o espírito do neoliberalismo no Brasil.** In: CLACSO. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2284.dir/6Rosa.pdf>. Data de acesso: 8 de setembro de 2012. 2007.

ROUSSEFF, Dilma. Um país para 190 de milhões de brasileiros. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org). **Brasil entre o passado e o futuro.** São Paulo, Boitempo, 2010.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. **Ser de esquerda na era neoliberal.** In: Agência Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Ser-de-esquerda-na-era-neoliberal/2/29279>. Data de acesso: 24 de agosto de 2012. 2013.

_____. **Neoliberalismo – a cara do capitalismo contemporâneo – e pós-neoliberalismo.** In: Agência Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Neoliberalismo-a-cara-do-capitalismo-contemporaneo-e-pos-neoliberalismo/2/23681>. Data de acesso: 12 de setembro de 2012. 2011.

_____. **A nova toupeira.** São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. **O neoliberalismo acabou?.** In: Agência Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-neoliberalismo-acabou-/2/24055>. Data de acesso: 23 de março de 2013. 2008.

_____. **A vingança da história.** São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. **O longo ciclo eleitoral latino-americano.** In: CLACSO. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D3991.dir/2Sader.pdf>. Data de acesso: 03 de janeiro 2012. 2006.

_____. **A esquerda brasileira frente ao Estado.** In: HADDAD, Fernando (Org). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

SAFATLE, Vladimir. **Linguagem e negação: sobre as relações entre pragmática e ontologia em Hegel.** Dois Pontos (UFPR), São Carlos-Curitiba, v. 3, n. 1, p. 124-167, 2006.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Cenários para o Brasil e as perspectivas do PT.** Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/debates/rumos-do-pt?page=0%2C1#node-body-opniao>. Data de acesso: 03 de maio de 2013. 1999.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson. In: BRAZ, Marcelo. **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil.** São Paulo, Expressão Popular, 2012.

SCHWARTZ, Roberto. **Um seminário de Marx.** In: Novos Estudos CEBRAP, nº 50 ano p 99-114, 1998.

TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso.** São Paulo, Outras Expressões, 2014.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Introdução In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** São Paulo, Expressão Popular, 2005.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. **Vivendo nos fins dos Tempos.** São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. **Às portas da revolução: escritos de Lenin.** São Paulo, Boitempo, 2011.